

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

FATIMA SABRINA DA ROSA

BONDES, PERIFERIAS E CONFLITOS:
SOCIABILIDADES JUVENIS EM PORTO ALEGRE

SÃO LEOPOLDO

2014

Fatima Sabrina Rosa

BONDES, PERIFERIAS E CONFLITOS:
Sociabilidades juvenis em Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Políticas e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. Gadea

São Leopoldo
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

R788b Rosa, Fátima Sabrina da
Bondes, periferias e conflitos: sociabilidades juvenis em Porto Alegre / Fátima Sabrina da Rosa – 2014.
169 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2014.

“Orientador: Prof. Dr. Carlos A. Gadea”

1. Ciências Sociais. 2. Periferias. 3. Vulnerabilidade social. 4. Jovens - Identidade. 5. *Bondes*. I. Título.

CDU 3
304
316.3

Catálogo na fonte:

Mariana Dornelles Vargas – CRB 10/2145

FATIMA SABRINA DA ROSA

**BONDES, PERIFERIAS E CONFLITOS:
SOCIABILIDADES JUVENIS EM PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título do Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Aprovada em: 14 de ABRIL de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Carlos A. Gadea Castro
Presidente da Banca- Orientador

Professor Dr. José Rogério López
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Professor Dr. Gabriel de Santis Feltran
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

São Leopoldo

2014

RESUMO

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa sobre os chamados *bondes* de Porto Alegre. O estilo de sociabilidade desses *bondes* é análogo às galeras cariocas, jovens que se reúnem para sair e desfrutar os espaços de lazer. A configuração desses grupos se dá na junção de indivíduos, moradores das periferias da cidade, os quais sofrem um processo de segregação e estigmatização que tende a confiná-los em seus espaços de moradia. Negando essa territorialização, mas sem perder o sentido de pertença, esses jovens agregam-se em torno de símbolos de poder, masculinidade e violência, para semantizar seu grupo, e saem em circulação pelos espaços movimentados da capital onde possam fazer-se visíveis. A associação desses jovens não se dá apenas pela noção de proximidade vicinal e de pertença à periferia, mas também como resposta a uma situação de conflito sentida no interior do grupo pela forma como são mal vistos em suas incursões até o centro. A partir da definição dessa situação, os jovens se organizam em grandes grupos que levam, no nome ou nos cantos que entoam, a defesa simbólica da comunidade em que vivem. Eles se utilizam do conflito e da estigmatização que sofrem, por parte dos demais moradores da cidade, para estabelecer uma experiência social compartilhada, fundando nela sua subjetivação. Este trabalho se desenvolveu mesclando, paralelamente, pesquisa de campo com integrantes e ex-integrantes dos *bondes* nas suas comunidades e pesquisa bibliográfica como forma de compreender cada dado novo por diferentes perspectivas. Desse modo, o estudo é dividido em capítulos que conjugam teoria e empiria num esforço por observar a ação dos *bondes* a partir de diferentes clivagens. Para compreender os diferentes conteúdos semânticos constituidores dessa sociabilidade, este trabalho foi estruturado em eixos teórico-analíticos: periferia e estigmatização, conflito e violência, identidade e reconhecimento e estética e gênero. Assim, a abordagem metodológica deste estudo conformou a percepção dos *bondes* atravessados por cada eixo temático numa tentativa de olhar o objeto por diferentes planos.

Palavras chave: *bondes*.estigmatização.periferias.conflito.identidade.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research on so-called *bondes* in Porto Alegre. The sociability style of these trams is analogous to Cariocas galleys locals, young people who get together to hang out and enjoy the leisure spaces. The configuration of these groups occurs at the junction of individuals, residents of the city's outskirts, which suffer a process of segregation and stigmatization that tends to confine them in their places of residence. Denying this territorialisation, but without losing the sense belonging, they add up around symbols of power, masculinity and violence to semanticizing your group, and go into circulation by the capital's crowded spaces where they can make themselves visible. The association of these young people not only gives the vicinal closeness sense and belonging to the outskirts, but also in response to a situation of conflict felt within the group by how are perceived negatively in their forays to the center. From the definition of the situation, young people are organized in large groups that lead, in name or corners to chant in symbolic defense of the community in which they live. They use the conflict and stigmatization suffered by the others residents of the city to establish a shared social experience, founding it their subjectivity. This work was developed merging parallel, field research with members and former members of the *bondes* in their communities and bibliography research as a way to understand each new data from different perspectives. Thus, the study is divided into chapters that combine theory and empiricism an effort to observe the action of *bondes* from different divisions. To understand the different semantic matter of this sociability, this work was structured into theoretical and analytical axes: outskirts and stigmatization, conflict and violence, identify and recognition and aesthetics and gender. So, the methodological approach of this study complied the perception of *bondes* traversed for each thematic axis in an attempt to look at the object though different plans.

Keywords: *bondes*, stigmatization, outskirts, conflict, identify

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 SOCIABILIDADES JUVENIS NA PERIFERIA.....	15
1.1.1 Galeras, Gangues e o <i>Funk</i>	15
2 O BONDE COMO FENÔMENO SOCIOLOGICO	20
2.1 O <i>Bonde</i> : Um Fenômeno Dinâmico	20
2.1.1 O <i>Bonde</i> como Sociabilidade em Circulação, a “Moral” Da Pichação e a Relação com a Delinquência.....	24
2.1.2 O <i>Bonde</i> , o <i>Mulão</i> , o <i>Arrastão</i> e o Ritual de Combate	28
2.2 CARACTERÍSTICAS E ABORDAGEM DO CAMPO	30
2.2.1 Sobre as Opções Metodológicas.....	30
2.2.2 A importância do discurso e a noção de acontecimento.....	35
2.2.3 A Inserção no Campo e os Espaços de Pesquisa.....	39
2.2.4 Territórios e Circulações Teórico-Analíticas	42
3 PERIFERIA E ESTIGMATIZAÇÃO	44
3.1 A PERIFERIA NA DISCUSSÃO DA PÓS-COLONIALIDADE.....	45
3.2.1 A Periferia Como Espaço Sócio-Territorial Segregado	52
3.2.2 A(s) Periferia(s) em Porto Alegre: Constituição e Produção do espaço Urbano	56
3.3 A PERIFERIA COMO PROCESSO E CONTEXTO.....	58
3.4 PODER, DISCIPLINA E CONTROLE DOS CORPOS INSCRITOS NO ESPAÇO PERIFÉRICO	64
3.4.1 O <i>Bonde</i> como (in)disciplinamento do corpo.....	69
4 CONFLITO E VIOLÊNCIA	77
4.1 O CONFLITO EM SIMMEL.....	78
4.2 SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E SITUAÇÃO DE CONFLITO, A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DA AÇÃO	82
4.3 A VIOLÊNCIA COMO tema.....	84

4.4 O PACTO MAUSSIANO DE AGRESSÃO MÚTUA e “DEPOIS DA REDENÇÃO”	88
4.5 Os <i>bondes</i> no Movimento Passe Livre e a polêmica dos rolezinhos: Subjetivação e violência na pauta	92
5 IDENTIDADE E RECONHECIMENTO	102
5.1 PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO	104
5.1.1 <i>Self</i> , Sujeito e Subjetivação	104
5.2 IDENTIFICAÇÕES, TRIBALIZAÇÃO E “O POLÍTICO” NA SOCIALIZAÇÃO	109
5.3 LESÃO MORAL E EXIGÊNCIA DE RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE	116
5.3.1 “Olha Pro Lado Quem tá Passando é o Bonde”; Estratégias de Visibilização e Reconhecimento	120
6 CONFLITO DA ESTÉTICA E ESTÉTICA DO CONFLITO: Comunitarismo e gênero nos <i>bondes</i>	124
6.1 <i>BONDES</i> , CORPOS E GÊNERO	125
6.1.1 Masculinidades em Construção	126
6.1.2 Valentia, Respeito e o Papel das Meninas na Manutenção da Sociabilidade	136
7 CONCLUSÃO	147
REFERÊNCIAS	151
ANEXO A	158
ANEXO B	160
ANEXO C	163
ANEXO D	164
ANEXO E	166
ANEXO F	168

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema da juventude, aliado ao dos movimentos sociais, tem sido um dos assuntos que mais incitam discursos nos diferentes espaços de deliberação. A questão do direito à cidade e, logo, a questão da periferia também tem estado na pauta de discussões nos espaços da política e da mídia. Essas contendas, muito polarizadas entre interesses de segmentos com maior poder aquisitivo e grupos populares, trouxeram a público debates que, há muito, já vinham se desenrolando na academia. Fundamentalmente, a juventude das periferias já pleiteava a ampliação dos espaços geográficos e sociais e o direito à livre circulação nas cidades muito antes da “questão urbana”¹ se tornar um problema da juventude nacional.

Em Porto Alegre, desde meados de 2002, jovens das periferias protagonizam a busca por territorializar distintos lugares da cidade, nos quais se localizam os estilos de lazer do restante da juventude moradora das áreas centrais. A vontade de estar-junto e experimentar novos espaços de convivência e subjetivação faziam com que grandes grupos se deslocassem das periferias da cidade em direção ao centro ou a áreas muito movimentadas nas zonas nobres. No entanto, os setores de mais altas rendas e a imprensa reagiram a essa circulação dos jovens, com aversão, como se a presença dos mesmos ameaçasse a segurança dos demais.

No dia 9 de novembro de 2009, a seguinte notícia é publicada no Correio do Povo², um dos periódicos mais tradicionais do Rio Grande do Sul: “Moradores culpam “passe livre” por tumultos na zona Norte: Enfrentamento entre 50 jovens próximo ao Iguatemi e ao Bourbon Country gerou apreensão e correria”³. O seguimento dado a essa manchete é a notícia sobre um conflito entre jovens, supostamente provenientes das periferias da cidade, e a consequente inferência, por parte dos moradores das proximidades do shopping, que situações como esta estavam ocorrendo, com frequência aos domingos e em outros dias de passe livre⁴.

¹ Referência ao texto de MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia (et al.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.

² É importante ressaltar que a notícia utilizada para iniciar este projeto não configura a forma como o objeto de estudo será visto nesta pesquisa.

³ Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=53767>

⁴ O passe livre foi uma medida adotada durante o governo Olívio Dutra (prefeitura) que instituía a gratuidade do transporte coletivo público aos feriados e no último domingo de cada mês. A medida, que vigora há mais de 18 anos, foi modificada em 2004 reduzindo os dias de passe livre apenas a alguns feriados, dias de vacinação e

Posteriormente, no dia 25 de fevereiro de 2010, o mesmo periódico publica que “Dez jovens são presos depois de um arrastão em Porto Alegre: Pelo menos três mulheres tiveram bolsas, telefones celulares e dinheiro roubados”⁵. A chamada inicia a reportagem contando sobre a ação de um grupo de aproximadamente 20 adolescentes, entre 13 e 18 anos, que abordaram algumas pessoas em uma avenida onde está situado um dos shoppings mais frequentados de Porto Alegre. O grupo utilizou uma arma de plástico na ação e levou pertences como telefones, bolsas e algum dinheiro.

A prática de manifestações violentas na forma de “arrastão⁶” se mostra comum em várias cidades do sudeste, como nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, este fenômeno passou a ser relatado também na cidade de Porto Alegre, sendo motivo de significativo alarme social devido à quantidade de indivíduos que agrega em uma ação e a forma “sensacionalista” como é noticiado na imprensa porto-alegrense.

Essas mobilizações organizadas, na maioria das vezes, em forma de pichações, assaltos ou grandes focos de briga generalizada entre facções de comunidades rivais, são, geralmente, combinadas a partir de redes sociais. Sendo assim, pode-se inferir que a escolha de um espaço onde circula um contingente amplo de pessoas em uma zona nobre da cidade significa utilizar um meio violento para demonstrar a força, a representatividade e a *potência* (MAFFESOLI, 1981) que a demanda do grupo (ou dos grupos) representa. De certa forma, a encenação de uma grande briga em um espaço considerado de lazer, tranquilidade e ordem, tem o poder de chocar as pessoas que a presenciam, configurando uma experimentação sobre a transgressão da ordem em uma escala significativa, levando em consideração o número de jovens que participa e o número de passantes que assiste.

Nesse sentido, pode-se notar que os atos realizados por esses grupos não têm como intenção primeira a prática de crimes, como assalto e roubo, antes se mostram como a

eleições. Além disso, devido a reclamações de parte da população, tramita, na câmara de vereadores, um projeto para extinguir a medida.

⁵ Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=103910>

⁶ A nomenclatura “arrastão” (embora muito utilizada pela imprensa para designar a ação dos *bondes*) não necessariamente apresenta relação com a ação desempenhada pelos jovens de Porto Alegre, uma vez que aparece vinculada à ideia de assaltos coletivos. De acordo com GUIMARÃES (1997), os *arrastões* passam a integrar o vocabulário midiático sobre as galeras juvenis a partir dos assaltos cometidos por alguns grupos nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro no ano 1992.

possibilidade de reivindicar “espaços na cidade” nos quais são considerados “inconvenientes”. E qual a característica dessa suposta reivindicação?

Cabe explicitar que se trata aqui de analisar as situações de violência que envolvem a participação de jovens dos chamados *bondes*⁷ em *arrastões* e em outras mobilizações conflitivas, as quais são imputadas a indivíduos originários das chamadas comunidades periféricas urbanas, comunidades estas que sofrem um processo gradual de estigmatização (GOFFMAN, 2008) por parte das outras camadas sociais da capital, inclusive, no que diz respeito à divisão e apropriação do espaço urbano. Significa dizer que, mesmo quando tais jovens se apropriam do espaço urbano apenas para uma movimentação pacífica, são vistos pela população e representados pela imprensa como protagonistas de ações violentas que provocam “tumulto coletivo”, convertendo tais indivíduos em inimigos potenciais da ordem pública e pessoas indesejadas no centro da cidade.

A “culpabilização” da medida do passe livre como sendo o motivo pelo qual os meninos podem circular na cidade e provocar ações “inconvenientes”, do ponto de vista da ordem social, denota parte do processo que revela a intenção de confinar esses indivíduos nas suas comunidades, da mesma forma que significa estabelecer, simbolicamente, que espaços podem ou não ocupar na cidade. A tomada de uma rua onde circulam pessoas com maior poder aquisitivo de Porto Alegre (além de estar localizada próxima a dois dos shoppings de maior dimensão da cidade) denota a configuração de um conflito em relação às regras estabelecidas que delimitam o espaço de circulação dos jovens de periferias urbanas. Tomar a rua ganha o sentido de reivindicação, não apenas de maior movimentação urbana, mas de exigência de visibilidade e identidade.

A invisibilidade a que esses indivíduos estão fadados, bem como a vulnerabilidade a que se sentem expostos nas comunidades em que vivem, poderia caracterizar o que Honneth (2003) chama de *lesão moral*. O sentimento de abandono por parte das autoridades estatais e de estigmatização pelos setores de mais altas rendas e agentes de controle social configuram uma situação social em que os integrantes deste grupo populacional estão impossibilitados de constituir-se enquanto sujeitos por modos legítimos. A falta de atenção dos órgãos públicos para com as suas demandas, somada ao processo de estigmatização (GOFFMAN, 2008) que

⁷ Os *bondes* são sociabilidades juvenis e urbanas que se organizam, inicialmente, em torno do movimento *funk*. O termo será discutido mais adiante na caracterização do objeto.

sofrem vai resultar na situação de conflitualidade sentida no interior do grupo formado pelos jovens de uma determinada comunidade. A partir disso, pode-se pensar que o conflito (sendo algo partilhado por eles) funciona como o ponto aglutinador dos agentes desse espaço, conforme nos mostra Simmel (1983) com a ideia de conflito promovendo a integração social do grupo que se sente ameaçado.

O conflito aparece com mais força ainda na reação desses indivíduos às situações a que estão expostos. A atuação em forma de “arrastão”, congregando “um bando” de gente, significa experimentar a conflitualidade de forma coletiva, um “sentir junto” (MAFFESOLI, 2006), compartilhar um espaço e um tempo de transgressão e intensidade. O embate com o “outro” configura um processo de estranhamento e, ao mesmo tempo, de construção da identidade em termos de indivíduo e, mais ainda, de grupo. É a partir do momento em que esses jovens encaram e reagem ao que é antagônico, que produzem o processo de diferenciação, o qual vai constituir suas identidades, baseadas na experiência do conflito violento e na experiência coletiva de sentir-se amparado por um grupo coeso.

Nesse sentido, o tema desta pesquisa centrou-se em identificar, descrever e analisar a forma de sociabilidade e a ação dos jovens que constituem os chamados *bondes* na cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo que teve por objetivo interpretar os sentidos das ações e experiências desses grupos a partir de quatro recortes temáticos que parecem ser ao mesmo tempo os sustentáculos do movimento e suas projeções. O primeiro eixo compreende discussões acerca da periferia urbana e seus efeitos de segregação e estigmatização para os moradores; o segundo trata dos debates sobre conflito e violência; o eixo seguinte elabora uma discussão sobre os *bondes* a partir da produção da identidade e exigência de reconhecimento; e o último trata do *bonde* como experiência estética e analisa as relações de gênero no interior da sociabilidade.

Esta proposta insere-se na busca por aprofundar os conhecimentos e análises estabelecidos ao longo da atividade como bolsista de iniciação científica. Desde março de 2008, no início da pesquisa denominada **Violência Urbana e situações de conflito: uma análise sobre jovens negros na Região Metropolitana de Porto Alegre –RMPA**, (realizada sob a coordenação do professor Carlos A. Gadea, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos), venho buscando apropriar-me dos conceitos e categorias relativos ao estudo da violência, da construção da identidade, e das interações e relações sociais no âmbito da periferia urbana.

Nos três anos de desenvolvimento deste trabalho, estive na elaboração das três esferas da pesquisa: Coleta e seleção de dados, revisão bibliográfica e entrevistas com os jovens da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE). O interesse por estudar a juventude inserida no âmbito das populações periféricas urbanas resulta da pesquisa mencionada e dos conceitos analisados no artigo intitulado: **Jovens e o delito: masculinidade e sociabilidade violenta face à busca por reconhecimento social** (GADEA e ROSA, 2010), o qual foi produzido em conjunto com o orientador como conclusão de um subprojeto da pesquisa maior referida anteriormente.

É de fundamental importância ressaltar que, até o momento, não foram publicadas obras (pelo menos do ponto de vista das Ciências Sociais) que mostrem um trabalho aprofundado sobre a natureza do fenômeno dos *bondes* em Porto Alegre⁸. As ideias formadas sobre tais grupos de jovens são, na maioria, retiradas de periódicos (como o citado anteriormente) que não apresentam comprometimento com os relatos dos atores principais das ações. Logo, fala-se dos integrantes dos *bondes* por intermédio de repórteres, de agentes de controle social ou de supostas vítimas das ações dos jovens, quando o texto não passa pelo interlúdio das três esferas. Dessa forma, a pretensão deste estudo foi ouvir jovens que integram os movimentos dos *bondes* e que têm pouco espaço de vocalização para colocar suas inquietações, mesmo que tais reivindicações possam ter um caráter estético e proposital de estabelecer a integração e a visibilidade do grupo. Mas, principalmente, o objetivo deste trabalho foi o de buscar compreender os *bondes* por diferentes cortes teórico-analíticos, constituindo uma tentativa de ver as várias facetas que parecem apresentar esses grupos e interpretá-las à luz de referenciais fundamentais para os estudos da questão urbana, do conflito e dos processos de socialização.

Assim, a temática dos *bondes* e seus atravessamentos aparecem diluídos ao longo das explicações teóricas que servem de suporte à sua interpretação. Entrevistas, conversas informais, reportagens e letras de música fazem parte do repertório de interpretação, não estão reunidas em um capítulo, porém aparecem como pano de fundo ao longo de todo o texto. Da

⁸ Foi encontrada apenas uma monografia de conclusão do curso de graduação em Geografia da UFRGS. Este trabalho aprofundou a ação dos *bondes* em relação à pichação em Porto Alegre. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28454/000770000.pdf?sequence=1> >. Também foi encontrado um artigo produzido pelas pesquisadoras Rosana Pinheiro Machado e Lúcia Scalco publicado em inglês, que ligava os *bondes* ao consumo e à ida constante a shoppings da cidade. Disponível em: < /issue04/07_Pinheiro-Machado_p104-122.pdf >

mesma forma, a realização da pesquisa não foi compartimentada em etapas que dividiam teoria e empiria. Houve um período de leitura prévia e delapidação do projeto, mas as fases seguintes mesclaram pesquisa de campo e leitura intensa de referenciais que dessem conta dos temas e perspectivas emergentes a cada vez que o objeto de pesquisa se dinamizava. É evidente que não se pode esgotar um objeto de pesquisa, principalmente, quando se trata de sujeitos, como no caso das Ciências Sociais. No entanto, a estratégia por não abandonar as literaturas em nenhum momento do estudo se justifica pela tentativa de alcançar a compreensão dos *bondes* em suas diferentes clivagens. De tal modo, a distribuição dos capítulos entrelaça teorias e abordagens das diferentes áreas das Ciências Sociais com dados e análises de campo.

No capítulo seguinte os *bondes* são descritos nas suas diferentes formas, configurando uma tentativa de ampliar a visão sobre o fenômeno e reiterar a sua heterogeneidade e dinamicidade. Neste capítulo, também estão descritas a forma como o fenômeno foi abordado, indicando linhas de abordagem e autores que serviram de aporte para o entendimento do fenômeno; a entrada e as limitações do campo; as estratégias de pesquisa; e as estruturas metodológicas que orientaram a perspectiva de interpretação das questões de pesquisa.

No terceiro capítulo, iniciam-se os debates teóricos acerca da periferia e da estigmatização. Num primeiro momento, descreve-se a noção de periferia como polissêmica, seguindo-se a uma breve explanação do termo entendido dentro da perspectiva dos estudos pós-coloniais. O tópico seguinte trata da emergência dos estudos urbanos na área da sociologia e, em seguida, nas discussões acadêmicas sobre as cidades brasileiras e as estruturas segregadoras que vêm se desenvolvendo há algumas décadas, polarizando as cidades e perpetuando as desigualdades. Além disso, seguem-se dois outros tópicos que abordam dois efeitos dessa polarização das cidades, um deles envolvendo os principais autores que tratam dessa questão nas universidades brasileiras; o outro tratando da produção da periferia em Porto Alegre, especificando-se o bairro Lomba do Pinheiro, principal *lôcus* do desenvolvimento do campo. O capítulo sobre periferia também possui um tópico envolvendo a noção de periferia como contexto e processo, e outros dois que abordam o disciplinamento a que a população da periferia é submetida e as formas com que esse disciplinamento é contornado pela ação dos *bondes*.

O quarto capítulo versa sobre o eixo conflito e violência. Pretende uma breve recuperação da sociologia simmeliana no que diz respeito à ideia de conflito como forma de interação social e discute a importância dessa teoria para o entendimento dos *bondes*. Também nesse capítulo, discute-se a questão da legitimidade quando se estabelece o paralelo entre situações de violência e situações de conflito e como a violência configura e ordena os laços de solidariedade e reciprocidade na sociabilidade dos *bondes*. Discute-se ainda a relação entre *bondes* e *rolezinhos*, a pequena inserção dos *bondes* nas manifestações de junho em Porto Alegre e a forma como a “imagem” desses jovens da periferia parecia destoar daquele contexto.

Na esteira dos acontecimentos que dirigem os olhares para os jovens e a cidade, buscou-se, ao longo dessa dissertação, olhar os *bondes* como mais um movimento que complexifica e integra o olhar sobre as relações sociais e a convivialidade urbana desde as fundamentações acadêmicas até discussões descompromissadas. Tende-se a ver esse fenômeno também como incrustado na genealogia dos movimentos de luta pelo transporte público, questão seminal para entender a efervescência que tomou conta das ruas do país.

No quinto capítulo, são apresentadas algumas abordagens sobre os processos de individualização e identificação. Primeiramente, aparece a perspectiva de Mead sobre a formação do *self* e a importância da socialização nesse processo, além das categorias de sujeito e subjetivação. O subcapítulo que se segue trata das contribuições da experiência social em comunidades para a subjetivação, e da relação entre as experiências coletivas de conflito e a emergência de identidades surgidas da oposição. O tópico seguinte trata da noção de reconhecimento a partir de dois autores fundamentais: Honneth e Taylor. O último tópico desta seção narra as estratégias dos *bondes* para alcançar e exigir visibilidade e reconhecimento.

No último capítulo, inserem-se os debates que buscam compreender os *bondes* a partir das teorias feministas e de gênero. Analisa-se a prática dos jovens de ambos os sexos, bem como, as estruturas simbólicas que reproduzem ou rompem com as identidades de gênero consideradas hegemônicas e, logo, a configuração de uma estética baseada nas oposições de gênero que ordena e hierarquiza a sociabilidade dos *bondes*. Também se analisa a relação entre os binômios masculino-feminino e público-privado e de que forma as ações dos *bondes* perpetuam e negociam com símbolos tidos por masculinizantes.

1.1 SOCIABILIDADES JUVENIS NA PERIFERIA

Ao pesquisar nas principais bibliotecas virtuais e bancos de teses e dissertações das universidades brasileiras, não foi possível encontrar, até o momento, nenhum trabalho que traga como temática os *bondes*, isto é, a nomenclatura “bonde” não aparece dessa forma na produção bibliográfica. No entanto, algumas obras analisam um movimento análogo ao dos *bondes* denominado *galeras* ou gangues.

1.1.1 Galeras, Gangues e o *Funk*

O termo *galères* e *gangs* aparece no estudo de Dubet (1987), no qual analisa a sociabilidade dos jovens dos bairros periféricos franceses, os chamados *banlieues*. A pesquisa do autor, que serviu de base para os outros estudos apresentados neste capítulo, destaca com clareza a heterogeneidade e a heteronomia desses grupos de jovens. Na perspectiva de Dubet (1987) as sociabilidades formadas por esses indivíduos recriavam laços de solidariedade e promoviam uma integração que era negada à população dos *banlieues*.

No Brasil, grupos homônimos de jovens são identificados, principalmente no Rio de Janeiro, mas também em outras capitais como Fortaleza e Brasília. Andrade (2007), em sua pesquisa sobre os jovens da periferia do Distrito Federal, afirma que, em alguns casos, é difícil distinguir se um grupo de jovens é uma *galera* ou uma gangue, havendo uma linha tênue que separa esta última das outras “sociabilidades legítimas” em função de uma relação mais estreita com a violência. Andrade (2007) também nos mostra que a ação da imprensa e dos agentes de segurança pública tende a definir e nomear as *galeras* como gangues, o que também dificulta essa diferenciação. Diógenes (1998) analisa grupos de jovens que formam *galeras*, gangues e o movimento Hip Hop na periferia da cidade de Fortaleza. Para Diógenes (1998), as *galeras* se diferenciam das gangues porque sua ação não tem relação direta com atividades ilícitas, embora alguns jovens façam parte dos dois movimentos paralelamente. Dessa forma, a autora afirma que toda gangue é uma *galera*, mas nem toda *galera* é uma gangue. As *galeras* têm como objetivo a circulação no centro da cidade, mas, principalmente, a aglutinação de um grande contingente de jovens de um mesmo bairro ou comunidade que se une para ver e tornar-se socialmente visível na cidade.

Além disso, a circulação das *galeras* denota um significante de negação da segregação territorial que a comunidade periférica configura. Confinados a um espaço geográfico e social

visto como lugar por excelência do trabalho precarizado e do não-consumo, esses jovens buscam o “centro”, possuidor dos espaços do lazer, “de curtir”. Sair da periferia significa “re-territorializar-se”, burlar o *ethos* do trabalho que a periferia engendra e participar de uma cultura de massa juvenil do gozo: “Os corpos dos jovens, corpos expostos em público, ao transporem os limites dos espaços segregados das periferias urbanas, mergulham no turbilhão de olhares e imagens da cidade ‘inscrita’, oficializando sua existência” (DIÓGENES, 1998, p. 40).

Uma vez situadas no “centro”, as *galeras* querem ser reconhecidas como parte daquele espaço, embora a coletividade do grupo represente a defesa da soberania do seu bairro. Dessa forma, Diógenes (1998) nos mostra a ambiguidade que o processo de produção de identidade desses jovens pressupõe:

Ao mesmo tempo que as turmas de jovens de periferia assemelham-se e buscam assemelhar-se aos atores-jovens que ganham destaque nas grandes cidades, eles se organizam em grupos fechados, criam uma linguagem peculiar, rechaçam o trabalho como forma de sobrevivência, inserem-se na dinâmica da cultura de massa, desautorizam as famílias e assim, as práticas de rebeldia e violência, ensejadas por turmas de jovens de periferia, podem representar um modo de ‘inclusão’ social às avessas (p.57).

Diógenes (1998) também revela que a denominação “ganguê” refere-se a *galeras* que se relacionam com alguma forma de violência ou que se autoinstituem como gangue. A noção de gangue é “uma conceituação criada pela ideia de desvio, tendo em vista a expressão juvenil nos guetos de Chicago” (p.114). Tais movimentos significam uma forma de sociabilidade e identificação orientada pela noção de conflito em relação a outras gangues de zonas diferentes da cidade e ao enfrentamento constante com a polícia. Além disso, alguns jovens fazem pequenos furtos como forma de garantir o acesso a bens de consumo juvenil de massa (como tênis, bonés) e, dessa forma, buscam reposicionar-se socialmente, à medida que se assemelham aos jovens do centro (no que diz respeito ao poder de consumo) e que exibem seus corpos circulando na cidade.

É nessa dinâmica de inserção (na rua) que, durante o dia, confundem-se com moradores comuns dos bairros de periferia da cidade, apenas com uma significativa diferença: vestem-se ‘nos pano’, eles ‘se garantem’. Confundem-se com os jovens que transitam nos espaços da cidade oficial, apenas com uma emblemática diferença: carregam marcas da violência e signos de diferenciação no território-corpo. (DIÓGENES, 1998, p. 112).

Além de configurar um processo de subjetivação, a integração a uma gangue constitui uma necessidade prática: a de sentir-se amparado por um grupo coeso, já que os jovens pertencentes a uma determinada gangue dificilmente são atacados na rua por outras facções (mesmo cada participante estando sozinho) porque tal comportamento pode gerar retaliações por parte do movimento, configurando um tipo de “vingança”.

A alternativa de se integrar em uma gangue insere-se dentro de uma rede de proteção paralela, em que a circularidade da violência condensa proteção e agressão, em que atacar torna-se a regra básica da segurança. De outro modo, a necessidade de segurança na gangue, paradoxalmente, só pode ser retribuída com coragem nos momentos de ‘treta’⁹, sendo nessas ocasiões que se oficializa, ou não a entrada de novos integrantes na gangue (DIÓGENES, 1998, p. 118).

Nesse aspecto, o estudo de Diógenes (1998) se diferencia da abordagem dada por Zaluar (1997) no primeiro capítulo do livro *Galeras Cariocas*. Para Zaluar, pesquisadora do tema da violência juvenil desde a década de 1980, as galeras cariocas são grupos sem rituais instituídos, assemelhando-se às *galères* parisienses:

As galeras cariocas assim como as *galères* parisienses, não são organizações com chefia instituída, regras explicitadas e rituais iniciáticos, embora tenham como as primeiras, uma estrita relação com os bairros em que vivem, cujos nomes são os seus únicos patronímicos. Não são tampouco organizações que empreendem o enriquecimento de seus membros através de práticas ilícitas. [...] se praticam atividades ilícitas, os jovens das galeras o fazem de maneira transitória e intermitente, mas próximos da “deriva”, da qual saem com o crescimento, do que da delinquência assumida procurada como meio de vida (ZALUAR, 1997, p.48, 49)

Ao mesmo tempo, as galeras cariocas descritas por Zaluar (1997) têm em comum com a abordagem de Diógenes (1998) o fato de não terem envolvimento contínuo com atividades ilícitas, de forma que a gangue, conforme esta autora, mostra-se mais próxima das quadrilhas do que das *galeras* apontadas por Zaluar.

As quadrilhas são compostas por um número relativamente pequeno de pessoas, em geral jovens, que se organizam com a finalidade de desenvolver atividades ilegais para o enriquecimento rápido de seus membros [...] as quadrilhas ao contrário das galeras, carregam o nome de seus chefes como seus patronímicos, muito mais do que o nome dos bairros (Zaluar, 1997, p.44).

À diferença das quadrilhas, as gangues e *galeras* guardam significativo grau de pertencimento à região em que vivem e não pretendem o enriquecimento rápido, mas sim uma forma de acesso a bens de consumo de massa. Quanto aos *bondes* de Porto Alegre, estes carregam, na maioria das vezes, o nome do bairro ou região como identificação de grupo, da

⁹ Na linguagem nativa significa briga (DIÓGENES, 1998, p.118).

mesma maneira como do enfrentamento entre os jovens para estabelecer simbolicamente a soberania do local de origem.

Dessa forma, os *bondes* de Porto Alegre assemelham-se às *galeras* cariocas estudadas por Cecchetto (1997). Para a autora, a formação e o pertencimento a uma *galera* delimitam a diferenciação entre o “nós”, o grupo comunitário e o “eles”, *galeras* pertencentes a outros territórios. Mas, diferentes das *galeras* de Fortaleza, vistas por Diógenes (1998), que têm a rua como lugar do conflito e da construção da identidade grupal, os agrupamentos cariocas têm como palco de conflito o baile *funk*, principalmente, os “bailes de corredor”, eventos nos quais a violência entre *galeras* é “um ingrediente necessário da festa” (CECCHETTO, 1997, p. 101). Em meio à festa, as *galeras* dançam e ritualizam um embate que mistura uma dimensão violenta, mas também lúdica, seus corpos se mexem exaustivamente entoando estribilhos sobre o grupo e demonstrando uma disposição não só para a dança, mas também para a briga. A base das canções entoadas em coro ou dos gritos das *galeras* é a exaltação da comunidade ou do “comando”¹⁰ local. Esses gritos servem para mostrar ao inimigo se a *galera* está de “bonde”¹¹ ou “fortalecida”, o que significa que estabeleceu uma aliança com outra *galera* para aumentar seu potencial de luta contra um rival.

No baile existe uma divisão territorial para que as *galeras* rivais não se misturem. Assim, os integrantes procuram sempre se manter fixados ao seu espaço com o objetivo de que este não seja invadido por um grupo rival.

No baile de corredor, os grupos rivais dirigem sua atenção uns para os outros e cuidam para que o seu “pedaço” não seja invadido pelos “alemães”¹². Um mecanismo acionado de forma a se protegerem mutuamente, durante a permanência no corredor, é dar a mão a um parceiro para que ele possa lutar sem ser arrastado pelos rivais ficando de “bucha” ou de “saco de pancadas” (CECCHETTO, 1997, p. 107) grifo da autora.

Segundo Cecchetto (1997), é comum que as brigas entre *galeras* se prolonguem, após o término do baile, para territórios “neutros” como as ruas e as praças próximas.

¹⁰ O comando significa alguma rede de tráfico que domina a comunidade a que a *galera* pertence.

¹¹ É importante ressaltar que a nomenclatura *bonde*, nesse estudo, é apresentada como a união entre mais de uma *galera*.

¹² Termo utilizado pelas *galeras* para designar um integrante de outra região.

É importante notar que os estudos apresentados assemelham-se não apenas pelo fato de constituírem pesquisas sobre um eixo comum: agrupamentos juvenis e violência, mas, principalmente, por guardarem uma relação fundamental entre essas duas categorias, a possibilidade de que a imbricação entre elas seja um vetor de construção de identidade e sociabilidade a partir da ideia de pertença a um grupo coeso. Submetidos a um processo de estigmatização e invisibilidade que a territorialização da periferia engendra, as galeras do Rio de Janeiro e Fortaleza utilizam-se da estratégia de aglutinação para fortalecerem-se e buscarem um processo de subjetivação alternativo ao *ethos* do trabalho que lhes é imposto e ao *ethos* do consumo massivo que lhes é negado.

2 O BONDE COMO FENÔMENO SOCIOLÓGICO

No Rio Grande do Sul, a ideia de *bonde* parece mais complexa do que se pode notar no Rio de Janeiro, de onde as referências à ligação entre esse movimento e o funk parecem estar estabelecidas e se prolongar para os outros Estados. Desse modo, a construção sobre os significados da palavra *bonde* para os diferentes atores que aparecem nesta etnografia foi se desenvolvendo com muitas contradições, sem uma linearidade, o que transforma esse termo num conjunto complexo de relações e conflitos que se dão no interior e na extensão das periferias.

2.1 O BONDE: UM FENÔMENO DINÂMICO

Pode-se dizer que, sob diferentes perspectivas, os *bondes* são dinâmicos. Descrever o *bonde* por apenas um viés é descaracterizá-lo, torná-lo uma *galera*, uma *gangue* ou qualquer sociabilidade juvenil. O que torna a existência desses grupos um fenômeno complexo é a não linearidade e o critério não protocolar de suas agremiações e sua ação. Se pensados enquanto termo, a ideia de *bonde* sugere uma ligação com o funk, principalmente, no que diz respeito a pequenos grupos que tiveram uma aparição efêmera na mídia cantando esse gênero musical, como o *Bonde do Tigrão*, ou o mais recente *Bonde das Maravilhas*. Se buscarmos o termo em um site como o *Google*, encontramos mais de 8.730.000 resultados que vão desde a descrição do bonde elétrico, o antigo transporte urbano, até o *bonde* sendo sinônimo de clubes de fãs de bandas ou músicos sem a menor ligação com o *funk*. Nessa infinidade de resultados, pouquíssimos guardam relação com o que é a sociabilidade observada em Porto Alegre.

Todavia, a dificuldade em caracterizar e definir o objeto não se resume a sua terminologia. O *bonde* tem sua dinamicidade reconhecível, principalmente na maneira como o seu significado é fluido e nos escapa, mesmo quando restrito à sociabilidade das periferias de Porto Alegre. Em algumas pesquisas nos conteúdos da internet (sobre o assunto) e mesmo nas entrevistas, essa falta de definição do que era ou é o *bonde* em Porto Alegre aparece constantemente. Em algumas imagens, reportagens ou relatos ora fala-se de uma *galera*, ora de uma *gangue*, e ainda, em outros, há certo saudosismo dos *bondes* no período em que mais saíam às ruas para “curtir”. Assim, além de alterarem na formação, o fazem na aparição, estando mais recolhidos à periferia em determinados momentos.

Também se pode afirmar que os *bondes* são dinâmicos porque se trata fundamentalmente de uma sociabilidade sempre em circulação. Os grupos se formam e logo partem da comunidade onde moram para as áreas centrais ou áreas nobres onde encontram espaços de lazer disponíveis à fruição coletiva. Encontrar os jovens que participam dos *bondes* requer ter algum contato que possa dar acesso a essa sociabilidade tão específica, não há um lugar onde se possa ver os *bondes* em “seu território”, o *bonde* não é de lugar algum, nem coloniza qualquer espaço e só acontece à medida que se movimenta em busca da diversão.

O único lugar que parecia territorializar era a internet. Os sites de *upload* de vídeos e as redes sociais como o Orkut, Twitter e Facebook são povoados de informações dos jovens participantes sobre essas sociabilidades, mas a grande maioria dessas informações parece remontar a outra fase da atuação dos grupos, principalmente o Orkut, espaço em que se pode organizar uma “história dos *bondes*” tamanha a quantidade de informações que possui. No entanto, elas parecem desatualizadas, já que o Orkut passou a ser visto como obsoleto, segundo os jovens, pela proliferação de perfis de crianças, os quais podiam “contaminar” os *bondes* de signos infantis. Devido a isso, “Hoje em dia não usam mais. O Orkut ajudou muito a disseminar essa história do *bonde*. O Orkut foi um ponto de encontro, de combinações, de ameaças, de ameaças que até se concretizaram pra morte, mas hoje é mais facebook” (DC, 15/05/2013)¹³. Também há, embora em menor número, referências e combinações no tempo presente, essas no Facebook e no Twitter, porém estão acessíveis apenas, em parte, ao pesquisador e, desde que este domine os códigos de interação que regulam essa territorialidade.

Cabe compreender essa retração do movimento na rede em função da represália que os jovens têm enfrentado pelos órgãos de segurança pública que, desde episódios com mortes envolvendo os *bondes*, vêm buscando informações sobre os participantes a partir dos seus perfis.

Vistas essas características do objeto, é fundamental citar que para acerrar-se dos sujeitos de que trata este estudo, já na fase de adequação do projeto, foram realizadas as duas primeiras entrevistas: com um ex-participante de um dos *bondes* mais numerosos, em termos

¹³ Trecho da entrevista individual com o produtor musical e ex-participante dos *bondes* referido no parágrafo seguinte.

de integrantes, localizados na zona norte de Porto Alegre e uma entrevista com um produtor musical que trabalhava como DJ nos bailes *funk*, onde se reuniam os principais *bondes* de Porto Alegre. Esse entrevistado também mantinha contato com os *bondes*, agenciando e produzindo músicas em conjunto com os MCs ligados a esse movimento. Na fase seguinte foi, entrevistada também uma ex-frequentera dos bailes *funk* organizados em torno dos *bondes*. Além disso, foram realizadas entrevistas e conversas com grupos de jovens do bairro Lomba do Pinheiro, na zona Leste da Cidade.

Como se pode notar na fala dos entrevistados, o movimento do *bonde* vem se reconfigurando desde seu surgimento no início da última década (em Porto Alegre). Além de variar num tempo determinado, os *bondes* também são diferentes nos espaços em que emergem. Num primeiro momento, eles surgem ligados aos bailes *funk*. São *galeras* que se organizam orientadas, normalmente, pela comunidade onde vivem. No espaço dos bailes, entram em divergência coletiva, havendo, nos relatos dos entrevistados, episódios em que as festas foram paradas pela briga generalizada entre dois ou mais *bondes*: “As menina já iam de tênis pra descer a escada correndo quando começava a dar bala” (DC 15/05/2013)¹⁴. Numa segunda etapa, esses movimentos começam a substituir os bailes (como cenário das brigas) pela rua (praças e shoppings), ou seja, locais movimentados como os já mencionados anteriormente. Pode-se pensar que este tenha sido o momento de maior visibilidade da ação dos grupos, no qual foram registradas as notícias destacadas na introdução. Essa organização em *galeras* que saem às ruas parece ter culminado com um episódio no parque da Redenção, em que dois jovens foram baleados e um deles morreu.

Relatos de 30 adolescentes envolvidos no tiroteio de domingo no Parque Farroupilha (Redenção), em Porto Alegre, levaram a Brigada Militar a acreditar que o confronto foi alimentado por ameaças feitas pela internet e por mensagens de celular. A briga de *bondes* transformou em praça de guerra uma área de lazer que é símbolo da Capital, causando pavor entre os frequentadores [...] Ontem, um dos cinco baleados – Gabriel Medina Marques, 15 anos – morreu no Hospital de Pronto Socorro. Foi no hospital que o 9º Batalhão de Polícia Militar colheu relatos dos adolescentes. Segundo o comandante, o tenente-coronel Alfeu Freitas, o conflito foi entre grupos rivais da Vila Jardim e do Campo da Tuca (MELO, 2010).¹⁵

¹⁴Relato de uma entrevistada sobre uma briga entre *bondes*, uma praxe nos bailes promovidos no Colégio Israelita.

¹⁵ Esse episódio ocorreu em 2010 e foi noticiado pela imprensa com algum destaque. O trecho transcrito acima é parte de uma reportagem sobre a investigação do crime. O restante pode ser lido no anexo B dessa dissertação.

Segundo os entrevistados, essa forma dos *bondes* teria sofrido um processo de dissolução dos grupos devido ao medo que tal episódio (da Redenção) disseminou entre os participantes, tanto do perigo das brigas quanto das investigações e investidas policiais que se seguiram aos episódios com mortes. Nos últimos anos, os *bondes* têm sido representados por grupos menores que ainda frequentam os bailes *funk* e fazem pichações, e por gangues que têm estreita ligação com o tráfico de drogas, mas que também se autodenominam como *bondes*.

Desse modo, o movimento do *bonde* se mostra como um fenômeno fundamentalmente dinâmico que, na última década, reconfigurou-se em diferentes formas de organização e ação, mas parecendo manter como central uma performance com conteúdo relativo às ideias de periferia e conflito. De difícil mapeamento, esse fenômeno é descrito pelos informantes, ora como encenações que estão localizadas no passado, ora como grupos que interagem, no presente momento, independente da forma em que se encontram.

Outra questão que dificulta a análise desse objeto é a polifonia dos sujeitos. Na esfera intragrupal, se estabelece a diversidade dos jovens que compõem os grupos em diferentes bairros e que já descrevem o termo heterogeneamente. Quanto a esses grupos, a visão sobre o bonde é convergente quando se trata de “defender” o movimento como um direito à curtição, à configuração de suas identidades de gênero e de morador da periferia e, por vezes, do direito à rebeldia. Soma-se a isso, o relato das jovens entrevistadas que veem por outro ângulo o movimento, atraindo o olhar do pesquisador para as diferenciações sexuais e para a ação aprovável ou reprovável de determinados jovens.

Trilhando as letras dos MCs apresentadas, ao longo do texto, nota-se a necessidade de “elevantar” os jovens dos *bondes* ao status de traficantes e de protetores e portadores da honra das suas comunidades. Embora sejam letras de *funk*, apresentam uma versão ao mesmo tempo “romantizada” e tensa da atuação dos jovens, adjetivando-os com referências superlativas, tanto sobre a crueldade com os rivais quanto sobre a compaixão pelos os amigos.

Já a imprensa porto-alegrense parece representar a voz dos setores que se sentem incomodados com a presença dos jovens da periferia nas áreas mais movimentadas da cidade, uma vez que traz relatos baseados em trechos de entrevistas com investigadores, fotos de pichações em locais privados e públicos, e comentários feitos por pessoas externas aos grupos

que presenciaram alguma ação. Todos esses relatos são apresentados sempre sobrecarregados de referências a categorias jurídicas, à indignação com a deprecação do patrimônio, ao medo dos demais moradores da cidade e, por vezes, à exigência de punição e controle.

2.1.1 O *Bonde* como Sociabilidade em Circulação, a “Moral” Da Pichação e a Relação com a Delinquência

De acordo com os relatos, os *bondes* se formam em uma “sociabilidade do *funk*”¹⁶. Não é possível afirmar se começam nos bailes, se eles se unem em torno da música ou em torno das redes de tráfico. Cada *bonde* de Porto Alegre parece ter se gestado combinando um traço de cada elemento desses. O que faz com que esses grupos possam ser vistos em convergência é a forma como organizam a sua rivalidade intragrupal e principalmente extragrupal. Essa rivalidade é determinada pela ideia “território”, como os jovens chamam os locais que dizem “dominar”. A ideia de território nos *bondes* está vinculada à expressão “marcar território” e, portanto, tem relação direta com a construção da masculinidade dos jovens dos *bondes*, já que simboliza a dominação por um “grupo de machos” sobre um contingente determinado de iguais em um espaço específico e, principalmente, liga esses movimentos aos símbolos da criminalidade organizada uma vez, que faz referência a nomeações e moralidades da mesma e ainda estabelece relações, ao mesmo tempo, de troca e de rivalidade com o tráfico: “Alguns traficante têm inveja da gente [...] Às vezes os traficantes falam com os *bondes* para pegar os caras, daí os traficante não se envolve, só manda e não se queima”(DC 07/05/2012)¹⁷. Aqui os *bondes* parecem fazer a frente nas vinganças para que os traficantes não se envolvam e não ponham em risco a boca e, logo, a comunidade. Esse pacto parece estabelecer uma correlação de forças no sentido de proteger o território onde *bondes* e traficantes exercem suas ações.

Os *bondes*, quando se referem a território, mencionam um circuito urbano no qual veem uma série de relações de poder onde se destacam relações de status e de gênero. A “dominação” ou “marcação” de um território corresponde à rede de sociabilidade que mantêm com determinados moradores do lugar, isto é, quando um *bonde* é aliado do(s) *bonde(s)* de outra comunidade, esse lugar é considerado um território em que os integrantes são aceitos e

¹⁶ Cabe citar um caso de exceção que é o Bonde da Stronda, um grupo que também é de circulação e curtição, mas ligado musicalmente ao Hip Hop.

¹⁷ Trecho de entrevista individual.

bem-vindos como se estivessem entre amigos. “Dominar um território” significa exercer nele certa influência na “sociabilidade do *funk*”, ser conhecido pelas meninas e aliado dos integrantes de outros *bondes*. Dessa forma, as comunidades e o centro passam a fazer parte de uma disputa simbólica de poder, na qual os jovens se esmeram para “dominar” territórios alheios. A ideia de *pedaço*¹⁸ também é referida pelos jovens, principalmente nas letras de músicas. No entanto, o termo parece ser empregado quando o assunto exige menos veemência em se falar da apropriação e dominação. O *pedaço* aparece como um espaço compartilhado, mais próximo da “curtição” da festa do que da tensão da disputa, relacionada à ideia de território.

A forma mais expressiva dessa dominação é a circulação de *mulão*¹⁹ (principalmente nas festas das comunidades) e a “pichação”, de preferência, em prédios de difícil alcance e em muros com ampla visibilidade. A circulação no centro é fundamental, em função do apelo simbólico que a presença dos jovens da periferia impõe aos demais moradores e a pessoas em movimentação. Uma vez que são vistos como inconvenientes e sentem a segregação, a disposição em deslocar-se até as áreas centrais e “desfilar” por elas como se estivessem em um time ou em uma comitiva, configura uma espécie de “provocação” (aos olhos de quem transita por esses espaços) e que pode gerar o conflito entre representações e interesses de grupos distintos que dividem espaço na cidade. Circular na periferia rival constitui um ato de petulância e valentia²⁰. Pisar no “território” de um *contra* é ambigualmente desrespeitar a cartografia estabelecida para esta sociabilidade e arriscar-se, mas é também dar importância ao conflito entre comunidades e, portanto, dar continuidade às experiências dos grupos.

A “pichação” é o elemento mais representativo dessa “invasão” e também a tentativa de “dominação” de territórios. Marcar o seu *tag* nos prédios dos *contras* significa mostrar que o *bonde* dessa comunidade “riscada”²¹ *deu bobeira*, esteve distraído na defesa das fronteiras de seu território e foi abruptamente atacado por outro.

Pichar no centro é fundamentalmente importante para deixar sua marca, é apropriar-se dos prédios da espacialidade central, impor a presença e a pertença àquele espaço que

¹⁸ Sobre a noção de pedaço ver a interessante análise de Magnani (2008).

¹⁹ Sair de *mulão* significa circular com um grande contingente de jovens.

²⁰ As noções de respeito e valentia serão discutidas adiante, no capítulo 5.

²¹ O verbo “riscar” é frequentemente usado como substituto de pichar.

cotidianamente lhes é negado. No entanto, pichar no centro é mais perigoso, pois mesmo à noite, ainda é o lugar mais movimentado da cidade, mais visível e mais territorializado pela polícia. A chance de ser autuado ou até mesmo preso pichando um prédio do centro é infinitamente maior do que a possibilidade de ser visto pichando a periferia. Pichar a própria zona não lhes parece muito emocionante porque o ingrediente de tensão e perigo é reduzido estando entre vizinhos, pichar a zona dos “outros” é digno de fama, é visto como um ato de coragem, e, portanto, atribui respeito ao pichador e seu *bonde*.

Mas, no relato dos jovens, pichar tem se tornado mais difícil. No centro, a polícia está mais presente e tem punido com mais frequência e mais intensidade, na periferia os pichadores e *bondes* travam, com os traficantes, uma disputa simbólica por espaços, o que, em alguns casos, tem resultado em ameaças aos jovens porque sujam o bairro e, assim, os vizinhos acionam a polícia. “Não, na vila não pode riscar [...] aqui os *patrão* não deixo” (DC 25/05/2013)²². Entretanto, para além da transgressão da ordem estabelecida, o que parece incomodar os traficantes nos atos de pichação é a visibilidade que o *bonde* adquire saindo da normatividade e da centralidade do comando local. Nesse sentido, não é permitido aos pichadores “marcar” simbolicamente os espaços dominados pelo tráfico, não há espaço para a disputa de poder e para a criação de lideranças potencialmente concorrentes aos traficantes.

Excluindo-se a classificação jurídica das pichações, não se pode relacionar diretamente a ideia de *bonde* com violência ou delinquência. Essa relação pode ser bastante intensa em alguns casos, mas não em todos. Alguns grupos são apenas uma coletividade de vizinhos que se reúne para ir a alguma festa e tem uma durabilidade efêmera como a própria festa. No entanto, em outras entrevistas, a pergunta sobre o que é um *bonde* direcionava a conversa para gangues organizadas em torno do tráfico, principalmente os chamados *Bala na cara*²³, como na seguinte fala “*Bonde* hoje virou sinônimo de gangue, começou com um grupo de amigos que sai pra curtir e começou a fazer furto nas festas” (DC 15/05/2013)²⁴. Nesses casos, a gangue é o próprio *bonde*; em outras narrativas o *bonde* é visto como uma etapa que antecede a formação e a participação numa quadrilha de tráfico. Alguns vídeos no

²² Trecho de entrevista com um jovem da comunidade da Lomba do Pinheiro. Nota-se que a palavra *patrão* aqui é utilizada pelo jovem para definir os traficantes do local e não os líderes do *bonde*.

²³ Importante quadrilha que tem dominado o tráfico nas principais periferias de Porto Alegre.

²⁴ Trecho da entrevista individual com o produtor musical.

youtube²⁵ mostram um cenário em que os integrantes dos *bondes* posam com armas, munições e (com menos frequência) drogas e montam sequências de fotos com músicas de fundo que exaltam o comportamento violento realizando uma performance que se aproxima do que Zaluar (1984) denominou como “ethos guerreiro”. Também são comuns as referências à violência e à delinquência nas músicas dos MCs que são identificados com os *bondes*, como mostra o trecho do rap que segue, a respeito das brigas em bailes *funk*.

Era um contra o outro, grita pode vim
Pra vê quem era o mais forte
Chamava os reforço, as união
E os contra tentavam a sorte
No meio da briga era soco na cara
Puxava as corrente, roubavas os boné
A firma é rica e fortalecia
Voltava sempre com outro Nike no pé
Isso não é cinema, não é um filme
É pura realidade
É a vida de bonde, é 157
Latrocínio na necessidade
Eu sou de Bonde sim
Eu sou de facção
Pratico 155 e faço arrastão
Eu sou de Bonde sim
Não tenho piedade
Pixando e roubando
Boto terror na cidade (MC Chaveiro, É vida de bonde)²⁶

Mesmo que não haja ligação de certos *bondes* com a prática efetiva de crimes violentos e com quadrilhas, há uma exaltação clara da hierarquia e dos signos do tráfico na organização dos grupos, nos laços de fidelidade, na prestação de homenagens²⁷ a criminosos renomados e, essencialmente, na reutilização da linguagem dos traficantes para nomear elementos. A palavra *patrão* para indicar o líder do grupo é a principal delas. Ainda que não se possa colocar *bondes* e quadrilhas numa mesma categoria jurídica e sociológica, é importante compreender que a sinonímia deles é, amplamente, divulgada pela polícia e pela mídia e apropriada pelos jovens produzindo um processo de retroalimentação. Além da vinculação de nomeações é notável que um imaginário do tráfico circunda os *bondes* e lhe

²⁵ Essa representação pode ser vista no vídeo denominado “os ALA 470...só os de verdade”, do bonde do Bairro Bom Jesus localizado na zona norte de Porto Alegre. Disponível no link: <<http://www.youtube.com/watch?v=VtbaOCINTtM>>.

²⁶ A letra da música encontra-se na íntegra no anexo A.

²⁷ Fonseca (2000) analisou a “prestação de homenagens” por parte dos moradores aos delinquentes das vilas que estudou. Para a autora, as referências a esses delinquentes faziam parte de um pacto de proteção mútua entre essas partes.

oferece elementos construtivos de uma base estrutural, como as noções particulares de justiça interna, a hierarquização e as constantes referências a atitudes que requerem coragem, valentia e virilidade vastamente descritas em estudos de autores como Feltran, Zaluar, Ceccheto e Hirata.

Eufemismo para polícia e para imprensa, a palavra *bonde* (quando parcamente utilizada) representa violência e criminalidade e é colocada como se os próprios integrantes do grupo empregassem esse termo para despistar o que seria a ação de uma gangue. Mas ao analisar os grupos nota-se que a prática de crimes violentos é um dos elementos que menos caracteriza os *bondes*. Não há tanta delinquência efetivamente praticada se comparada à forma como os grupos elaboram suas representações, mimetizando o tráfico, mas se envolvendo pouco com ele.

2.1.2 O Bonde, o Mulão, o Arrastão e o Ritual de Combate

De acordo com o primeiro informante os *bondes* são grupos de jovens que saem à rua para “curtir”. No entanto, um embate com outro *bonde* (normalmente de outra zona da cidade) é algo previsível, quase uma praxe e, neste momento, se forma um “arrastão”, uma ação coletiva de jovens participantes de mais de um grupo identitário. Quando dois ou mais *bondes* se encontram há uma negociação entre os *patrões* dos grupos, uma espécie de líderes que têm poder de decisão sobre a ação dos demais integrantes. Tal negociação resulta na escolha entre duas possibilidades: ou os dois grupos decidem entrar em um confronto, que inicia com as agressões entre os *patrões* e generaliza-se; ou os grupos *fecham* entre si e dali partem para *curtir* juntos. Caso, um dos grupos decida pelo confronto, mas o outro (possivelmente em menor número de integrantes) não aceite o conflito, os integrantes correm escapando-se do foco da briga ao entrar em um ônibus ou em um estabelecimento comercial, onde o confronto é parado.

Ao contrário da perspectiva mostrada pelas notícias de jornal citadas anteriormente, os principais *bondes* da cidade de Porto Alegre não parecem apresentar como objetivo a ação violenta visando o furto ou assalto. Tampouco visa ações violentas contra pessoas alheias aos *bondes*. Como Julian²⁸ coloca, em algumas *bandas*²⁹, um contingente pequeno de integrantes

²⁸ Principal informante. Por questões éticas, o nome do entrevistado não será revelado. Será usado o nome fictício de “Julian” para o ex-participante dos *bondes*.

de dentro do grupo pode praticar um ou outro furto, mas essa não é uma prática comum. No entanto, segundo uma letra de música muito conhecida pelos integrantes de *bonde*, durante as brigas entre grupos rivais, podem ser furtados objetos pessoais dos que perdem a briga³⁰, uma prática que há muito é comum entre torcidas organizadas de times rivais.

Quanto à ideia de “arrastão”, é possível dizer que a palavra é mais utilizada pela imprensa (para designar as ações dos *bondes*) do que pelos próprios grupos. Nas redes sociais e nas postagens na internet efetuadas pelos jovens, a palavra *arrastão* aparece com pequena frequência se comparada à palavra *bonde*. A princípio, a forma como os grupos se definem sugere pensar que *arrastão* é um vocábulo imposto pela imprensa para definir os *bondes*, mas não corresponde efetivamente à ação destes, uma vez que se refere a assaltos coletivos, não designando o objetivo da maioria dos grupos de Porto Alegre. De acordo com Vianna (1996), o próprio movimento *funk* passa a ser conhecido, nacionalmente, através de uma reportagem apresentada pela TV Globo sobre os *arrastões* na praia do Arpoador em 1992. Para o autor, a vinculação entre os atos cometidos na praia (assaltos, furtos e briga generalizada) e as encenações que envolviam danças e conflitos, nos bailes *funk*, acaba por demonizar o movimento ressignificando seus sentidos e associando diretamente suas *galeras* com a violência.

Assim, o termo *arrastão*, que antes identificava uma excitação coletiva incitada pela dança, passa a representar ato violento na mídia e é, aos poucos, reincorporado pelos jovens como parte do seu vocabulário, mesmo com o sentido alterado. O *arrastão* volta-se como o termo utilizado para definir genericamente uma série de eventos, entre eles a entrada dos *mulões* em shoppings para a simples circulação e os grandes focos de briga em áreas visíveis da cidade. Tais brigas são o “evento” mais noticiado e percebido dos *bondes* em Porto Alegre e, portanto, despertam grande hostilidade nos moradores de outros bairros e nos proprietários de negócios que podem ser “prejudicados” pela presença desses jovens nas proximidades, principalmente de shoppings. Vistos nas áreas centrais, os integrantes dos *bondes* são percebidos apenas pelo “cenário de tumulto” que provocam e logo associados à delinquência.

²⁹ Nome dado pelos jovens para as saídas, significa sair para circular, “dar uma banda”.

³⁰ “Não tem esculacho, Playboy não tem vez Se enfrentar eu só lamento Vai tomar uma coça, *pegamo* o teu pano”. Trecho da música **É a Vida de Bonde** de Mc Chavero.

Visualizados e postos na imprensa pelo nome de *arrastão*, os *bondes* apareciam individualmente quando se tratava de abordar a violência gerada pelo conflito entre eles. No caso de reportagens condenatórias da ação desses grupos, os *bondes* e seus nomes apareciam juntamente com a informação sobre a comunidade à qual pertenciam, reforçando o processo de estigmatização. As brigas entre os grupos inicialmente parecem ritualizar, através do combate entre periferias, a rivalidade e a disputa entre moradores da periferia segregada e os donos potenciais da cidade. No entanto, em alguns momentos, o nível, de certa forma “controlado” e recíproco de hostilidade entre *bondes* de zonas diferentes, perde a medida e resulta na vitimização de alguns participantes, como em dois casos que foram noticiados na imprensa da cidade³¹.

2.2 CARACTERÍSTICAS E ABORDAGEM DO CAMPO

2.2.1 Sobre as Opções Metodológicas

O método adotado para a realização dessa pesquisa foi o qualitativo, pelo fato de privilegiar as impressões e significações que os sujeitos de pesquisa têm a respeito das suas ações.

Apesar dos muitos enfoques existentes na pesquisa qualitativa, é possível identificar algumas características comuns. Esse tipo de pesquisa visa a abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais “de dentro” de diversas maneiras diferentes. (FLICK, 2009, p. 8)

Isso significa que a intenção deste estudo é a compreensão do “mundo da vida” dos indivíduos que participam dos *bondes*. Deste ponto de vista, adotou-se a perspectiva qualitativa por entender que ela privilegia o registro de interpretações dos indivíduos sobre suas práticas de interação social e comunicação.

Para Creswell (2007), a pesquisa qualitativa é uma forma de exploração interpretativa em que os pesquisadores fazem um exame do que veem e ouvem dos seus sujeitos de pesquisa, mas tendo em vista que o foco de análise está nas percepções dos pesquisados, no sentido que dão às suas experiências e ações. Dessa forma, entende-se que a pesquisa de

³¹ Os episódios em que aconteceram mortes foram dois: um ocorrido no Parque da Redenção (já referido) e outro que aconteceu em uma festa junina na Escola Parobé. Os dois lugares ficam situados bem no centro da cidade. Nos anexos B e C, encontram-se reportagens detalhando os eventos.

caráter qualitativo é essencial para cercar um universo de categorias referentes a significados e símbolos existentes nas relações entre sujeitos.

Além disso, este estudo se constitui como uma tentativa de elaboração de um debate teórico com ganchos que o vinculam ao campo como forma de abstraí-lo, no sentido de observar e interpretar as ações, relações e, principalmente, representações sociais a que os jovens integrantes dos *bondes* estão vinculados, entendendo as práticas e as estratégias de subjetivação dos mesmos, inseridas em um determinado contexto socioespacial que está, ambigualmente, ligado à ideia de pertença a um bairro e de integração a um espaço que excede os limites físico-geográficos. Nesse sentido, esta pesquisa se vale das perspectivas de diferentes orientações teóricas que dirigiram o registro sobre as observações feitas. Tendeu-se a voltar sobre os *bondes* um olhar permeado principalmente pela abordagem do Interacionismo Simbólico, na qual se coloca ênfase no “delineamento subjetivo sobre como as pessoas entendem aquilo que fazem” (ANGROSINO, 2009, p. 20). Na perspectiva interacionista, as pessoas vivem em um mundo de símbolos que são apreendidos, codificados e compartilhados através das relações sociais que estabelecem. Assim, configuram a noção de *self* (representação de si mesmo), a qual é construída nas interações sociais estabelecidas pelos indivíduos e é privilegiada nessa pesquisa.

Além da ênfase interacionista, privilegia-se uma ênfase baseada na Teoria Crítica.

A principal abordagem filosófica dos etnógrafos críticos é o desenvolvimento de epistemologias de múltiplas perspectivas e representa um desafio explícito ao pressuposto tradicional de que havia uma definição objetiva e universalmente entendida daquilo que constitui uma cultura (ANGROSINO, 2009, p. 26)

Dentro da própria Teoria Crítica cabe ressaltar outra influência que orienta o caráter analítico desse estudo: é a dos Estudos Feministas, os quais entendem que toda relação social é, de certa forma, uma relação de gênero. As principais contribuições desses estudos estão na crítica da essencialização das identidades de gênero e na crítica sobre o caráter reprodutor das relações de poder desempenhado pelo conhecimento. Para os estudos feministas, o pesquisador deve ter um posicionamento metodológico e epistemológico que descentre a figura do mesmo como núcleo do desenvolvimento do conhecimento. Assim, buscou-se uma maior identificação e aproximação do pesquisador com a comunidade em estudo evidenciando uma postura de compromisso.

Por fim, toma-se por base a perspectiva da orientação Pós-Moderna:

O pós-modernismo abraça a pluralidade da experiência, critica as certezas a respeito das “leis” gerais do comportamento humano e situa todo o conhecimento social, cultural e histórico em contextos moldados por gênero, raça e classe (ANGROSINO, 2009, p. 29).

A principal contribuição da análise pós-moderna para este estudo foi a noção de que os diferentes grupos humanos são polivocais, isto é, a partir dessa perspectiva, as comunidades não podem ser vistas de forma homogênea, mas sim como centros de onde emanam diferentes interesses e diferentes falas. Também há, na ênfase pós-moderna, uma crítica dos termos *cultura* e *sociedade* como dados apriorísticos. Aqui, há a pretensão de que sejam vistos como noções resultantes de processos de construção social, os quais devem ser percebidos pelo pesquisador na forma como emergem na comunidade estudada, sempre levando em consideração as múltiplas possibilidades de relações sociais protagonizadas pelos sujeitos de pesquisa.

Para observar e interpretar tais relações, foram utilizadas diferentes técnicas de coleta e análise: entrevistas semiestruturadas individuais e com grupos focais, observação e diário de campo, análise de conteúdo sobre os resultados das entrevistas juntamente com a análise de letras de música, fotos e materiais audiovisuais publicados na internet.

As imagens utilizadas foram de fotos e vídeos postados no site *youtube*, produzidos pelos integrantes dos *bondes* de Porto Alegre. Essa análise conteve em si um problema metodológico, já que não foi encontrada nenhuma literatura que referencie os vídeos da internet como mídia possível de ser analisada e de que forma isso poderia ser feito. No entanto, acredita-se que, se tais vídeos são uma produção de caráter estético, uma encenação em que os atores sociais exprimem perspectivas e interpretações sobre si mesmos, esta mídia é fundamental para acercar-se do processo de subjetivação dos investigados. Na falta de uma técnica de pesquisa específica, foi utilizada a perspectiva de Diana Rose (2002) sobre análise de imagens em movimento. Para a autora, é importante decidir sobre a unidade de análise, sendo que, neste estudo, foi definido que a unidade de análise variasse de acordo com a mudança feita pela filmagem da câmera, configurando uma apreciação visual ancorada pelos discursos observados nas letras de músicas e entrevistas.

As entrevistas foram realizadas, em diferentes momentos, com atores que estão atualmente envolvidos ou que já tiveram protagonismo nas manifestações dos *bondes*. Como já foi mencionado, as primeiras entrevistas foram feitas com um ex-participante dos *bondes*, morador da zona norte da cidade. Em seguida, foram entrevistados um produtor musical, que trabalhou e ainda trabalha com a produção de festas onde os *bondes* se gestaram, e uma ex-frequentedora dessas festas, ambos da zona sul. Na zona leste, especificamente no bairro Lomba do Pinheiro, foram feitas entrevistas com grupos focais, com jovens moradores do bairro sobre a existência e organização dos *bondes* na região.

As perguntas do roteiro de entrevistas tinham caráter semi-aberto e versavam sobre a relação que os jovens mantêm com o bairro onde moram, se há dificuldades de inserção no centro da cidade, quais são as atividades realizadas no tempo livre e quais locais costumam frequentar para isso. Também foi questionado sobre a circulação dos *bondes*, quais os trajetos dos mesmos, quais os sentidos que os integrantes atribuem a essa sociabilidade, como se sentem quando estão nos *bondes*, se há relação com outras formas de violência ou ilegalidades e como isso acontece. Àqueles entrevistados que não participaram diretamente dos *bondes*, mas acompanharam seu surgimento e ação, as perguntas dirigidas versavam sobre o que são/eram os *bondes*, como eram vistos, como eram suas ações, qual a relação que mantiveram/mantêm com eles e em quais locais estabeleciam contato com esses grupos.

No princípio do projeto, a pretensão deste estudo era que a seleção dos entrevistados se desse, principalmente, através do contato com jovens participantes do projeto **Casas da Juventude** vinculado aos Centros POD (Programa de Oportunidades e Direitos)³² que está sendo progressivamente implantado em quatro regiões da periferia de Porto Alegre (nos bairros, Restinga, Vila Cruzeiro, Rubem Berta e Lomba do Pinheiro). Como o projeto ainda não tem uma base concreta de funcionamento em todos os bairros, a pesquisa somente se utilizou deste projeto no bairro Lomba do Pinheiro. O contato com os jovens dessa comunidade foi favorecido pela minha participação no referido projeto.

³² Tal projeto está sendo implantado pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de prevenir a violência nessas áreas. Conta com a integração de diferentes secretarias e órgãos do Estado, bem como com assessoria dos pesquisadores do Observatório Juvenil do Vale vinculado à UNISINOS e do qual a autora e o orientador deste trabalho fazem parte.

Quanto à análise dos dados obtidos através das entrevistas, seguiu-se a orientação de Creswell (2007 p.196) sobre estudar cuidadosamente todas as entrevistas tentando captar aspectos gerais a que as narrativas se referiam, para em seguida analisar novamente esses mesmos dados buscando singularidades e aspectos conflitantes.

Além das transcrições de entrevistas, foram analisados discursos presentes nas músicas também produzidas por integrantes dos mesmos *bondes*, uma delas já citada anteriormente. Entende-se as letras de músicas como passíveis de uma análise de conteúdo porque serão vistas enquanto textos que possuem uma determinada organização e substância, a fim de evidenciar uma ou muitas ideias. Dessa forma, foi utilizado, como principal aporte teórico o texto de Bardin (1977, p. 9) para a qual a análise de conteúdo “oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atracção pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem”.

Assim como as produções musicais, as falas dos entrevistados também foram vistas pela perspectiva da análise de conteúdo, já que, como atores sociais envolvidos em um determinado contexto interpretativo, esses sujeitos produzem discursos orientados a representar-se em tal contexto, mas também, nessas falas, expressam demandas que exigem o exame exaustivo como forma de desnudar os sentidos patentes e os sentidos implícitos.

A abordagem de Bardin (2007) é fundamental porque estabelece conexão da linguagem com a exterioridade da produção do texto. Isto é observável na importância que a autora confere a relação entre emissor da mensagem e o receptor da mesma e é extremamente importante de ser considerado na análise sobre os *bondes*, uma vez que seus discursos são produzidos e direcionados às formas de poder das quais almejam algum tipo de reconhecimento.

Reitera-se, a partir da opção pela análise de conteúdo, o compromisso de respeitar e ouvir com atenção as falas dos sujeitos estudados. Como forma de compreensão das suas interpretações foi estabelecido como unidade de análise os enunciados dos sujeitos, em vez de palavras ou versos, por acreditar que frases expressam ideias e questões auto-reflexivas conformando o foco do objeto de estudo.

Além das entrevistas e da análise de músicas, foram realizadas, em fins de semana, observações participantes no interior das comunidades originárias dos *bondes* e em alguns espaços onde apareceram organizados enquanto grupo, como a visita a uma praça da comunidade da zona leste, a um shopping e a um parque de diversões da zona norte. Segundo Angrosino (2009), as observações em que o pesquisador está (de certa forma) invisível têm sido pouco usuais, acusadas de buscar uma objetividade ingênua. No entanto, observar os *bondes* “desde fora” foi fundamental para compreender o impacto que a coletividade de jovens pode produzir quando chega a algum local; trata-se de uma tentativa de possibilitar mais um viés de análise da coletividade de sujeitos.

2.2.2 A importância do discurso e a noção de acontecimento

A escolha por uma análise que considere o enunciado como unidade de significação se justifica a partir da ótica de Foucault que coloca este como uma unidade que, ao mesmo tempo, reúne a significação singular e o fato de pertencer à série de outros enunciados onde também toma sentido. Para o autor, a análise enunciativa se compromete em analisar o que o sujeito de fato diz, não buscando sentidos implícitos ou possíveis ocultações.

A análise enunciativa mantém-se fora de qualquer interpretação: às coisas ditas ela não pergunta aquilo que escondem, o que nelas e apesar delas estava dito, o não-dito que recobrem, a abundância de pensamentos, de imagens ou de fantasmas que as habitam; mas pelo contrário, [pergunta] segundo que modo é que elas existem, o que é que é isso de se terem manifestado, de terem deixado marcas e, talvez, de terem ficado ali, para uma eventual reutilização; o que é que é isso de terem sido elas a aparecer – e não outras em seu lugar.” (Foucault, 1969, p. 143]

Pode-se fazer um breve uso da noção de definição de situação de Thomas (2005) para comparar a noção de situação discursiva como possibilidade de análise de enunciados. A definição de uma situação faz com que os efeitos dessa definição sejam reais. Na situação discursiva, o contexto em que uma fala é dada é tão importante quanto ela própria para que se compreenda seu sentido. Uma situação que propicia determinado discurso (assim como o próprio discurso) é vista como o acontecimento. Conforme essa noção, um enunciado é proferido em função das condições contextuais que possibilitam que ele seja proferido.

Foucault (1969) também nos mostra, a partir da ideia de “rarefação dos sujeitos falantes” e de “ordem de discurso”, que as distintas discursividades são produto de uma

seleção entre falantes e discursos instituídos, dos quais os indivíduos entram e saem à medida que suas falas estão de acordo com tais normas instituintes. Não entrará na ordem do discurso aquele que não estiver apto a fazê-lo, seja para proferir as falas ou para interpretá-las em seus significados internos aos grupos. Dessa forma, Foucault (2009, p. 39) nos mostra que alguns discursos se tornam inacessíveis ou são dificultados à compreensão geral. Assim, o discurso funciona “como prática de um ritual que situa, restringe e determina para os falantes propriedades e papéis específicos.”

Tal ritual era instituído nas chamadas “sociedades de discurso” onde uma coerção pela palavra falada estabelecia o comportamento dos seus participantes e se reproduzia nos seus discursos. A noção de ritual:

Define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (Foucault, 2009, p. 39).

Não há mais, segundo o autor, “sociedades de discurso” onde as falas são disciplinadas e se dão na forma ritual antes determinada. No entanto, ainda permanece o jogo de claro-escuro, no qual são permutadas formas de facilitação da apreensão do discurso e segredo que estabelecem coerções aos falantes e controlam o entendimento de alguns ouvintes. Foucault (2009) coloca que a própria escrita acadêmica, assim como o discurso médico ou econômico, estabelece essas diferenciações sendo acessível a grupos determinados e mantendo o distanciamento de outros que não compartilham os mesmos códigos. Desse modo, evidencia-se uma característica do discurso que forma (e é formado por) um grupo de certa forma, doutrinário, que “controla” as possibilidades de apropriação e de difusão dos enunciados. Pode-se dizer que há uma retroalimentação entre discursividade e uma moralidade específica. Esse quadro semantiza as noções de “ritualização da palavra” como instituição de papéis e de “sujeição do discurso” como condição e resultado da participação de um determinado grupo.

De outra forma, Foucault (2009) nos aponta que o discurso não é apenas algo controlado e previsível de acordo com o grupo de onde emerge. O discurso também contém em si a originalidade e a singularidade. Nesse sentido, cabe atentar novamente para a noção

de discurso como “acontecimento”. Para o autor, o discurso pode ser da ordem dos acontecimentos, não como um evento em si mesmo, mas como uma força irruptiva que inaugura uma nova ótica, a qual influencia na apreensão de novos fatos e remodela o olhar retroativo, ressignificando falas e situações já passadas. Logo, o discurso tomado como acontecimento significa um instante que congela passado e futuro, uma temporalidade específica que modifica o olhar retrospectivo e perspectivo desde seu significado. Assim, o acontecimento é visto como algo que incide sobre os sujeitos revelando a presença de um efeito de poder.

Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras, mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, 2009, p. 50)

Entretanto, o acontecimento é vinculado a uma série, isso nos lembra de que um discurso não se dá espontaneamente, é sempre produto de uma escala de outras alocações nas quais se enquadra. Desse modo, ao mesmo tempo em que inaugura uma ideia ou uma ótica analítica sobre determinado assunto, o discurso acontecido também é produto de uma espiral que lhe propicia o surgimento.

Ainda segundo Foucault, o discurso se dá na ambiguidade e de forma descontínua. Ora pode ser seguimento de uma série, ora pode justapor-se a outros discursos ou mesmo excluí-los e ignorá-los. Também pode ser definido tanto como o *acontecer* do discurso e sua singularidade, como do lapso de tempo e a atualidade que engendra o discurso.

Para Cardoso (1995), o acontecimento é uma atualização do discurso, algo que renova a série de enunciados e indica uma mudança de perspectiva, podendo também ser notado como uma problematização da atualidade.

Além disso, o acontecimento é algo que incide sobre o sujeito da fala indicando a incidência de novos efeitos de poder sobre o ser que discursa. Não é possível entender o conceito de acontecimento como um corporificação. No entanto, os efeitos da fala, sob a ótica do acontecimento, indicam a materialização de uma nova força que atua no ser e que deve estar identificada no discurso do mesmo.

Ao genealogista é de competência a análise dos acontecimentos, ou seja, dos efeitos (atributos) do exercício do poder que pairam na superfície dos corpos. Integra-se à pesquisa genealógica de Foucault a análise do exercício do saber que efetiva um corte nos acontecimentos para, como já foi dito, tornar real algo que, nesta perspectiva, não tem realidade corpórea. (TEMPLE, 2011, p.93)

Portanto, o acontecimento é uma noção que está fora da materialidade do corpo. O discurso, visto a partir do acontecimento, é parte das condições que o fizeram existir. O acontecimento é o encadeamento de circunstâncias que tornaram possível o discurso, logo não é materialidade nele, mas se faz necessário para compreender os efeitos de poder que incidem sobre o mesmo.

No contexto de análise dos *bondes*, a discursividade apresentada pelos jovens pode ser entendida dentro de um contexto de conformidade com certa normatividade centrada entre o contexto de vulnerabilidade da periferia e a criminalidade. A noção de acontecimento em Foucault (2009) nos auxilia a compreender que a emergência dessas falas convergentes são o resultado de condições exteriores ao discurso, mas que permitem que os indivíduos organizem sua fala, tendo como referência um determinado lugar de sujeito.

Por fim, volta-se a focar a ideia de enunciação, a qual estabelece um jogo de compreensão com a noção de acontecimento em que uma é explicável à luz da outra. Dessa forma, faz-se necessária a elucidação da noção de enunciado vista por Benveniste (2005) como uma apropriação da língua, algo que se realiza, não na relação locutor/interlocutor, mas na relação com a língua. Outra característica fundamental da enunciação é sua irrepetibilidade. Nesse sentido, Foucault (2009) afirma que o enunciado é um acontecimento, um conjunto de signos determinado de forma singular e temporal que não volta a ser dado. De outro modo, não podemos pensar no enunciado fazendo sentido sozinho. Ele só pode ser entendido dentro de um conjunto de elementos de natureza igual e, portanto, mesmo quando representa o rompimento, o enunciado é em absoluto relacional.

Em vista disso, cabe pensar o enunciado como unidade discursiva fundamental, já que as produções discursivas dos sujeitos são, em parte, moldadas por uma historicidade e construídas socialmente. Assim, o enunciado é prática social e acontecimento sendo resultado de relações entre posições de sujeitos e sendo produto e produtor de um conjunto de formações imaginárias de quem fala, de quem ouve e do assunto que se fala.

2.2.3 A Inserção no Campo e os Espaços de Pesquisa

No início da investigação, as referidas casas da juventude seriam os principais espaços de pesquisa, especialmente por terem unidades nas três áreas periféricas da cidade. Embora o projeto tenha se desenvolvido de forma mais lenta do que o programado, foi possível visitar várias vezes o centro, localizado no bairro Lomba do Pinheiro, o único que se encontrava já em funcionamento ao longo desta pesquisa. Ainda que a falta dos outros centros pudesse tornar a busca de informações mais difícil, este não foi o único impasse do percurso de pesquisa. A principal dificuldade em compreender a ação dos jovens dos *bondes*, a partir dos contatos obtidos dentro dos centros POD, foi o fato de que os jovens participantes dos *bondes* com características delitivas evitavam a integração ao projeto, pelo menos no primeiro espaço inaugurado para o programa.

Nas conversas com alunos e professores desse centro, foi referido que os jovens participantes dos grupos de pichação, por exemplo, assim como aqueles ligados ao tráfico, não participavam do projeto. Em alguns contatos com os professores, foi possível perceber que a referência a alguns jovens era, de certa maneira, depreciativa, como se a presença dos mesmos nas aulas perturbasse o andamento do conteúdo; então, era melhor que deixassem as aulas logo no início, já que “queriam aparecer”³³. Além disso, nos encontros com alunos, houve relatos de que os “guris de bonde” ou ligados ao tráfico nem chegavam a se matricular nos cursos, mas que, por vezes, em determinados horários, gravitavam em torno do espaço do POD. Não foi possível encontra-los nas imediações daquele espaço nos dias em que o campo foi feito, por isso, foi preciso estabelecer outras formas de acessar o “mundo da vida” dos jovens participantes de *bondes* mais ligados à delinquência. Assim, a maneira de entrar em contato com esses sujeitos foi visitar outros espaços do bairro, como a escola e uma praça, onde aconteciam eventos de lazer ligados às atividades das Casas da Juventude, mas realizados fora das suas dependências. Nesses eventos, era possível observar a chegada dos jovens em bandos e conversar com os mesmos.

Nos eventos realizados na praça, a dinâmica observada foi bem mais produtiva para a análise, mesmo daqueles jovens que não tinham ligações com a delinquência e que participavam do projeto. Em um dos eventos observados, a proposta era uma revitalização da

³³ Isto é, costumavam incomodar durante a aula, fazer brincadeiras e buscar discussões com os professores para atrair a atenção dos colegas.

praça. As pessoas começaram a chegar perto das 14 horas para iniciar a limpeza do local. O centro PDO contactou a prefeitura pedindo que esta enviasse servidores para realizar o corte de grama, limpar, recolher os entulhos e montar brinquedos para as crianças porque os da praça estavam muito velhos e quase todos quebrados. O que se deu, no entanto, foi um claro descaso por parte da prefeitura que enviou apenas dois funcionários e algumas fantasias, não atendendo às expectativas da comunidade. Então, pessoas do bairro, alunos e professores do Centro ajudaram na organização da praça para o evento que se iniciou por volta das 16 horas. Com a música, os jovens começavam a chegar em bandos de mais ou menos cinco elementos e, em cantos da praça, juntavam-se com outros jovens, constituindo grupos maiores que mantinham contato entre si.

Início a inserção perguntando a uma das assistentes do POD sobre os jovens dos grupos: se haviam sido alunos, se tinham ligação com os bondes. Então, ela faz algumas considerações sobre eles e chama um pelo nome. O garoto de 16 anos vem até nós e responde, com certo constrangimento, as perguntas introdutórias que faço. Quando entro no assunto dos bondes, ele titubeia, diz que participa, mas não picha mais porque a polícia “tá prendendo geral”. Logo, a assistente que me acompanhava interroga sobre o irmão do rapaz e inicia uma série de questionamentos e comentários de caráter normatizador (tais como, “coitada da tua mãe, ela sabe que o teu irmão ainda picha?”) que acabam por silenciar o informante.

Naquele episódio, compreendi duas questões fundamentais: a primeira, é que não conseguiria chegar aos sujeitos de pesquisa pelos assistentes, nem poderia observá-los nos espaços do POD; a segunda, que os jovens ligados aos *bondes* mais delitivos se recusavam a participar ou evadiam as aulas do projeto. Esse espaço, mesmo representando uma das pouquíssimas atividades de lazer disponíveis no bairro, também era mais uma forma de controle dos corpos dos jovens. Não por responsabilidade dos funcionários do lugar, nem mesmo pela ideia que deu origem ao projeto, mas pela própria natureza das dinâmicas em que se davam as relações dentro do mesmo, as Casas da Juventude se tornavam mais um dos braços do Estado que exigia demasiada disciplina dos jovens. Acostumados a se esgueirar na noite para pichar, e se confundir dentro dos grandes bandos, esses jovens não podiam aceitar a forma como aqueles centros lhes ofereciam oportunidades, mais demandavam deles uma individualização e um controle comportamental que não desejavam.

Assim, estabeleci contato com os jovens falando diretamente com os mesmos, refazendo visitas aos PODs, mas aproveitando momentos em que estavam chegando ou saindo das aulas para interpelá-los sozinhos ou em grupos. Nos eventos da praça, procurei puxar conversa estabelecendo pontes entre os participantes do POD e os que não participavam. Também procurei informações através de outros contatos, efetuados primeiramente por facebook.

2.2.4 Territórios e Circulações Teórico-Analíticas

Nesta pesquisa prioriza-se uma abordagem característica da microsociologia que tende a concentrar o foco de análises não nas estruturas, instituições ou na ideia de sociedade como um organismo funcional, mas sim nas relações e nas socialidades imediatas que os indivíduos estabelecem. Nesse sentido, se coloca uma tendência em concentrar importância na figura do indivíduo mais do que na ideia macroestrutural de sociedade. O indivíduo é aqui entendido na perspectiva de Simmel (1977) como um ente que não tem significação sozinho, mas que adquire significado na relação que estabelece, portanto sempre pressupondo um “outro”.

Torna-se fundamental ter em mente a noção interacionista de *self* (ou si mesmo), na qual o indivíduo não é definido por um núcleo duro, uma identidade inerente, mas se define na forma que a relação de alteridade lhe atribui. É somente se deparando com o diferente que se pode dizer o que cada indivíduo se torna em determinada situação. Logo, o indivíduo como noção simmeliana excede a perspectiva de indivíduo como projeto último da modernidade, isto é, há uma negação de que o mesmo seja um ente com uma essência material imutável, algo como um átomo, que seja indivisível e posto *a priori* do contato social. Em Simmel, bem como nas abordagens do interacionismo simbólico, o indivíduo é uma unidade de análise que ganha contornos à medida que estabelece interações sociais e atua de forma desigual nas distintas socialidades em que se insere. Assim, a noção de indivíduo é abordada aqui como algo em processo constante, do mesmo modo que a noção de subjetivação se dá em trânsito por diferentes possibilidades de relação social, determinadas não pelas macroestruturas e, sim, pela lógica situacional que estabelecem.

Sobre a noção de corpo e sexualidade, orientada principalmente pela perspectiva foucaultiana, e pelos estudos feministas e de gênero busca-se propor uma desconstrução dessas categorias como nexos atribuidores de um sentido dado e fixo. Tais noções são abordadas como possibilidades e processos em constante construção e sempre referenciadas nas relações que os sujeitos estabelecem.

A questão das desigualdades de gênero e raça foram preocupações metodológicas desde o início da pesquisa. No entanto, o fato das diferenças de gênero serem, consideravelmente, mais manifestas nas relações observadas, decidiu-se por abordá-las em

vez de entrar nas complexas discussões de etnia e raça. A questão da raça aparecia nas relações "extra-bonde", isto é, dentro da sociabilidade dos *bondes* (mesmo nas de diferentes regiões). Essa questão não parecia exercer fundamental importância, mas se manifestava nas interações fora do grupo como, por exemplo, em abordagens da polícia. A raça parecia estar sublimada no preconceito contra a própria periferia, como se os jovens negros e pardos fossem os "tipos ideais" periféricos ligados à delinquência. Quando questionados sobre raça, os jovens negavam conflitos nos grupos, mas reagiam positivamente quando se perguntava se a polícia costumava pará-los mais. "Se os polícia me vê com essa lata aqui, indo pro centro, certo que vai faz paredão" (DC, 25/10/2013), dizia o jovem da zona leste com certo tom de humor, como se a referência a sua "lata" (cor e aspecto) também dissesse da sua potencialidade de indisciplina. O enunciado também mostra que a questão da raça é mais "visível" quando há um deslocamento do jovem, como se a cor dentro do bairro não tivesse fundamental importância. Assim, a questão da raça fica de certa forma sublimada nas desigualdades de moradia, as quais são amplamente discutidas neste trabalho.

Nesse sentido, abordagens da Escola de Chicago são enfatizadas nesta pesquisa, principalmente, no que se refere ao entendimento do espaço urbano como produtor de significados. Aqui a ideia de espaço e território são analisadas não apenas enquanto limites físico-geográficos, mas como *locus* de produção de sociabilidade e sujeitos. Dessa forma, entende-se a possibilidade de que os territórios estabeleçam trocas simbólicas com os indivíduos que interagem neles, à medida que se ressemantizam através das relações que engendram, mas que também são ressemantizados por estas.

3 PERIFERIA E ESTIGMATIZAÇÃO

Ao analisar a sociabilidade dos *bondes*, a primeira noção que parece definir esse movimento é a sua pertença à periferia, a qual se mostra como base do cimento societal que une os jovens, relação notável nos cantos e palavras de ordem, mas principalmente nas letras de música, como se pode notar no trecho de rima que segue: “Mano dos pedrinha³⁴ representando as favela na humildade, mulhé é mato fama é balde e os paga-pau aplaude, amizade”³⁵ (Os + Pedrinha DZN), e, no trecho de *funk*:

Tretemo, vivemo no morro,
Onde a guerra acontece direto,
Essa é a vila Bom Jesus,
Onde só vive malandro e esperto.
A guerra não começou ontem nem hoje
Essa é a voz do malandro,
Aqui é um palco de guerra que existe mais de 43 ano.
Eu não tô fazendo ladaia
Só digo no funk a realidade,
Humildade aqui que não falta
Na Bom Jesus nossa comunidade³⁶” (Os Ala³⁷ 470... só os de verdade).

Além de falar da pertença, as músicas se referem a um contexto de privações que acaba por estreitar os laços de solidariedade dentro de determinados grupos. É o fato de compartilharem um território e sentirem, coletivamente, os efeitos sociais que a sua localização engendra que torna essa sociabilidade (advinda do conflito) possível. Sabe-se que as diferentes representações sobre as periferias tendem a produzir implicações e, frequentemente, inferiorizações àqueles que estão vinculados a ela. A estigmatização é o efeito mais notável sobre os jovens e o próprio movimento do *bonde*. A atribuição de características inverídicas, resultante da não convivência entre grupos distintos, também se alimenta dela e reproduz nas pessoas os adjetivos primeiramente atribuídos a um espaço geográfico. Essa atribuição pressupõe que um determinado território se coloca como o detentor do discurso capaz de apontar os elementos de outro tendendo a inferiorizá-lo, como é o caso da noção de periferia, sempre vinculada e relativamente submetida a um suposto elemento central.

³⁴ O nome do *bonde* dos “+ pedrinhas” refere-se ao local de moradia, Chácara das Pedras.

³⁵ Música de fundo do vídeo Os + Pedrinha DZN. **Youtube**, 28/01/2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=EnBTwEZ50m0>> Acesso em: 28/10/2013.

³⁶ Música do vídeo Os ALA 470...só os de verdade!. **Youtube**, 08/03/2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VtbaOCINTtM>> Acesso em: 29/12/2013

³⁷ O nome dos “Ala” refere-se a Rua Ala da Vila Bom Jesus.

Cabe notar que a noção de periferia é tratada de diferentes formas nas diversas áreas de conhecimento. Nas abordagens das Ciências Sociais, ora aparece como termo explicativo de uma dimensão territorial, ora aparece vinculada à ideia de produção de saberes e epistemologias localizadas. Mas há algo de comum nessas explicações: é a associação entre a periferia e uma linha que delimita a existência de algo que está dentro ou está fora pressupondo um conjunto de fenômenos e processos produtores de desigualdade (FONTES, 2012). A polissemia própria da palavra periferia engendra significações no sentido físico e simbólico atribuindo determinadas representações àqueles territorializados “dentro” dos limites tangidos por ela. Tais limites podem apresentar-se de forma borrada agenciando diferentes dimensões socioespaciais e produzindo centralidades específicas no interior da própria periferia. Para Fontes (2012), os processos de periferização também são responsáveis pela produção e reprodução de representações e significados negociados com os demais espaços da cidade e organizados a partir da esfera estatal e das demandas econômicas.

3.1 A PERIFERIA NA DISCUSSÃO DA PÓS-COLONIALIDADE

A preocupação sociológica sobre as produções discursivas dos demais espaços das cidades em relação à periferia urbana também é notável nas relações centro-periferia em níveis territoriais distintos. Tais produções sobre a periferia urbana podem ser entendidas em um jogo de retroalimentação com os históricos processos de marginalização social e “vulnerabilização” de determinadas populações, mas também podem ser observadas à luz da discussão acadêmica sobre a pós-colonialidade. Esses estudos têm como horizonte a superação dos discursos duais que estabelecem supostos centros geográficos e epistemológicos em relação às respectivas periferias que deveriam reproduzir e submeter-se a tais modelos discursivos.

Chambers (1994) e Furtado (2012) nos mostram que os processos de dominação dos povos indígenas, africanos e orientais, através do imperialismo, também legaram a esses povos a obrigação de seguir os modelos epistemológicos das metrópoles. Esse processo de imposição dos paradigmas eurocêtricos implica na emergência de razões, vozes e perspectivas duais numa relação de poder em que a periferia é sempre apresentada e representada em referência à metrópole.

Para Toro (1999), a periferia sente-se coagida a seguir os parâmetros centrais, uma vez que, submetidos à razão colonial, os discursos das periferias são homogeneizados, depreciados e considerados exóticos. A visão da cultura da periferia com os filtros do exotismo e da romantização impedem a possibilidade de diálogo com as culturas centrais sob a alegação de que as culturas populares deveriam permanecer “puras”. A posição essencialista dessa perspectiva desconsidera os processos de hibridização e acaba por excluir aqueles que não se adaptam ao ideal de pureza. Por fim, Toro (1999) nos mostra que a “proteção” dessas culturas e a negação do hibridismo terminam por impedir a recodificação dos discursos sobre centro e periferia, perpetuando a colonialidade.

De outro modo, o olhar sobre os processos de hibridização também nos permite perceber que os discursos centrais sobre a periferia afetam-na ressemantizando a visão que tem de si mesma. Além da incorporação de paradigmas centrais, a periferia acaba por absorver o olhar que o “outro” produz e, por vezes, a reproduzi-lo: “suele ocurrir que el espejo e la pasaje que el centro nos ofrece sobre nosotros o sobre aspectos parciales de nosotros termina por resemantizar nuestra propia imagen” (ACHUGAR 1994, apud TORO p. 40)

Nesse sentido, Chambers (1994) nos mostra que a forma como os discursos coloniais se referem às periferias tende a configurá-las como um espelho deformado do seu referente. A proposta dos estudos pós-coloniais visa pôr em evidência essas relações assimétricas de poder, mas, principalmente, superar a ótica binária que coloca em oposição os modelos em detrimento de um deles.

Os estudos pós-coloniais também trouxeram visibilidade às culturas das periferias enquanto modos particulares de vida. Além de engendrar saberes territorializados, a periferia urbana faz emergir formas e estratégias específicas de configurar coletividades e subjetividades. Assim, é possível olhar a periferia urbana também como um “lugar de organização simbólica, de constituição de uma cultura, de uma trajetória de um povo que lá se assenta” (FONTES, 2012, p.15). De acordo com Lopes (2010), as periferias urbanas seriam lócus de produção de “mundivivências” específicas compreendidas na contraface da pobreza e da vulnerabilidade a que são submetidas. Essas mundivivências configuram estratégias dos sujeitos oriundos das periferias para driblar a condição de excluído que lhe é imposta de forma exógena. Se nos discursos dos indivíduos do centro os moradores da periferia não têm

direito a integrar parte importante da cidade, nas interações e sociabilidades cotidianas esses últimos negociam a sua forma de inserção em diferentes espaços urbanos, produzindo novas experiências e sentidos de territorialidade.

No caso dos *bondes*, os limites entre centro e periferia são entrecruzados constantemente, pode-se inclusive compreender esse movimento como a insistência em suplantar esses limites pelo exagero dos signos que trazem em seus corpos e seus cantos e palavras de ordem. A “imagem” do *bonde* circulando é tão “hiperperiferizada” que exacerba e borra os limites perceptíveis entre centro e periferia, considerando que o paroxismo instaurado sobre algum elemento tende a desconfigurá-lo tornando outra coisa.

A ida ao centro, além de constituir uma resistência física aos limites impostos simbolicamente através das divisões geográficas, é também a insistência sobre interpenetração, não a mescla, mas a negociação e a inserção de uns nos espaços dos outros que caracteriza o *bonde*. É o caso relatado sobre os bailes *funk* na periferia que ultimamente atraem grande contingente de jovens do centro e de áreas nobres. “Hoje mudou o público do *funk*, era uma coisa que a gente esperou pra ver acontecer, tanto o funk quanto rap, hoje em dia tá diferente, antes era mais só o pessoal da periferia, hoje tem gente de tudo que é jeito” (DC 15/05/2013)³⁸. No mesmo relato, ainda se nota uma preocupação dos produtores do baile em que os jovens que venham de outros lugares estejam à vontade no ambiente da festa, sem a possibilidade de serem abordados pela polícia ou por delinquentes. “O pessoal que faz os bailes não quer se incomodar, se tiver o pessoal do Sarandi e da Restinga eles não vão brigar, porque o pessoal não quer polícia nem mídia ruim sobre o baile, então é mais difícil ter a briga de *bonde* no baile” (DC, 19/10/2013)³⁹. “Hoje se tu ir lá na Tuca é super tranquilo, super bem-recebido. A festa é deles, é engraçado que ninguém se mete a chegar ali, nem a polícia nunca vai chegar ali. Todo mundo é cuidado pode ir com a tua melhor roupa, melhor joia, ninguém vai mexer contigo.” (DC 15/05/2013).

Mesmo que a contrapartida dessa inserção no centro para os jovens da periferia não se dê da mesma forma, o fato de jovens do centro buscarem divertimento na periferia já é funcional no sentido de que contribui para romper com um imaginário propagado por

³⁸ Trecho de entrevista individual com o produtor musical

³⁹ Trecho de relato em grupo focal

representações externas que povoa a periferia e os bailes *funk* de elementos com características de periculosidade e promiscuidade.

3.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E PERIFERIZAÇÃO

A preocupação sociológica com as populações urbanas e as dinâmicas que ordenam a vida nas cidades já é notada desde as obras dos fundadores da área (SIMMEL, 1967) e (WEBER, 1967). Simmel (1967) observa, nas cidades do século XIX, a emergência de encontros processados entre a ideia de proximidade física e distância social e de um tipo específico de atitude desenvolvida por seus indivíduos: a atitude *blasée*. No início do século XX, as ideias de Simmel sobre a “Metrópole e a Vida Mental” e o conceito de sociabilidade são ressignificadas pelos precursores da Escola Sociológica de Chicago, os quais desenvolveram uma abordagem inovadora sobre a urbanidade, com a utilização de pesquisas etnográficas marcadas “por uma ideologia de intervenção pragmática nos chamados problemas urbanos” (FRUGOLI JR., 2005, p.136). Os trabalhos de Wirth (1967), Park (1967) e outros teóricos dessa filiação trazem à tona a noção de “ecologia urbana”, expressão que entendia a dinâmica da cidade de Chicago como organizada segundo zonas específicas marcadas por características sociais, econômicas e étnicas que influenciavam na vida dos moradores de acordo com a proximidade em relação ao centro. À medida que desempenhavam seus estudos sobre as interações em espaços públicos, a marginalidade e a segregação étnico-racial, os teóricos da Escola de Chicago destacavam a amplitude e a complexidade das formas de organização do contexto urbano.

No Brasil, além da forte influência da Escola de Chicago, os estudos sobre a urbanidade se constituíram de certo embate entre abordagens sociológicas e antropológicas e entre perspectivas mais focadas na ideia de cultura urbana em contraposição às percepções da cidade como produzida a partir das relações de trabalho, sendo determinada por questões macroestruturais. A partir dos anos 1970, a proliferação das periferias e bolsões de miséria urbana começou a se tornar uma preocupação corrente entre os estudos de núcleos das Ciências Sociais. No enfoque estrutural, destacaram-se os trabalhos de Mariccatto (1996) sobre os reflexos da desigualdade na estrutura urbana, e Kowarck(1979) que entendeu a formação das periferias urbanas a partir do conceito de “espoliação urbana” e da ideia de precariedade. Com os trabalhos de Magnani (1984), Caldeira (1984) e Zaluar (1984)⁴⁰, bem como de Durham (1986), a periferia passa a ser vista não como restrita aos conflitos de classe,

⁴⁰ Vários desses trabalhos ancorados em abordagens sobre representações simbólicas foram orientados por Eunice Durham e Ruth Cardoso como nos mostram ECKERT, Cornélia e ROCHA, Ana Luísa Carvalho (2013)

mas sob as representações simbólicas de seus moradores e a forma como se organizam em comunidade.

Ao analisar o contexto de São Paulo, Caldeira (2008) nos mostra que as cidades passaram por, no mínimo, três processos distintos que conformaram a divisão do espaço urbano e, principalmente, a relação centro-periferia. Do século XIX até meados da década de 1940, observa-se uma disputa pelas zonas centrais das cidades ainda em expansão. Entre as décadas de 1940 e 1980, acontece uma progressiva segregação das populações mais vulneráveis nas zonas periféricas, conformando uma oposição em termos econômicos entre centro e periferia. Da década de 1980 em diante, uma terceira dinâmica de urbanização começa a ampliar a segregação anterior. Nesse novo processo, a divisão centro-periferia recebe novas segmentações dentro da própria periferia urbana, a qual passa a ser disputada também pelos setores de mais altas rendas.

Para Feltran (2010a, p.61), o tema das periferias se consolida nas Ciências Sociais entre as décadas de 1970 e 1990, sendo abordado “em torno das categorias trabalho (sobretudo industrial), família, migração e religião, embebidas na promessa de contrapartida fordista do assalariamento.” A periferia teria se gestado em associação com o projeto de modernização do país e, portanto, traria consigo o sonho de ascensão social da família operária como síntese das categorias descritas. Mas passadas três décadas, a dinâmica laboral das populações da periferia pouco tem relação com a atividade fabril. As principais fontes de renda daqueles territorializados nos bairros periféricos se dão no setor de serviços e/ou gravitam em torno da informalidade, precariedade e, por vezes, da ilegalidade, o que aumenta o fosso que os diferencia das populações de outros bairros.

Os bairros têm diferentes distribuições de capital social, econômico e cultural. Essas diferenças e, principalmente, o isolamento entre as populações territorializadas em cada bairro, dificultam as interações sociais e a troca de capitais distintos entre os indivíduos. (RIBEIRO, 2007)

Para autores como Wacquant (2007) Ribeiro (1999), Borja e Castells (2000) as reestruturações da economia capitalista, principalmente, a retração no setor industrial estariam determinando um processo de polarização das cidades de forma a inflar as zonas periféricas onde se encontram os setores sociais com renda mais baixa. Tais transformações no mundo do

trabalho estariam forçando a composição de uma estrutura social *bimodal* no que diz respeito à estrutura sócio-profissional e, por consequência, à renda, produzindo uma nova forma de periferização e produção de pobreza nas cidades. O mercado de trabalho, ancorado na economia globalizada, produz uma segmentação dos postos de trabalho, na qual se misturam empregos com profissionais muito qualificados e remunerados e empregos que exigem pouca qualificação e com renda muito baixa, além dos informais. A “marginalidade avançada”, apontada por Wacquant (2001), revela uma nova face dos processos de periferização que se desenvolveram a partir das últimas quatro décadas. “Essas mudanças resultariam em ‘uma nova ordem espacial’, cuja característica central seria a dualização das estruturas urbanas” (RIBEIRO, 1999, p.4). Além disso, as dinâmicas próprias do crescimento das grandes metrópoles também acabam por produzir, cada vez mais, zonas ilhadas do centro das cidades dificultando o contato entre os moradores desses locais e os demais moradores.

Caldeira (2008) observa esse mesmo processo na cidade de São Paulo e afirma que, nas últimas décadas, as periferias melhoraram em termos de infra-estrutura e descentralização de novos locais de trabalho, como as empresas do setor de serviços. Consequentemente, os terrenos tornaram-se mais caros e mais atrativos aos setores de mais altas rendas interessados em escapar do trânsito caótico das áreas centrais. Em diversas metrópoles, passa-se a observar o mesmo fenômeno, a periferia, que antes era reservada aos setores mais pobres, passa a ser dividida entre setores sociais distintos e opostos. A disputa pelos espaços que circundam o centro entre condomínios fechados e favelas se torna uma cena comum. Assim, “sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.” (CALDEIRA, 2008, p. 211).

A partir de um discurso sobre o crime e sobre a suposta violência dos territórios mais pobres da periferia, Caldeira (2008, p.301) observa que os setores mais altos justificam a construção de “enclaves fortificados” nessas áreas, negando a possibilidade de interação.

Moradores de todos os grupos sociais argumentam que constroem muros e mudam seus hábitos a fim de se proteger do crime. Entretanto, os efeitos dessas estratégias de segurança vão muito além da garantia de proteção. Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos.

Além dos muros e outros sistemas de segurança, a própria rua é construída não para os pedestres, mas para os carros de modo a desestimular a passagem dos mais pobres nas imediações dos grandes condomínios. Dessa forma, têm se gestado, com rapidez no Brasil e na América Latina, o que Caldeira (2008) chama de “cidades de muros”, isto é, espaços urbanos marcados pela segregação forçada de alguns setores (os quais desde sempre foram tolhidos de usufruir da cidade) e espaços onde a “guetificação” é voluntária, uma forma de negar os encontros em público nos locais tradicionais e de produzir espaços de convivência restritos, controlados e com fronteiras fixas. Nos enclaves fortificados, os espaços dedicados ao convívio homogêneo substituem a rua como lugar do encontro, provocando certa confusão entre o público e o privado. Como consequência, a rua perde o sentido de espaço de visibilização das diferenças.

3.2.1 A Periferia Como Espaço Sócio-Territorial Segregado

A situação de exclusão e distanciamento, (territorial e socioeconômico) na qual as periferias de Porto Alegre estão inseridas, preconiza o surgimento de um processo de produção discursiva sobre as populações e sobre o próprio espaço periférico desde a ótica das populações territorializadas no centro ou nas zonas nobres da cidade. De acordo com Feltran (2010b, p. 571), a periferia é construída a partir de discursos externos enquanto uma categoria que abriga a ideia de ‘realidade social’. Dessa forma, o autor coloca que “as periferias seriam então o lugar dos pobres, e todos sabem o que isso significa: trata-se de lugares subalternos socialmente, por vezes vistos como ‘submundos’, em que convivem misturados ‘trabalhadores’ e ‘bandidos’, que despertam piedade e insegurança.” A partir desses discursos, são estabelecidas categorias e valorações, amplamente reproduzidas pela mídia, que distinguem esse espaço produzindo modos de subjetivação e sujeição. Para o autor, essa visão sobre a periferia não deve ser descartada como sendo “falsa”, uma vez que, mesmo sendo produzida externamente, essa representação produz efeitos sobre os sujeitos a quem se refere. No entanto, essas estigmatizações acabam por reduzir a complexa dinâmica de identidades e relações que emergem em seu território e que, dessa maneira, constituem as várias e distintas “realidades sociais” que compõem.

Como Wacquant (2007) nos mostra, ao mesmo tempo em que essas regiões urbanas são precarizadas no nível das políticas públicas e da inserção laboral, o discurso sobre esses espaços reforça a sua estigmatização enquanto lugares produtores de violência e de

degradação social reservados aos “párias urbanos”. “Al final importa poco si estos lugares están arruinados o son peligrosos, si su población está o no compuesta esencialmente de pobres, de minorías o de extranjeros: la creencia prejuiciada de que así es basta para desencadenar consecuencias socialmente dañinas” (WACQUANT, 2007, p. 194).

A ideia de um território significado e compartilhado perde-se pelo sentido depreciativo que a experiência de dividir um espaço desqualificado confere àquele que é originário do mesmo. Essa forma de referência à periferia pode determinar, nesses espaços, um processo análogo à noção de *hipergueto* de Wacquant (2001). Esse conceito apresenta uma mudança na sensibilidade dos moradores da periferia sobre o seu lugar de moradia. Significa “la perdida de una localidad humanizada, familiar en lo cultural y socialmente tamizada, con la que se identifican las poblaciones urbanas marginadas” (WACQUANT, 2007, p.195). A percepção da experiência compartilhada se vê afetada pelo discurso desqualificante fazendo com que a pertença a esse lugar se torne um motivo de estigmatização. Baixos níveis de estudo, informalidade e precarização da maioria das ocupações, o estigma da própria periferia e a segregação condicionam a autoimagem de forma negativa. Desse modo, os discursos exógenos às comunidades acabam por redefinir a ideia que tais sujeitos têm de si mesmos.

A periferia, tornada nos discursos o lugar produtor por excelência de seres inferiores, aparece necessariamente ligada à ideia de “marginalidade” no sentido, erroneamente utilizado, de um contexto onde se proliferam pivetes e bandidos. Assim, os termos favela, morro e vila são associados à violência e à criminalidade, e os jovens, principalmente do sexo masculino, moradores dessas áreas, são, desde muito cedo, vistos como pretensos “bandidos”. Quando de fato esses jovens da periferia se envolvem em delitos, o lugar de moradia e suas condições de vida pesam sobre eles agravando a sua “capacidade delitiva”. Esse processo de “criminação” é nomeado por Misse (2010) como “sujeição criminal” e traz as percepções sobre seus estudos no campo da violência, no qual constatou “uma complexa afinidade entre certas práticas criminais, as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades, e certos "tipos sociais" de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida” (MISSE, 2010, p.18).

A partir desse conceito, o autor nos leva a entender que os sujeitos oriundos de certos espaços e que cometem delitos tendem a ter sua incriminação exigida e dirigida, não apenas ao crime, mas à sua própria subjetividade vista como degenerada e irrecuperável, resultante e

reprodutora de uma “cultura criminoso” onde os “bandidos” teriam se subjetivado tendo a violência como horizonte de construção identitária. Segundo Misse (2010), a ideia de incriminar alguém denota um estado derivado de uma situação/ação específica isolada, enquanto que, na noção de sujeição criminal, a potencialidade do crime é algo inerente ao indivíduo, como se o crime fizesse parte de uma suposta essência. E nesses casos, em última instância, esses sujeitos são vistos como aqueles que se pode deixar morrer, uma vez que não se pode submetê-los às regras de convívio social.

Nessas ocorrências, a essência criminoso é vista, principalmente pelos agentes de controle social e pelo sistema de justiça, como o produto de um contexto de privações e de socialização em meio à violência, um contexto determinado localizado na periferia. Logo, a sujeição criminal é fundamentalmente territorializada e denota uma “seleção social” que recruta jovens nas comunidades marginalizadas, associando diretamente pobreza e violência e fazendo das crianças e adolescentes desses espaços os tipos sociais de quem a sujeição criminal é esperada.

Essa suposta cultura delitiva também acaba estendendo a sujeição criminal a grupos não delitivos que circundam os incriminados, tendo-os como grupos de referência, fazendo com que alguns jovens adotem padrões de autorrepresentação que os colocam na esteira das “subjetividades degeneradas”. Dessa forma, se dá, interna e externamente, um processo de construção de uma periculosidade de grupos da periferia a partir dos símbolos projetados pelo vínculo a que esses indivíduos se ligam, “justificando” a sujeição criminal, mesmo na inexistência do crime. Assim, o vínculo entre indivíduos,

Que ocupam posições demarcadas pela sujeição criminal com os demais pode ser interpretado como uma “ampliação” ou uma “generalização” da sujeição criminal, primeiramente para o grupo que vivencia a sujeição e posteriormente para indivíduos e grupos que circulam em seu entorno ou que mantêm relações relativamente regulares com os que se encontram socialmente (ou são representados como) sob “exclusão criminal”, mas que não são “bandidos” (MISSE, 2010, p. 31).

Essa apropriação e projeção dos símbolos, termos e alguns comportamentos dos grupos delitivos, pelos jovens do entorno, pode ser uma forma de resposta a um processo de estigmatização que os liga à violência pela moradia, ressaltando a potencialidade de “bandido” sobre todos os outros papéis sociais desses indivíduos.

Nesse sentido é fundamental a compreensão do conceito de “estigma” de Goffman (2008). Embora o autor não tenha tratado do estigma territorial, tal noção é fundamental para compreender a depreciação dos residentes das periferias pelos discursos centrais. O conceito de Goffman (2008) pressupõe que um determinado grupo recebe um atributo profundamente depreciativo que se expressa nas relações desses sujeitos com os que são considerados “normais”. O fato de existir um sujeito ou um grupo estigmatizado serve para confirmar a normalidade de outrem. Isso significa que são estabelecidos diversos códigos simbólicos de referência que padronizam e classificam o que é normal e o que é desviante.

De acordo com o autor, são criados mecanismos para dificultar os “contatos mistos” (ou seja, o encontro entre estigmatizados e “normais”), o que sempre terá consequências maiores para os que sofrem o estigma. No caso das populações periféricas, duas possibilidades são fundamentalmente notáveis: uma é a articulação do seu cotidiano evitando o constrangimento do encontro com o “outro”, o que necessariamente exigiria o confinamento deste indivíduo ao seu ambiente de relações; a outra seria um “controle das informações” sobre o seu local de moradia, isto é, uma projeção de identidade que passe pelo *encobrimento* dessa informação.

De outra forma, a ação dos jovens dos *bondes* parece ir à contramão da perspectiva de *encobrimento*. Assim como os jovens das *galères* de Dubet (1987) que aderiam aos estigmas que acabavam por excluí-los, os sujeitos participantes dos *bondes* não têm interesse em esconder o fato de virem da periferia, ao contrário, eles abusam dos símbolos que os vinculam ao seu território de origem como forma de enfrentamento ao estigma.

A atitude mais comum consiste em anular o estigma mediante o excesso de conformismo: os jovens ‘exageram’ em relação ao estigma, mostram-no demasiado na vinculação de suas ações com a violência e a delinquência.

Cabe ressaltar que a percepção sobre a vinculação entre a ação dos jovens dos *bondes* e a noção de periferia que se mostra central na sua configuração tende a observar esse conceito na forma ambígua com que se projeta e se apresenta nos debates acadêmicos e nas relações sociais, ora sendo fonte de estigmatização, engendrando processos de segregação dos seus habitantes; ora sendo espaço de produção de saberes, sentidos e modos particulares de vida onde se experimentam sociabilidades diversas.

3.2.2 A(s) Periferia(s) em Porto Alegre: Constituição e Produção do espaço Urbano

Até meados da década de 1950, as moradias populares de Porto Alegre eram chamadas de malocas⁴¹. As casas simples em terrenos ocupados e de pouco interesse mercantil recebiam este nome por configurarem uma moradia de passagem identificada com os barracos produzidos em tempos de guerra⁴². A forma como os jornais utilizavam o termo para identificar as moradias acabava por produzir ideários estigmatizantes sobre essas populações. Na década de 1960, o interesse por obras públicas nas imediações das áreas habitadas pelas chamadas malocas fez com que a prefeitura decidisse pela remoção dos moradores para áreas mais retiradas dos centros. Grande número dessas famílias acabou conformando parte das vilas dos bairros Lomba do Pinheiro e Restinga.

O bairro Lomba do Pinheiro, na zona leste da cidade de Porto Alegre, é de povoação inicialmente rural. Ao longo das décadas de 1940 até 1960, a população habitante era pequena, mas este número se modifica a partir da década de 1970, como resultado de uma série de fatores, entre eles, o êxodo rural, o aumento do preço dos terrenos centrais e as remoções seguidas de ocupações nesse novo espaço sem nenhuma estrutura urbana. A partir da década de 1980, o bairro sedia um salto populacional de 12.084 habitantes para 54.912 habitantes em 2000 (FONTOURA, 2005). Essa população é distribuída ao longo de vilas⁴³ formadas no interior do bairro. Segundo a autora, algumas vilas resultantes de ocupações mais recentes levaram um tempo considerável para identificar-se com as demais vilas da Lomba do Pinheiro e integrar-se ao movimento comunitário que reivindicava melhorias para o bairro o qual, até 1989, era considerado o maior aglomerado de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade.

Definido como prioridade nas reuniões do Orçamento Participativo, em 1990, começa um programa de regularização fundiária lançado pela prefeitura de Porto Alegre. No entanto, a série de imposições para que os terrenos loteados fossem regularizados dificultou o uso da

⁴¹ O interessante trabalho de Gamalho (2009) trata da passagem das malocas para a ideia de periferia, ressaltando o caso do bairro Restinga em Porto Alegre.

⁴² O termo também identifica a moradia indígena, mas no Rio Grande do Sul também é utilizado para definir casas de prostituição, inferiorizando tanto a população indígena quanto os moradores de vilas em condição de pobreza. É comum associar no Estado a ideia de “maloqueiro” ao indivíduo promíscuo.

⁴³ As chamadas vilas são o termo utilizado no Rio Grande do Sul e derivado dos países de colonização espanhola como a Argentina. Designa comunidades de aglomerados urbanos com densidade populacional altíssima e parca infraestrutura urbana.

lei por boa parte dos moradores das vilas da Lomba do Pinheiro. Assim, a regularização de apenas algumas áreas no bairro colocou mais uma forma de estratificação social entre as vilas do lugar.

Atualmente, além da heterogeneidade característica da periferia pelas diferentes levas de povoamento, na metrópole de Porto Alegre, tem sido possível notar o mesmo processo já apontado por autores como Caldeira e Ribeiro. As mudanças na economia mundial, a retração no setor industrial e o alargamento do setor de serviços, a formação de novas redes técnicas, bem como a exaustão das áreas centrais e das áreas tradicionais de negócios levaram uma parte significativa dos setores de altas rendas a buscar moradia na periferia.

Por lo tanto, la proliferación de los nuevos fenómenos urbanísticos en la RMPA⁴⁴ están cada vez más dispersas y fragmentadas, una vez que se caracteriza por la emergencia de nuevos espacios sociales, económicos, tecnológicos y culturales, determinadas por la destrucción de los tejidos fabriles e industriales, la construcción de lugares destinados a la expansión de la economía financiera, el desarrollo de las nuevas topologías residenciales, las nuevas formas de distribución comercial sostenidas por la utilización del automóvil particular, el surgimiento de nuevas modalidades de comercialización del ocio, la inversión en infraestructura viaria para dinamizar el desplazamiento y consecuentemente el aumento del poder adquisitivo de la mayoría de la población, el incremento de asentamientos precarios y los niveles de violencia urbana. (UEDA, p.258)

O fato de boa parte desses indivíduos ocupados em negócios poderem trabalhar em casa, fugindo do trânsito caótico do centro, também favoreceu a escolha por moradias mais longínquas. No entanto, essa ida das elites para as periferias promoveu uma dispersão da cidade, o que tornaria necessário um sistema de comunicação e transporte eficiente e democrático. Quando essa transformação não acompanha os processos de urbanização, o acesso aos bens e serviços, normalmente localizados no centro, tornam-se mais uma via de segregação.

Do mesmo modo, as novas moradias de grupos não populares da periferia destoam do local por se tratarem de condomínios fechados, ilhas de conforto separadas das demais casas do bairro. “Los condominios cerrados promueven esa dispersión una vez que están localizados en barrios distantes y para llegar hasta ellos o cerca, solamente en coche y el acceso es restrictivo” (UEDA, 2013, p.257).

⁴⁴ Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em Porto Alegre é possível encontrar diferentes tipologias e denominações para os novos condomínios que se impõem sobre as periferias, bem como diferentes estratégias discursivas dos agentes imobiliários para atrair o interesse dos setores de maior poder aquisitivo. A atração para os mais abastados se dá, principalmente, pela quantidade de espaço para a construção, a proximidade com áreas verdes da cidade e a facilidade no acesso a serviços especializados descentralizados. Entre os projetos imobiliários encontram-se condomínios destinados à construção de grandes casas para os ricos, prédios de luxo que mesclam apartamentos para moradia e salas comerciais, mas também projetos de conjuntos com pequenos apartamentos que atraem pessoas da classe média.

Inicialmente invisibilizados pela distância em relação ao centro e segregados pela dificuldade ao acesso aos transportes e bens públicos, os moradores da periferia de Porto Alegre enfrentam agora a segregação em muros construídos dentro do seu próprio bairro. Do lado de fora: falta de estrutura, de locais para diversão, do acesso à saúde e ao ensino, demandas que aparecem principalmente na fala dos moradores jovens. Dentro dos condomínios fechados: grandes áreas de lazer, segurança, recursos inatingíveis para quem está fora, e, além disso, o acesso ao mundo externo, quando se faz necessário (levar os filhos à escola, por exemplo), se dá pela utilização de carros de luxo que mais parecem carros-fortes isolados que estão no seu entorno. Mesmo nos conjuntos habitacionais da classe média, em que os apartamentos são, às vezes, menores que as casas das vilas, há uma negação do convívio e da vida pública. As crianças brincam dentro do pátio e os pais também preferem colocá-las em escolas mais centralizadas. Os portões com guarda separam, de forma intensa, uma diferença social em relação aos moradores das vilas, mas que ainda não chega a ser tão gritante, se comparada aos habitantes dos condomínios luxuosos. Mais uma vez, a dinâmica urbana trata de recortar e esconder os moradores mais pobres e socialmente menos privilegiados da periferia, formando novas escalas de discriminação em territórios muito próximos.

3.3 A PERIFERIA COMO PROCESSO E CONTEXTO

As análises de Maricato (2000) nos mostram que a constituição das periferias no Brasil se deu a partir da sobreposição de projetos incompletos de organização das cidades, os quais resultaram numa dinâmica desigual em que as populações mais pobres são progressivamente empurradas para as áreas mais desprivilegiadas da cidade. Áreas com riscos

ambientais, com uma impraticável distância física das áreas centrais e, geralmente, com problemas em termos de regulação fundiária. As áreas de ocupação ilegal e as populações que habitam as mesmas acabam ficando fora dos circuitos da cidade-oficial, não se encaixam nos padrões urbanísticos modernos, nem nos planos municipais de melhoria. Segundo Maricato (2000), esses lugares não podem ser vistos dentro das abordagens tradicionais sobre a exclusão urbana porque escapam às suas dimensões analíticas. Dessa forma, essas áreas se tornam *não-lugares*, espaços circunscritos fora da cidade e referenciados sempre pela ausência de políticas e estruturas que permitam aos moradores usufruir da vida urbana, inclusive, na condição de cidadão.

Ao analisar as periferias de São Paulo, Durham (2004) e Feltran (2010b) colocam que grande parte delas foi constituída com a promessa de que sua população seria absorvida pela indústria e que, juntamente com a possibilidade de educação para os filhos, a família moradora da periferia se integrasse à cidade. Com suas expectativas frustradas pela estrutura desigual do espaço urbano e pelas transformações no trabalho, os moradores começaram a organizar, em torno dos anos 1970 e 1980, movimentos sociais que tinham como base o descontentamento coletivo com o contexto de marginalização. Por estarem montados sobre as categorias de trabalho e família, tais movimentos ganharam legitimidade, contrariando a tendência do período de condenação do engajamento político e fundando um novo espaço de construção de demandas para a população pobre da cidade.

Na perspectiva do estudo de Durham (2004), as narrativas dos nativos evidenciavam uma periferia construída como “processo” em que os moradores teciam redes e estratégias políticas numa busca constante pela melhoria de vida e pela diminuição das fronteiras que os segregavam. Nesse contexto de periferia como construção dos moradores, inserem-se os movimentos sociais e as organizações comunitárias que surgem no interior dos bairros mais vulneráveis, a partir da experiência compartilhada de privação.

As periferias, vistas a partir das coletividades que engendram, tornam-se espaços sociais significados pela gramática de luta dos moradores contra as condições de vulnerabilidade e a segregação que enfrentam em seus territórios. Como coloca Lopes (2010), o espaço periférico seria produtor de subjetividades construídas na contraface da pobreza, subjetividades individuais aspirantes da melhoria de vida no interior do seio familiar, como melhorias no emprego, mas principalmente subjetividades coletivas orientadas pela busca da

melhoria das condições estruturais do espaço urbano que compartilham. No entanto, como o autor nos mostra, as subjetividades emergentes nesses espaços também passaram e ainda passam por um atravessamento da individualização dos projetos de melhoria de vida, calcadas na noção de que o “êxito social” é produto de esforço individual, o que recebeu fundamentação por algumas igrejas neopentecostais que associam a desigualdade a uma suposta predileção divina gerando conformismo, reproduzindo os sistemas de diferenciação e deslegitimando a participação em movimentos sociais. Os projetos de melhoria de vida passam a ser individuais, calcados na “conversão”, em alguns casos, e na busca por ocupações que melhorem a renda para que possam se mudar para alguma área menos pobre. O projeto coletivo de melhoria do território habitado começa a perder o sentido, perdendo-se também a memória da construção do lugar como um processo gestado na solidariedade entre vizinhos e nas alianças em torno dos movimentos.

Além disso, o encontro dos movimentos surgidos na periferia com a burocratizante estrutura estatal afeta algumas políticas de melhoria desses espaços, colocando impasses à autonomia dos movimentos no que diz respeito à discussão de demandas e às formas de conquistá-las⁴⁵. Esse processo traz consigo a emergência de lideranças ligadas às instâncias estatais e figuras políticas que reproduzem uma lógica de concessão de melhoramentos à população em vez de enfatizar estas como conquistas do movimento. Além disso, essas práticas clientelistas locais não contemplam toda a população envolvida ou interessada nos benefícios estatais, acaba por eleger (inclusive com critérios econômicos) os beneficiários, cria mais um nível de exclusão nesse espaço e resulta na fragmentação do movimento, tornando-o inoperante frente ao protagonismo de atores políticos descompromissados com as demandas coletivas iniciais e que monopolizam o espaço de construção do político na periferia⁴⁶.

⁴⁵ Para melhor compreender a dinâmica de enfraquecimento dos movimentos sociais da periferia pela ação do Estado, é fundamental a leitura da dissertação de Feltran (2003).

⁴⁶ Feltran(2003, p. 250) nos mostra a difícil dinâmica dos movimentos populares urbanos: *As necessidades da vida, portanto, cumprem papel paradoxal de impulsionar a atuação movimentista para espaços ampliados de resolução dela mesma, ao mesmo tempo em que limitam essa mesma busca profundamente. São as carências da vida que fazem dos movimentos e de suas lideranças figuras de transformação social, na medida que os impelem à política como única forma de negá-las, e os legitima como portadores de causas justas, legítimas. Por outro lado, essas mesmas carências bloqueiam os trânsitos entre as esferas social e política, por razões tanto concretas quanto simbólicas. É na dialética entre essas categorias, conseguida raramente e sempre sob pressão, que a luta política dos movimentos sociais aparece.*

Assim, para os nascidos na periferia mais recentemente, os movimentos populares que conquistaram algumas melhorias não têm muito significado porque não conseguem representá-los, também porque bom número dos atores que conduziam tais movimentos dirigiu suas trajetórias junto à burocracia estatal e as políticas públicas. Mesmo inseridos na construção e efetivação das políticas, esses atores têm uma inserção limitada ocupando espaços subalternos na administração pública, o que gera, em alguns casos, a realização de demandas como “favores” da esfera privada e a deslegitimação do campo de discussão pública como possível de estabelecer diálogos entre a coletividade e as instâncias de poder.

Somado a isso, os jovens não reconhecem a periferia como construção, pois não participaram desse processo amplamente narrativizado por seus pais, os quais ressignificam suas trajetórias a partir do cenário de configuração da periferia.

Nesse sentido, não se pode dizer que os jovens da periferia são apolíticos, alienados ou coniventes com essa dinâmica de “privatização” da política, mas o fato de não aparecerem nos cenários de discussão revela mais que a impossibilidade de sua representação por partidos, movimentos ou sindicatos, revela a falta de espaços onde possam exercer direitos democráticos à fala, ao questionamento de políticas públicas e à construção conjunta de demandas.

As constantes referências ao local de moradia nas músicas são indicativas de um compromisso moral com os vizinhos, por vezes, ligado à forma como os comandos de tráfico organizam as relações com os moradores. “A segurança do morro quem faz, tá ligado é nós, é favela, é os “cria”, só deixa passar morador, se vir os contra é sem simpatia” (Os Ala 470... só os de verdade!). Aqui o uso da palavra “cria” já significa a ligação com o território porque mostra que aqueles criados na “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004) do morro se colocam na responsabilidade de zelar por ele, mesmo que efetivamente esse controle seja feito pelos traficantes.

Quando questionados se gostam do bairro, a resposta frequentemente era positiva como a que segue. “Eu curto aqui sim, a vila Ipê e a São Borja já foi feio já, não dava pra andar depois que anoitecia, agora melhorou, [...] a gente sai encontra os muleque e sai a dá

bandinha tudo de boa, os vizinho é tudo parça pode vê” (DC 07/05/2012)⁴⁷ me dizia o jovem apontando para os pequenos becos da comunidade que me mostrava como sendo onde se localizavam pontos de tráfico. Também me mostrou uma praça onde jovens se reuniam para conversar e consumir drogas, geralmente maconha. A praça muito precária se localizava na entrada da vila São Borja na zona norte da cidade. Perguntei ao jovem se os moradores não reivindicavam melhorias para aquela parte do bairro, ele respondeu com um trejeito nos lábios, com certa descrença de que isso pudesse ser atendido.

De forma ambígua, mesmo não participando das decisões sobre o bairro (quando a oportunidade para isso existe), esses jovens constroem suas trajetórias com base na periferia onde moram. É nesse espaço que se semantizam subjetividades comuns a partir de um contexto periférico que é muito específico. As privações, a pobreza, o contato com a violência, a distância do centro, todos esses elementos constituem um aporte sobre o qual se constrói uma identidade de resistência, de convívio e conhecimento sobre a “realidade” e a vulnerabilidade⁴⁸, a identidade que confere a alguém o adjetivo “vida loka”. De acordo com Hirata (2010), a vida loka representa uma organização social do interior da periferia, um contexto de conflitos constantes, no qual há sempre algo ou alguém a ser combatido. Nesse sentido, aquele que resiste a esse contexto é um guerreiro, encara a luta diária das precariedades e das dinâmicas sociais e políticas desconectadas do ideal de direito e democracia formal em que todos os homens são supostamente neutros, universais e igualitários. “Um certo jogo de luzes e sombras cerca a vida loka, sendo necessário navegar por dentro de terrenos incertos, condenados ao acaso e imersos na imprevisibilidade” (HIRATA, 2010, p. 342). Assim, não se pode compreender a ordem social que permeia a produção de subjetividades na periferia, a partir da construção política formal. Para os imersos na vida loka, a resolução dos conflitos se dá no âmbito local, orientada por normatividades emergenciais específicas da periferia que são mais operativas do que a espera pela institucionalidade, na maioria das vezes, contrastante da dinâmica social “dos vida loka”, como no caso dos agentes repressivos, clássicos antagonistas dos jovens da periferia.

⁴⁷ Trecho de entrevista individual com um ex-participante dos *bondes*.

⁴⁸ Nessas referências à formação da subjetividade no âmbito da periferia é interessante observar o conceito de “vida loka”, destacado na música pelo grupo de Rap Racionais MCs, amplamente referido em falas e músicas dos jovens da periferia e profundamente trabalhado por MALVASI (2012) e HIRATA (2010, p.332) “Este drama cotidiano das vidas precárias, incertas, sempre no limiar entre a vida e a morte, os Racionais chamam de vida loka.”

Falei com um dos jovens sobre a quantidade de referência à noção de “vida loka” nas músicas e nas pichações dos bondes e perguntei o que significava isso. Imediatamente, me respondeu que “ser ‘vida loka’ é ser desenfreado, todo mundo quer ser desenfreado, mas é só pros de fé, desenfreado é o muleque que nunca corre da treta e não abandona os irmão”(DC 07/05/2012)⁴⁹. Pode-se supor que essa pretensa “falta de freios” se refira diretamente à metáfora do bonde se movimentando sem que força alguma consiga pará-lo, mas também pode significar a descida do morro. Considerando que boa parte das periferias da cidade está localizada em terrenos elevados, estar desenfreado pode sugerir que a descida da periferia para o centro é efetuada pelo jovem sem que ele leve em conta qualquer controle social.

A ideia de um contexto comum que engendra a periferia se mostra na solidariedade e lealdade entre aqueles que compartilham a vida loka e só podem contar com eles mesmos. Mas a periferia como pano de fundo da construção de identidades também pode se dar por outras vias, como no caso dos DJs estudados por Fontanari (2013). Na sua tese de doutorado, o autor observa como os DJs da periferia paulista se lançam no cenário da música eletrônica a partir da consolidação de seus nomes, mas também da sua trajetória na “periferia musical” pelo isolamento geográfico em que estavam inseridos. Assim, esses sujeitos consolidam-se com o adjetivo “DJs da perifa” no trabalho de Fontanari (2013) mostrando que as dificuldades de ser morador de favela não impediram a emergência desses jovens na cena musical. De certo modo, a distância percorrida para tocar em festas no centro ou em outros bairros, o fato de aprender a tocar com os piores equipamentos, a própria falta de dinheiro fazem com que esses sujeitos sejam vistos como mais “fortes” e capazes porque resistem a uma série de infortúnios para seguir a vontade de tocar. Aqui o contexto periférico produz novamente identidades “guerreiras”, não mais no sentido de vida loka, do enfrentamento com a violência, mas da vitória contra a precariedade, a discriminação e a diferença, inclusive no âmbito local, uma vez que, no cenário da música eletrônica, são desviantes por serem “da perifa”; no cenário da “perifa”, são desviantes por serem adeptos da música eletrônica, vista como som de playboy.

⁴⁹ Trecho de entrevista individual com ex-participante dos *bondes*.

3.4 PODER, DISCIPLINA E CONTROLE DOS CORPOS INSCRITOS NO ESPAÇO PERIFÉRICO

A perspectiva de análise de poder que dirige o exame deste trabalho e, principalmente deste capítulo, tem como aporte principal a noção de poder disciplinar desenvolvida por Foucault ao longo de uma série de suas obras. A analítica proposta pelo autor revolve as formas de análise e teorizações acerca das relações de poder, principalmente pelo fato de negar a ideia de que ele seja uma categoria de apropriação. O poder em Foucault não está confinado ao Estado e às suas instituições ramificadas e não emana de centros específicos. Ele é visto como estratégia, como algo que se exerce, que se lança mão. Quanto ao Estado, em Foucault, assim como em Deleuze e Guattari (2004), perde sua importância como instituição soberana que concentra praticamente todos os conflitos relacionados à ideia de poder. O Estado passa a ser visto por essa abordagem como mais uma cadeia de produção de relações que está ligada a uma série de outras que não são, necessariamente, menos importantes que as questões estatais. Essas cadeias de relações são chamadas por Deleuze e Guattari (2004) de *segmentos moleculares* e identificam uma disseminação do poder em diferentes focos.

Cada segmento molecular tem seus centros. Pode-se objetar que os próprios segmentos supõem um centro de poder como aquilo que os distingue e os reúne, os opõe e os faz ressoar. Mas não há contradição alguma entre as partes segmentárias e o aparelho centralizado. Por um lado, a mais dura segmentaridade não impede a centralização: é que o ponto central comum não age como ponto onde os outros pontos se confundiram, mas como um ponto de ressonância no horizonte, atrás de todos os outros pontos. O Estado não é um ponto que toma para si a responsabilidade dos outros, mas uma caixa de ressonância para todos os pontos” (DELEUZE e GUATTARI, 2004, p.105)

Em Foucault, pode-se notar uma arqueologia sobre o papel do Estado, na qual a esfera estatal perde em importância analítica na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse longo processo, dissipa-se a ideia de uma soberania estatal e se substitui as formas institucionais de poder confinadas a determinados espaços e à mão do Estado. “Foucault mostra, ao contrário, que o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma ‘microfísica do poder’” (DELEUZE, 1988, p.35)

O Estado não desaparece como forma de poder, mas passa a ser visto, na analítica de Foucault, como uma das ramificações deste em instância longínqua das pequenas relações sociais. Desvia-se o foco das “estruturas sociais” saturadas pelos estudos de perspectiva marxista e funcionalista e presta-se atenção nas microrrelações de poder que excedem,

inclusive, o conflito de classes e direcionam o nó conflitivo para outras relações de onde emanam diferentes tipos de exercício de poder, tais como as relações de gênero, de raça, sexualidade e quaisquer outras questões pessoais que transbordam do jogo cotidiano de relações sociais e excedem o reducionismo economicista.

O que há de piramidal na análise marxista é substituído na microanálise funcional por uma estreita imanência na qual os focos de poder e as técnicas disciplinares formam um número equivalente de segmentos que se articulam uns sobre os outros e através dos quais os indivíduos de uma massa passam ou permanecem, corpos e almas (família, escola, quartel, fábrica e, se necessário, prisão) (DELEUZE, 1988, p. 36).

O poder é visto, nessa abordagem, como mecanismo que escorrega de um indivíduo para outro dependendo da situação vivida; é resumido pelo próprio Foucault como relação de forças. Não é algo que emana de um centro imóvel e soberano como o Estado, não é propriedade de ninguém, nem está posto em um indivíduo de forma atemporal, é, sim, algo que se exerce, se negocia e que transita livre entre indivíduos conforme a relação que estabelecem.

Segundo Foucault, a modificação do estilo de exercício do poder relacionado às instituições do Estado se dá na passagem do século XVIII para o XIX. Foucault observa uma conjuntura que exige a adequação de medidas de vigilância em prol da organização social. O século XVIII é palco de uma explosão demográfica e de um aparelho de produção que necessita cada vez mais de indivíduos úteis e eficientes para extrair o máximo de sua rentabilidade. As medidas disciplinares implantadas nesse momento tendem a fixar as populações em determinados quadrantes de produção e organizá-las de forma a monitorar sua multiplicidade. “As mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, e a elaboração das maneiras de proceder disciplinares mantiveram um conjunto de relações muito próximas” (FOUCAULT, 1986, p.194).

Entretanto, a observação de Foucault centra-se na reforma do sistema penal desempenhada pelo Estado Moderno, capitulada pela concepção humanista e racionalista do Direito. Há, nessa reforma, a crença no aperfeiçoamento do indivíduo como produto da razão e do progresso. Foi baseada nas acepções dos filósofos iluministas, bem como, nas teorias de Bentham e Beccaria, que se estabeleceram reformas jurídicas na sociedade ocidental, instituindo a prisão como forma essencial de penalização dos indivíduos, substituindo as penas capitais.

Evidencia-se, nesse período de estruturação do Estado moderno, o paralelo movimento de humanização do direito, que vai de fato, opor-se, de modo geral, às penas capitais. O entendimento da correção e o otimismo dessa em relação ao homem como ser redimível, não poderia suportar a ideia de eliminação. Essa ideia seria antropofágica no sentido de eliminar o próprio projeto moderno corretivo. A pena de morte, nessa acepção, apesar de sua racionalização em alguns países, tende a ser criticada por uma sociedade otimista de seu processo de civilização. (SILVA, 1999 p.95)

O Estado passa a priorizar a “correção” dos indivíduos em vez de usar as penas no sentido exemplar que Durkheim descrevia. As penas anteriores ao seu processo de racionalização serviam menos para castigar o indivíduo do que para garantir a “coesão social” do grupo que sofre a infração. O projeto moderno que dá lugar ao modelo prisional aposta na força da razão como motor das diferentes instâncias do social e do progresso humano. Foucault procede a uma análise crítica a essa racionalidade que impregna de hierarquia e burocracia as instituições estatais, como já descrevia Weber.

A supressão da penalização do corpo, dos suplícios e execuções públicas também tem um significado que Foucault explica como a passagem de um poder de morte sobre os indivíduos para um poder sobre a vida dos mesmos. O biopoder, como é denominado esse novo controle, tende incidir sobre a construção dos corpos e não sobre a destruição deles. Passa-se a monitorar as pessoas, entendidas em grandes grupos (populações) sob a forma de políticas de medicalização, psiquiatrização e controle quantitativo e qualitativo da vida humana.

A forma do Estado moderno também se modifica adquirindo características do que Foucault chamou de poder pastoral, isto é, mecanismos derivados do cristianismo como a individualização dos sujeitos, passam para a tutela do Estado. Substitui-se a ideia de salvação eterna do legado cristão por uma combinação complexa de técnicas pensadas para a “salvação terrena” dos indivíduos (saúde, bem-estar, segurança, trabalho e inclusive a prisão).

Todavia, a contrapartida desse “cuidado” pelo Estado seria a vigilância dos comportamentos individuais como uma constante “correção” das condutas humanas. Essa vigilância vai se dar em diferentes espaços/instituições (escolas, hospitais, bases militares, fábricas) que têm por objetivo a produção de corpos disciplinados, aptos ao convívio social. Entretanto, o controle e a docilização dos corpos não estão confinados apenas às instituições totais denominadas por Goffman, mas a disciplina pode ser exercida sempre que haja um espaço circunscrito e uma população sobre a qual se possa exercer controle.

Foucault nota que, na modernidade, se substituí os espetáculos de poder, próprios da antiguidade, por uma forma de poder que pretende ser invisível, vigilante e que exerce controle porque espreita os comportamentos individuais. É o que autor denomina como sistema disciplinar. Este tipo de mecanismo de poder reorganiza a concepção de tempo e espaço do estado moderno. Na sociedade disciplinar, torna-se necessária uma distribuição racionalizada dos indivíduos no espaço em que se exerce a vigilância, também se prima pela perfeita otimização do tempo na produtividade humana. Nesse sistema, “o tempo penetra o corpo e com ele todos os controles minuciosos do poder” (p 138)

Surge a ideia de periculosidade, isto é, um controle dos indivíduos baseado não no seu passado, nas ações já efetuadas, mas nas suas virtualidades, na possibilidade de que o indivíduo se torne perigoso. É um controle projetado no futuro, no comportamento representado por determinado sujeito.

No século XIX, desenvolve-se em torno da instituição judiciária e para lhe permitir assumir a função de controle dos indivíduos ao nível de sua periculosidade, uma gigantesca série de instituições pedagógicas como escolas psicológicas ou psiquiátricas como o hospital, o asilo, a polícia, etc. Toda essa rede de poder que não é judiciário de desempenhar uma das funções que a justiça se atribui nesse momento: função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades (FOUCAULT, 2003, p. 86).

Foucault, então, compara a sociedade que vivemos a um modelo arquitetônico planejado por Jeremy Bentham, o *Panopticon*. Esse modelo seria um edifício que privilegiaria a completa vigilância das pessoas internadas nele e poderia ser um hospital, uma prisão, uma escola ou uma fábrica. Trata-se de um prédio em forma de anel com uma torre central. Os internos ficariam isolados, em quadros dentro do anel, sem comunicação uns com os outros. Só teriam visibilidade para a torre central, a qual, por sua vez, abrigaria um vigilante que teria controle sobre todos os quadros do anel, porém sem ser visto pelos internos. Assim, mesmo se o vigia não estivesse na torre, os internos controlariam seus comportamentos por medo de que ele os estivesse vigiando. Seria o resultado do sistema disciplinar já internalizado nos indivíduos. O Panopticon é a utopia do tipo de poder que se estabelece em nossa sociedade. O panoptismo, como Foucault denominou o nosso sistema de poder e controle, possibilitou a substituição da produção do inquérito (que apurava ações no passado) pelo *exame*, ou seja, a vigilância permanente tendo em vista o presente do indivíduo e comportamentos que podem ser projetados no futuro.

De forma segmentária, como Deleuze e Guattari (2004) colocam, o poder disciplinar se ramifica pelas instituições e se dissemina na normalização da vida cotidiana, é um *poder capilar* (FOUCAULT, 1979), disseminado pela vida social. Diferentes segmentos vão tratar da constante “vigilância” através de mecanismos distintos. Concentra-se o conhecimento sobre os indivíduos de formas complementares: em algumas delas, analisa-se o indivíduo integrado ao grupo pela ideia de “população”; em outras, monitora-se a atividade individual, sendo que o corpo é visto isoladamente.

O poder disciplinar emana principalmente de uma série de discursos com status científicos; logo, um saber-poder que estabelece uma dominação e, a partir da análise dos indivíduos, sanciona um sistema de normas que têm por função “disciplinar”, conduzir os comportamentos e potencializar as forças produtivas individuais. Foucault (1986) nos mostra que o saber-poder disciplinar depende diretamente da noção de “exame”. Pelo poder de descrição analítica do exame sobre o indivíduo, abre-se a possibilidade de tornar os sujeitos como objetos, “casos” que podem ser definidos em termos científicos quantitativos e qualitativos, analisáveis em sua evolução nas suas aptidões e capacidades singulares. Também se pode estabelecer essas mesmas análises em termos de grandes grupos, as ‘populações’ pelas quais se nota fenômenos globais e se monitora comportamentos em grande escala. O homem torna-se uma medida calculável. As noções de escala e serialização são fundamentais para compreender as formas de análises dos indivíduos. Elas denotam uma necessidade de especificar os corpos, tornar a vigilância funcional, estabelecendo uma pirâmide de posições de observação e vigilâncias hierarquizadas que controlam as atividades humanas em diferentes planos.

A disciplina tem como fim definir singularidades, individualizar os corpos, formatá-los, torná-los inteligíveis, parte integrante e funcional do conjunto organizado ao qual se vincula. “A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar” (FOUCAULT, 1987, p. 162). A disciplina, ao separar entre diferentes graus “maus” e “bons”, também efetua uma microeconomia de sanções/premiações com vistas à normalização-padronização dos indivíduos.

Na organização dos sistemas disciplinares, há um pequeno grupo de reprimendas que funcionam à parte da lei geral. São penalizações aplicáveis a comportamentos que não

configuram infrações penais, mas devem ser corrigidas em prol da disciplina. São reprimendas a comportamentos relacionados à sexualidade, a discursos e maneiras de ser que podem “ofender” o grupo social do qual faz parte. Nesse caso, os pequenos castigos disciplinares tendem a ser humilhações, retaliações morais e têm como objetivo a “correção” do ato indisciplinado. Também é importante ressaltar que no sistema disciplinar as gratificações devem ser mais frequentes que os castigos, haja vista que os indivíduos são mais produtivos quando recompensados por seus atos e comportamentos (FOUCAULT, 1987). Trata-se de um sistema de classificação dos sujeitos: relacionar atos, desempenhos, comparar comportamentos e submeter todos à disciplina com a finalidade de que se pareçam em docilidade e utilidade e, assim, se possa extrair deles a maior produtividade possível.

3.4.1 O *Bonde* como (in)disciplinamento do corpo

A discussão sobre o corpo reporta à díade (já abordada desde a antiguidade) “corporeamente”, como significantes mutuamente referenciados. Se na antiguidade clássica, a ideia de cuidado com o corpo estava associada à saúde também da mente, a partir do Renascimento e, precisamente de Descartes, o corpo aparece como o oposto da mente. É com a filosofia renascentista que a ideia de um corpo bem moldado se dissocia da mente produtiva, tanto que, nesse momento, divide-se trabalho manual de trabalho intelectual. A antinomia corpo-mente também traz consigo uma outra díade que balizaria por muito tempo a concepção de ciência: a separação entre natureza e cultura, a primeira ligada ao corpo e simbolicamente ao mundo feminino; a segunda ligada à mente e ao universo masculino.

A noção de corpo como território do “natural” foi colocada como imediatamente oposta à mente, *locus* da racionalidade e da inteligibilidade. As relações entre a corporeidade e instintos, hormônios e qualquer relação biológica observável no ser humano eram muito comuns, mesmo nas ciências humanas. A crítica à ideia de corpo como um dado natural é posta em foco pelos Estudos Feministas, interessados em desconstruir a “biologização” do corpo feminino, e pela abordagem foucaultiana acerca dos poderes investidos na “construção do corpo”.

É com Foucault, com os fenomenologistas e com a crítica feminista que o corpo passa a ser visto como mais que fisiologia. A partir da década de 1960, ele é notado como produto de um contexto histórico-social e como algo que responde a esse contexto. “Ele é formado por

uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências” (FOUCAULT, 1979, p. 27).

Judith Butler nos mostra que a concepção de corpo e gênero se dá na construção de seu desempenho, o qual é ratificado por um conjunto de significantes culturais engessados historicamente.

Já no século XVIII, Foucault localiza uma mudança na abordagem do poder e da política sobre o corpo do homem. Se na ciência o corpo ainda é descrito como dado natural, nos sistemas de governo passa a ser objeto de manipulação e construção:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 1987, p. 125).

Investe-se sobre o corpo uma disciplina que exige o controle dos gestos, não somente sobre o objeto ou fim da ação, mas, principalmente, sobre seu desenvolvimento, coloca-se sobre ele a expectativa de que possa ser prático, dócil como um autômato, metáfora do desejo sobre a instrumentalidade do corpo humano. “A partir do século XVIII, se desenvolve uma arte do corpo humano. Começa-se a observar de que maneira os gestos são feitos, qual o mais eficaz, rápido e melhor ajustado”. (FOUCAULT, 1979, p. 106).

Surge a possibilidade de “construir” os corpos, em vez de deixá-los por conta da natureza, isto é, detalhar cada possibilidade de aperfeiçoamento dele, investir sobre sua força, suas virtualidades, adestrá-lo, torná-lo dominado.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, faz dela uma relação de sujeição estrita. (FOUCAULT, 1979 p. 127)

Como controle do corpo economicamente e “socialmente” útil, é preciso instaurar sobre ele uma permanente vigilância sobre sua parcela mais “natural” e menos governável, a sexualidade. Foucault nos mostra que as formas de controle do sexo das populações ocidentais se deram pela incitação à formação de discursos sobre a sexualidade e não pela hipótese repressiva, a qual refuta. Pode se dizer que, a partir do século XVIII,

Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia (1988 a, p.26).

A incitação aos discursos sobre o sexo serviu como ferramenta de controle da corporeidade da população, desde as confissões aos padres até às seções de psiquiatria, o sexo foi assunto e objeto de constante construção discursiva e de interesse governamental.

Dispositivo da sexualidade, como chamado por Foucault, esse micropoder exerce papel fundamental no nível do disciplinamento, uma vez que o sexo é visto pelo autor como a principal forma de referência dos sujeitos. A construção de uma corporeidade sexuada, isto é, definida em termos de gênero e prática, permite ao indivíduo representar-se, referenciar-se e buscar colocar-se no mundo social. Pode-se notar a potência política individual centrada na sexualidade, portanto sua relação com a ideia de sujeito insubmisso deve ser vigiada de perto pelo sistema disciplinar.

Mesmo o corpo sendo objeto constante de controle, o corpo é também sempre fonte de resistência, inclusive, notável na sua indefinição narrativa, como a impossibilidade de inscrevê-lo completamente em um discurso. Por mais que se fale do sexo e do corpo, há sempre liames que não são passíveis de abstração e desvendamento, essas também são as pequenas formas em que o corpo escapa ao disciplinamento produzindo subjetividade.

A partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou o corpo, encontra-se exposto no próprio corpo (FOUCAULT, 1979, p. 146).

O corpo dentro do movimento dos *bondes* deve ser entendido como um significante polissêmico. Em alguns momentos, se vê o corpo sexuado, aquele que é objeto e produto dos dispositivos disciplinares, mas é também aquele que resiste à disciplina e ao poder imposto, é um corpo que se quer configurar por suas próprias experiências. Também se nota o corpo coletivo, aquele onde os corpos individualizados se unem para fortalecer a sua resistência contra a disciplina e a racionalização, é um corpo com energia que representa e também transborda de um território, é uma comunidade em ebulição, uma pulsão, é o bonde e o bonde tem a intenção de arrastar. Há também o corpo social, (aquele corpo do qual os jovens fazem parte quando estão na sua jornada diária, semanal.) O corpo social é a comunidade, o bairro, a

própria pertença à cidade. É a coletividade organizada e normatizada pela disciplina, pelo “dever ser”. Os corpos dos jovens são parte integrante do corpo social quando estão inseridos na sua função útil, produtiva, dócil, na escola, no trabalho, na família.

Também há no movimento do bonde uma ambiguidade em relação à ideia do corpo como dado natural. Por um lado, há uma exacerbação da virilidade, da excitação hormonal e da agressividade; por outro lado, há uma série de estratégias discursivas e práticas de como “formar-se” como integrante do bonde, como “tonar” o corpo com acessórios, como construir a própria masculinidade com os referentes locais. A antiga crítica da sociedade hedonista também é posta em dúvida nas práticas dos jovens do bonde. Ao mesmo tempo em que se preocupam com um culto específico do seu corpo, estão na contramão de algumas práticas amplamente difundidas, ao estabelecerem códigos próprios de cuidado e construção do corpo, entre eles, a exposição ao perigo e os ferimentos nas brigas. Nas galeras de Fortaleza, as cicatrizes fazem parte desta estética do “corpo-território” (DIÓGENES, 2003), aquele que é marcado pela presença quase cartográfica da periferia na própria pele.

Da mesma forma, ao analisar a periferia paulista, Feltran (2010b) percebe que o contexto local configura a identidade visual dos jovens com quem conversava. Mesmo estando imersos nas dinâmicas estigmatizantes, esses jovens exacerbam a periferia no corpo:

[...] Eles são “da periferia”, têm seus territórios de moradia inscritos em seus modos de se vestir, de conversar, e também nos conteúdos que enunciam. As marcas da periferia também estão em seus corpos: técnicas corporais, tatuagens, brincos, *piercings* e acessórios compõem uma estética própria. Se o projeto de mobilidade permanece como pano de fundo, ao qual se recorre em discursos voltados ao exterior, entre eles mais do que nunca o lugar é *aqui* e o tempo é *hoje*. (FELTRAN, 2010b, p. 587)

Glória Diógenes (2003) ao analisar essas galeras, observa que os jovens que circulam entre as periferias e o centro da cidade de Fortaleza, estabelecem mapas na cidade através de seus corpos em movimento. Há, nesses “itinerários de corpos juvenis” (DIÓGENES, 2003) e nas bandas dos jovens de Porto Alegre, a vontade de desprender o corpo do espaço onde se exerce o controle sobre os mesmos. Sair do bairro de origem significa poder configurar corporeidade e sexualidade em outro lugar e, logo, produzir outras significações e sentidos a partir das novas relações estabelecidas, ainda que elas sejam conflitivas.

O corpo também se liga à noção de materialidade, em oposição à ideia de imaginação ou espírito, o corpo não é volátil ou abstrato, pelo contrário, é um ente que se encontra em

algum lugar e em algum tempo. Nesse sentido, corpo se relaciona com a noção de territorialidade, como aquilo que marca o espaço de produção de significado agenciado por determinado corpo. Pode-se dizer, então, que o corpo só pode pertencer materialmente a um único território? Do ponto de vista temporal, sim, um corpo nunca pode ocupar dois espaços no mesmo instante, mas, do ponto de vista da pertença sócio-política, o corpo é disciplinado a afixar-se a um território, podendo não submeter-se a essa territorialização.

Territorialização, segundo Raffestin (1993), significa um processo que leva um grupo de indivíduos a sentir-se como parte de um determinado espaço, ligado a ele por representações, sensações e sentidos construídos.

Assim, é interessante observar a perspectiva político-geográfica de Raffestin (1993), para o qual o território é um espaço apropriado, é investido de poder, é o lugar onde agenciamentos e relação de poder se dão. Nesse sentido, a noção raffestiana de território vai ao encontro da analítica de Foucault sobre o poder como algo que se exerce em determinada situação e, portanto, em determinado espaço. “O poder visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas [...]. O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p.58). O território, então, pode ser visto aqui em duas perspectivas diferentes, como sendo o espaço onde o poder disciplinar pretende fixar os indivíduos racionalizando sua ação, ou ainda, o território pode ser o lugar onde os sujeitos sentem-se “territorializados”, isto é, apropriam-se do espaço.

Como já visto anteriormente, no caso dos bondes de Porto Alegre, o corpo dos jovens que circulam excede a territorialidade disciplinarmente imposta, uma vez que ritualiza a saída do bairro de moradia pelo *mulão*. No entanto, essa desterritorialização não significa apenas negação do seu bairro (território como espaço de moradia). A relação dos jovens com seu bairro não se dá de forma unilateral, ambigualmente, exigem a “saída” de seu bairro, mas ao sair levam ele em seus corpos, nas roupas e acessórios que simbolizam a sua periferização em relação à cidade. Sair da periferia não significa negá-la, trata-se de ritualizar pela circulação dos corpos o alargamento do território físico a que pertencem, mas também do território simbólico onde podem se configurar como sujeitos.

Partindo desta perspectiva, a circulação dos bondes pela cidade de Porto Alegre pode ser entendida como a desterritorialização efêmera do bairro de origem para que uma

reterritorialização aconteça no centro ou nos demais espaços urbanos onde são considerados “inconvenientes” e que, ao “invadir” este espaço, apropriam-se simbolicamente dele.

Para além do conceito de Raffestin, o território aqui não é entendido apenas como espaço apropriado. Pode-se compreender o coletivo de corpos, o cenário do *bonde* como a produção de um território simbólico onde é possível produzir subjetividades e sentidos. O território-cenário dos bondes é móvel, instável e itinerante, organiza-se no momento da atuação. Seu tempo é o tempo da percepção do *contra* ou do *aliado*, da negociação e da ação mesma. Depois de “ali”, o território do *bonde* se dissipa para se montar de novo na próxima *banda*. O território-bonde é um “pedaço” da cidade que é móvel, vivo e sexuado. Também pode ser visto no lugar onde circulam produções discursivas sociais acerca dos integrantes, isto é, a rede de fofocas produzidas inter-grupos que circulam no Orkut e Facebook e que também acompanham o movimento nos seus diferentes trajetos. Assim, nota-se uma relação ambígua do território com a materialidade do corpo, brinca-se com a possibilidade de suas trajetórias geográficas, mas também com sua permeabilidade nos territórios não físicos, todos esses movimentos buscando um lugar de enunciação, de visibilidade como forma de transbordar a fixação disciplinar.

Embora a sociedade disciplinar observada por Foucault pareça cercar os indivíduos de todo controle possível, o próprio Foucault também nos lembra que “onde há poder há resistência”. O corpo é disciplinado, acostumado a rotinas, ao trabalho, a uma higiene pré-estabelecida, mas o corpo também tem conta de si e pode, por vezes, revelar sua potência. Assim, o corpo está atado aos controles sociais, mas sua sujeição não é estável, há lugar para contra-investidas.

Na sociedade disciplinar, o sujeito é dificultado a refletir sobre sua ação (pré-condição para sua subjetivação), pelos controles disciplinares que lhe são impostos desde fora. Mas isso não quer dizer que não haja possibilidade de rebelião contra as imposições disciplinares e mesmo as disciplinas auto-impostas. Como o controle age de diferentes formas sem denotar caráter repressivo em algumas estratégias, há também dificuldade de identificação do ponto de conflito, isto é, do centro de poder contra o qual a resistência se levanta. No caso dos *bondes*, a principal emancipação parece ser a do disciplinamento territorial que os prende, mas junto com a rebelião contra a territorialidade imposta, se insurgem contra as formas que exigem que o corpo seja discreto, útil, submisso. Os pontos de resistência são móveis,

instáveis, não há um ponto central, eles são organizados nas correlações de força, na estratégia, no momento da fusão dos corpos individuais no corpo energizado do *bonde*. As resistências atravessam os indivíduos, pulverizam pontos e só podem se dar dentro da relação de poder porque não são exteriores a ele. Dificilmente, há um grande foco de resistência, assim como, também não há um único grande foco de onde emana o poder, por isso os *bondes* surgem e transbordam em pequenos grupos das periferias da cidade.

Nos corpos que compõem o *bonde* há trabalho, estudo e demais trajetos e trejeitos corpóreos exigidos, diariamente, na família, na escola. Há um corpo que é disciplinado quando a situação e a relação estabelecida propõem. Mas esse corpo individual também é indisciplinado por que nega o confinamento territorial, excede o espaço racionalizado onde deveria se exercer a disciplina. Recusa o controle do biopoder quando coloca o corpo e a própria integridade em risco nas brigas. Também nega a individualidade racionalizante da disciplina quando sai em coletividade e no *mulão* ou, quando no confronto, celebra a pulsão coletivizante.

Há principalmente indisciplinamento quando se constitui uma coletividade “desorganizada”. Se a disciplina tem por objetivo individualizar para controlar a multiplicidade, a emergência de uma multiplicidade do lado de “fora” do espaço de controle inverte o objetivo último da disciplina, burla o controle disciplinar que produz individualização analítica quando produz uma coletividade não inteligível, desordenada, fora do eixo serial que o controle disciplinar prescreve. Além disso, a coletividade é a forma fundamental da potência que se ergue contra o poder disciplinar.

O *bonde* se relaciona com o controle de forma paradoxal, quando inserido dentro da microesfera territorial do grupo, seus integrantes ignoram os controles externos a esse microcosmo, mas estão atentos e controlados por outros mecanismos de vigilância do seu corpo e da sua atuação, como as informações que circulam na internet. Da mesma forma que o poder disciplinar geral prescreve formas de atuar nas relações sociais cotidianas intra-bairro, no universo dos bondes a lógica própria do movimento indica formas de agência demarcadas por controles próprios e que tem medidas que excedem o território do bairro, mas procedem dentro dos grupos de *bondes*.

É importante notar que o poder disciplinar, ao nomear e racionalizar, controla os sujeitos, mas também possibilita processos de identificação e organização emancipatória. Permite a formação de um discurso sobre si, tão logo se possa reivindicar um novo lugar de enunciação tendo em vista o lugar da própria fala.

Discurso e poder se relacionam de forma paradoxal, os discursos, ao mesmo tempo em que consolidam o poder e são formados a partir do “saber” deles, também podem agir sobre deslocamentos e acabar se direcionando em sentidos opostos ao poder que lhe deu origem.

A partir disso, é importante compreender a estratégia de visibilidade arquitetada pelos jovens que saem com os *bondes*. Só podem ter voz se saem do lugar onde estão territorializados, mas se estão “fora” perdem o direito à fala porque invadem o território do “outro”. No entanto, quando exacerbam os referentes locais em seus corpos (suas roupas, seus cantos, seus acessórios), levam para fora seu lugar de enunciação e gritam para exigir visibilidade. Uma vez no território rival, mesmo que considerados invasores, conseguem o reconhecimento que, sem o conflito com o diferente, é impossível. Assim, o discurso das pessoas do centro, das áreas nobres e da imprensa da cidade, acusam os jovens de estarem no “lugar errado”, mas, ao mesmo tempo, os colocam em evidência, dão a eles a visibilidade de que precisam.

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, debilita, expõe, e permite barrá-lo. (FOUCAULT, 1988a, p.96)

A necessidade de estar nos discursos de poder é parte das demandas e das estratégias de organização do bonde. Sublimada na questão do discurso, há principalmente a necessidade de escapar a uma identidade e uma corporeidade fixa que o poder disciplinar lhes impõe. Ao sair em bonde, o corpo que querem mostrar e a subjetividade que celebram no momento do *arrastão* é uma contrapartida daquilo que o corpo social desenhou para esses jovens. As resistências que esse ente coletivo protagoniza faz parte de uma reivindicação por livrar-se de um “dever ser” anestesiante e neurastênico. Ainda que a identidade exercida dentro do bonde seja (o máximo possível) fixada, ela ainda é uma variação das formas que os jovens são compelidos a exercer nas relações extra-bonde. Sair no *arrastão* pode significar ao mesmo desleixar-se de uma individualidade ao estar embaralhado no coletivo, mas também utilizar-se de mais um círculo social para tornar-se mais singularizar (Simmel, 1983).

4 CONFLITO E VIOLÊNCIA

A relação entre os *bondes* e o conflito também é algo evidente quando observamos esta sociabilidade. Os jovens parecem se agregar em torno das experiências conflitivas que compartilham. Desse modo, o movimento tem sua gênese e, ao mesmo tempo, se alimenta diretamente do conflito. À primeira vista, tende-se a vincular esses grupos com a delinquência pela forma com que “montam” as representações sobre seus grupos e seus corpos e pela maneira com que encenam suas ações de tumulto coletivo. No entanto, quando nos aproximamos dos indivíduos que formam a sociabilidade, nota-se que a categoria de violência é mais uma linguagem do que algo que seja constitutivo desses sujeitos. Nas músicas, nas fotografias e na própria fala, as referências e os signos do tráfico e da oposição em relação à polícia são tão evidenciados que passam a ser performáticos. Assim, mostram as letras: “não mexa comigo, bandido, eu sou do *bonde* mete bala, bobeu toma na cara, essa é a lei da facção” (Pixos zona leste 361 ' 433 ' 470). Da mesma forma, as rimas colocam os *bondes* em associação com o tráfico: “mete bala, troca e aplica, senta o dedo nos cuzão, manda bala na brigada, destrói até caverão, verme se tu tentar entrar aqui na boca dos pedrinha, vão morrer queimado vivo, soldado não perde a linha” (Os + Pedrinha 2010). A maioria das rimas que acompanham os vídeos na internet coloca os *bondes* ora como chefes do tráfico local, ora como aliados que fazem a “contenção”, jovens que cuidam da movimentação da vila avisando da possibilidade da chegada de inimigos.

No entanto, é notável a discrepância entre a violência representada nas músicas e a forma teatralizada com que os jovens posam para as fotos, utilizando, inclusive, armas de brinquedo para fotografar. Se a brutalidade propagada nas rimas fosse de fato praticada, a sociabilidade dos *bondes* não se manteria por muito tempo devido às mortes e às prisões.

Quando questionados sobre essa relação com a violência, fica evidente que as representações dos vídeos são significativamente performativas. “São poucos os que começam a trabalhar disso (no tráfico) só os mais velhos e ainda é os patrão que decide quem trabalha e daí eles compram e dão pros guri vender e eles ficam sossegados” (DC 07/05/2012)⁵⁰. Ao longo das respostas dos jovens, nota-se que a relação com o tráfico é mais amigável do que propriamente a base de uma hierarquia. Prestar homenagens aos traficantes

⁵⁰ Trecho de entrevista individual com ex-participante dos *bondes*.

locais e valorizar os signos deles para representar as sociabilidades de jovens parece denotar uma necessidade prática. Ao mesmo tempo, a projeção de signos do comando local e da própria linguagem da delinquência serve para promover suas identidades coletivas e garantir o respeito dos rivais.

Há uma necessidade de se alimentar do ódio em relação aos rivais de sociabilidade e convívio no centro, tanto para se representar como um sujeito forte e destemido quanto para “virilizar” o território do qual são parte. Além disso, os pequenos furtos contra passantes ou contra os rivais de periferia são fundamentais para lembrar que a violência e o conflito são agregadores da sociabilidade. A violência, nesse sentido, é estratégica, ela oferece os signos que dão sentido aos grupos, é o que os diferencia dos jovens de outras áreas, sem necessariamente fazer desses jovens delinquentes em potencial.

Este capítulo objetiva descrever e analisar algumas teorias fundamentais das abordagens de situações de conflito e violência e debater, à luz das mesmas, a forma como os *bondes* se configuram enquanto “sociabilidade violenta” e como produtores e resultados de dinâmicas conflitivas.

4.1 O CONFLITO EM SIMMEL

De acordo com BIRNBAUM (1995) e COSER (1961), a noção de conflito emerge de forma diversa nos autores de viés estrutural-funcionalista e evolucionista (Marx, Durkheim e Parsons) e nos autores aliados ao individualismo metodológico (Weber e Simmel) e ao interacionismo simbólico (Cooley, Coser e Park).

Na abordagem funcionalista, o conflito é visto de modo negativo como algo que freia o desenvolvimento social, também como algo que está fora do sistema social, um elemento anômico. Nesse sentido, o conflito aparece como parte de uma etapa histórica que deveria ser superada e o papel da ciência social seria encontrar alternativas para purgar de vez o conflito da sociedade. Além disso, a visão de Marx e Durkheim aponta para uma definição do conflito reduzida às questões econômicas, como a luta de classes e a divisão do trabalho, atribuindo pouca importância aos interesses dos indivíduos envolvidos em interações conflitivas.

A abordagem de Weber rejeita as teorias estruturalistas do conflito para as quais as ações humanas são determinadas e não dotadas de intencionalidade. É no individualismo

metodológico de Weber que a ação social ganha destaque como base das relações, inclusive conflitivas.

Aliado a essa perspectiva, Simmel (1983) é que, de fato, elabora uma teoria do conflito afirmando que este é uma das formas mais vivas de interação social, uma vez que não pode existir em um indivíduo unicamente. Longe de ser disfuncional, o conflito tem como função resolver dualismos próprios do social, ainda que seja pela completa aniquilação de uma das partes.

Aqui a ênfase é posta na produção de significados moralmente divergentes, cujo conflito envolve antes 'situações' ou 'interações' que 'indivíduos'. Estes agem conflituosamente ou não em função da definição de um *situ* conflitivo, que é sempre contextual e interativo, por mais abrangente que possa ser (MISSE e WERNECK, 2012 p.10).

Assim, Simmel (1983) nos mostra que o conflito é a recusa da indiferença do “outro” e, portanto, nega qualquer moralização ou legitimação de poder *a priori*. Para o autor, entrar em conflito não é sair do social como os funcionalistas veem, mas participar do jogo de tensões entre indivíduos e grupos e recusar a individualidade “moderna”.

No caso dos bondes, a teoria de Simmel é fundamental para compreender, pelo menos dois movimentos. O primeiro é o fortalecimento do grupo da periferia quando posto frente ao conflito com as pessoas moradoras de outros espaços e com a polícia. A identificação da estigmatização e da segregação a que são submetidos favorece a coletivização e a consciência de uma experiência compartilhada de privação. O outro movimento é a forma como enfrentam esta estigmatização indo ao centro. Se o conflito é uma forma de interação, forçar o enfrentamento nos outros territórios é exigir a interação entre sujeitos distintos.

A abordagem de Simmel (1983) elucidada que, assim como certo grau de ordem e aliança, todo tipo de sociação tem em si certo grau de hostilidade. Além disso, o autor afirma que, se toda forma de sociação entre os homens pressupõe uma interação, o conflito, não podendo ser sentido sozinho, constitui-se indiscutivelmente como interação humana. Mais do que isso, o conflito é componente essencial para o equilíbrio social no sentido de que funciona como uma baliza das tensões e é um importante elemento que produz convergência, precedendo, ao contrário do que se imagina, uma “unidade grupal”.

O conflito, nesse sentido, cabe ser analisado sob duas formas. A primeira pressupõe o conflito entre indivíduos do mesmo grupo. Essa forma de hostilidade é fundamental para que as tensões e contradições entre integrantes sejam constantemente revistas e expurgadas para que o grupo produza unidade apesar da diferenciação. Para Simmel (1983), o conflito funciona como um elo, assim como a afeição entre indivíduos.

O conflito, na sua segunda forma, constitui uma hostilidade centrada em um elemento externo ao grupo e, é por esse motivo, que se torna a forma mais agregadora de unidade social. No momento que se define uma ameaça ao grupo como um todo, tal situação força uma evaporação, ainda que momentânea, do conflito interno para que um ânimo integrador proteja a coletividade.

O grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação (SIMMEL, 1983, p.154).

Dessa forma, o conflito com um “outro” promove coesão grupal produzindo um efeito de reforço coletivizante. Para Simmel, o momento em que se identifica o embate contra um adversário (concreto ou abstrato) também é o momento em que o grupo se decide entre dissipar-se ou cooperar. Decidindo-se sobre a cooperação, o papel dos indivíduos passa a ser o de concentrar os sentimentos de antagonismo nos elementos externos.

Além disso, os grupos tomam, como medida de defesa, a exacerbação da hostilidade em relação ao outro. Como o próprio autor coloca, “o ódio a quem nos odeia é uma medida instintiva de proteção” (Simmel, 1983, p.133). No caso dos jovens participantes de infrações, as ações agressivas que empenham contra certas vítimas, nos assaltos em grupo, podem representar uma reação às situações de estigmatização que sofrem. Da mesma forma, quando Simmel diz que costumamos odiar a quem causamos dano (p. 133), pode-se pressupor que, em menor medida, a animosidade entre os setores de mais altas rendas e as populações pauperizadas se retroalimenta pela segregação dos últimos pelos primeiros e pela reação violenta dos estigmatizados.

O distanciamento físico e social das comunidades populares em relação às áreas nobres das cidades e ao centro urbano é, além de um produto da distribuição desigual dos espaços de moradia, uma medida de atenuação do confronto entre as partes porque evita o seu

encontro. Os pedidos das populações abastadas pelo fim do passe livre é uma marca dessa condição de confinamento das camadas mais pobres.

De outra forma, o embate forçado pelos jovens que protagonizam os arrastões é uma tentativa de experimentar, medir e talvez modificar esse antagonismo pelo reconhecimento destes (jovens) enquanto sujeitos. A negação do confinamento desses indivíduos aos “espaços delimitados” (não apenas aos espaços físicos como também espaços sociais) à sua circulação preconiza um processo de disputa de poder e de reconhecimento. De fato, o que fazem esses jovens, é em definitivo, uma tentativa por “prolongar” o espaço público, dilatá-lo até transformar suas ações em ações de cunho político e reivindicativo.

Além disso, a forma como os jovens utilizam o conflito na organização dos seus *contras* e antagonistas é fundamentalmente ambígua. Por um lado aproveitam os laços de proximidade e solidariedade das comunidades onde vivem pra configurar uma rivalidade com os jovens em igual condição social das outras comunidades periféricas da cidade. Nesse sentido, interpõe mais um nível de compartimentação do conflito. A conflitividade em relação às pessoas do centro não promove a coesão inter-*bondes*, mas, nas pequenas comunidades, desdobra-se em rivalidade com os *contra*. “Arrogância de playboy nós não engolimo no osso, boto o teu tênis no meu pé, a tua prata no meu pescoço” (Carekas + Pedrinhas). Essa letra mostra a maneira como os jovens entendem que a diferença se interpõe entre os grupos, principalmente quando os jovens da zona norte e leste acusam os da zona sul de ostentarem que a sua área tem os bairros mais nobres da cidade (mesmo que estejam muito longe de morar neles e que a distância em termos de poder aquisitivo entre eles e os *bondes* de outras áreas seja ínfima quando existente). Às vezes, as letras de funk e os comentários dos jovens parecem falar dos *bondes* da zona sul, mas não se dirigem de fato a eles e, sim aos do centro. “A playboyzada da zona sul se acha mais que os outros, acham que eles que mando no Praia de Belas e no Barra⁵¹ e que anda com mais marca e que nós não temo que ir pra lá, mas nós vamo de *mulão* e eles têm que ficar quietinho” (DC 07/05/2012).

Assim, nota-se o reconhecimento de uma segregação que emana da categoria de morador da periferia que engendra a construção do conflito com as pessoas de fora dos bairros periféricos, aquelas pessoas que não sofreram as mesmas privações e que, portanto, não

⁵¹Shoppings da zona sul de Porto Alegre.

compreendem os sujeitos que carregam no corpo a diferença. Quando os jovens das diferentes zonas (*aliados* e *contras*) se reúnem para brigar e dominar certo espaço no centro, estão elaborando conjuntamente o conflito contra as estruturas e técnicas que limitam a sua circulação à periferia e forçando a interação social com aqueles que são beneficiados por esses arcabouços, portanto a experiência inter-periferia é comunitária.

Como coloca Simmel, “nossa oposição nos faz sentir que não somos completamente vítimas das circunstâncias” (1983, p.127). O fato de negar a vitimização e impor uma visibilidade aos indivíduos que circulam na cidade significa buscar definir-se enquanto sujeito coletivo atuante e exigir reconhecimento dos demais.

4.2 SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E SITUAÇÃO DE CONFLITO, A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DA AÇÃO

Thomas (2005) nos fala sobre a noção de situação como sendo definida a partir da forma como um determinado grupo interpreta a circunstância em que está inserido para logo poder agir nela. Essa definição, mesmo que não seja a mais coerente, sobre a situação em que os indivíduos se encontram, terá consequências na forma como o grupo e os indivíduos organizam esse contexto e estabelecem relações nele de acordo com seus códigos de compreensão. “É possível compreender a existência de uma diversidade de ‘agentes definidores’ e que, no seu entrecruzamento, o próprio indivíduo terá uma experiência coletiva particular e uma ‘definição de uma situação’ que o incluirá numa comunidade também particular (GADEA, 2011, p.79).

Já se viu com Simmel (1983) que a definição de um conflito pelos jovens dos *bondes* favorece a união do grupo em torno da noção de periferia. A definição da situação pelo grupo, nesse caso, se dá coletivamente e é acordado que o indivíduo deve seguir uma maneira de proceder que seja comum aos demais companheiros. Assim, pode-se dizer que a definição da situação pelo grupo tende a coibir o indivíduo, mas a definição dada pelos externos ao grupo tende a legitimar ou deslegitimar suas ações, interferindo na sociabilidade.

Para os *bondes*, a forma como a imprensa e a polícia definem as situações protagonizadas pelos jovens está diretamente ligada à desaprovação da sua existência e da sua circulação pela cidade. Há, nesses discursos, uma desconsideração do conflito inicial que dá origem à rivalidade dos *bondes* pela não centralidade do ponto conflitivo e pela invisibilidade

formal da relação de antagonismo entre moradores das áreas mais privilegiadas e moradores da periferia. Se esse conflito não é apresentado como ponto nodal do movimento, não se pode legitimar alguma forma de agressividade como uma potência reativa em relação às situações de privação e segregação. Na invisibilidade desse conflito, as ações dos bondes podem ser interpretadas como violência difusa, sem precedentes, sem qualquer tom reivindicativo e, portanto ilegítimas. Além disso, as situações que podem ser vistas pelos *bondes* como conflitivas ou violentas normalmente são definidas pelos grupos antagonistas como exatamente o contrário, o que dificulta qualquer possibilidade de entendimento entre as partes.

Há muito de ambivalência na definição das fronteiras tênues entre o que se pode ver como situação de violência e situação de conflito. Como afirmam Misse e Werneck (2012), a definição entre essas duas dimensões está pautada numa disputa de significados morais capaz de imputar à determinada situação ou conjunto de indivíduos o caráter de violento. Dito de outra forma, essa diferenciação significa uma disputa discursiva com base na qual se pode fixar, em uma das partes em conflito, a *legitimidade* de sua ação. É a noção de legitimidade que, segundo os autores, diferencia um conflito (como indisposição proveniente de uma distribuição desigual de poder) de um crime ou um ato violento (reificação da negatividade moral do ato). Desse modo, o crime e o conflito são diferentes do ponto de vista jurídico em que apenas um deles é moralmente reprovável e suscita reparação. Mas, do ponto vista sociológico, conflito e violência, mesmo tendo diferentes abordagens, constituem categorias sociais semelhantes, uma vez que não há uma essência no crime que comprove sua ilegalidade; há, pois um processo que, juridicamente, o diferencia do conflito.

Do mesmo modo, a noção de conflito como preocupação sociológica emerge de uma discussão em que ele é colocado de forma ambígua: de um lado, o conflito é visto como antítese da ordem, como algo que está fora do social impedindo o consenso; de outro, está associado à manutenção do equilíbrio social como “válvula de segurança”⁵². Aqui o conflito é visto como a sobreposição de diferentes forças e ordens que entram em choque com uma ordem consagrada.

⁵² Noção utilizada por Simmel com o fim de definir o conflito como um mecanismo interno dos grupos para expurgar os pequenos enfrentamentos evitando que uma mudança maior venha a ocorrer com a desintegração do grupo.

O conflito é um ‘fato’, um ‘fenômeno’ social e, como tal, deve ser considerado pela disciplina. Além disso, é óbvio, o conflito, quando adquire a forma de ‘violência’, nos incomoda e, como cidadãos, precisaríamos pensar em formas de aplacá-lo, o que tornaria sua compreensão algo central na política – para muitos, um desenrolar obrigatório das ciências sociais (MISSE e WERNECK, 1995, p. 338).

Assim como manifestações de caráter político⁵³, a ação dos *bondes* também sofre um processo de criminalização pesadamente protagonizado pela grande imprensa e pelos setores com maior poder financeiro, mesmo quando os grupos de jovens não estão envolvidos diretamente em ações violentas. Nesse sentido, os grupos contrários aos *bondes* interpretam e reproduzem preconceitos sobre estes (*bondes*), convertendo possíveis situações de conflito em situações de violência. Se a situação de conflito se configura como uma indisposição entre partes com poderes desiguais, a melhor definição para o conflito entre *bondes* e demais cidadãos não seria a de identificá-lo com a violência, vista como desmedida e deslegitimadora. Identificados pela imprensa, principalmente, por ações que de fato envolveram um nível considerável de violência física, como o episódio do parque da Redenção, os *bondes* são homogeneamente confundidos entre si e comparados a grupos criminosos, o que “inviabiliza” a sua existência e convivência pacífica na cidade.

4.3 A VIOLÊNCIA COMO TEMA

Como nos mostra Wieviorka (2006), o termo violência é um amálgama de significados que tornam difícil a definição imediata de qual condição se está falando. Esse embaralhamento da noção pode tornar impreciso o sentido da sua mobilização enquanto categoria, isto é, pode-se acioná-la tanto para falar da quebra do pacto social quanto da forma como esse pacto exerce uma violação sobre os direitos dos indivíduos que rege. Com base nessa ambiguidade, a noção de violência tratada neste capítulo entende esse termo como algo que representa o excesso. Assim, um ato violento é aquele no qual se exerce uma quantidade excessiva de força, não só física, desequilibrando uma relação de poder. Não cabe aqui a distinção valorativa, mas a visão da violência como estratégia de visibilidade e ordenação numa interação social.

A violência como preocupação sociológica apresenta-se no cenário brasileiro por volta dos anos 1980. Estudos como os de Zaluar (1984) passam a entender a violência como um

⁵³ O processo de criminalização das ações dos movimentos sociais esteve, recentemente, visível na abordagem da grande mídia sobre as manifestações do Movimento Passe Livre, o qual será analisado adiante.

problema social do país e a criminalidade passa a servir de instrumento para a análise dos processos de marginalização. A exclusão das populações periféricas, a pobreza que se agrava ao longo do período de desindustrialização inicia uma preocupação generalizada devido ao nível de contradição entre os estratos econômicos do país. Além disso, o processo de mundialização provoca o esfacelamento das relações sociais proximais dilacerando os vínculos sociais e as possibilidades de reconhecimento da alteridade. O medo difuso passa a fazer parte do cotidiano, o que também aumenta a exclusão das populações periféricas vistas como produtoras de delinquência (WACQUANT, 2001).

Para Tavares dos Santos (2009), as conflitualidades percebidas na sociedade contemporânea marcam o deterioramento do contrato social, o que significa uma crise no poder mediador do Estado, uma insatisfação com a ordem vigente e o esforço por estabelecer outra normatividade em seu lugar.

O estudo, então, da ‘violência’ em uma chave pragmatista conduz para o reconhecimento de como os atores constroem adjetivos – como lembram Machado da Silva (1993) e Misse (1999), a violência é uma representação, não existe ‘violência’ e sim ‘ação social’ [classificável como] violenta – como se fossem substantivos, ou seja, de como eles mobilizam recursos morais para solidificar impressões circunstanciais a respeito de outros atores e situações, atribuindo um caráter de substância a estados situacionais. WERNECK. 351

Para Machado da Silva (1993), a violência é uma representação, é uma descrição seletiva daquilo que expõe. Não se pode classificar *a priori* um ato como sendo uma violência efetuada sem que se considere a que tipo de relação se refere. Dessa forma, o autor nos mostra que a noção de violência deve ser vista como objeto e tema de estudo das Ciências Sociais e não como conceito.

Nas diferentes formas em que se percebe a violência é possível compreendê-la como um excesso exercido em cada relação de poder, seja na atuação policial ou na prática da criminalidade violenta. Ainda,

A violência é composta por diferentes linhas de realização: apresenta uma visibilidade, por vezes de modo demonstrativo; vem a ser acompanhada por uma enunciação, ou seja, sempre uma violência é nominada, antecedida ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica, que se exerce mediante uma representação social elaborada pelos agentes sociais envolvidos na relação.” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p.80)

A violência, segundo Wieviorka (2006), pode ser classificada em diferentes planos de compreensão. Tanto pode ser tipificada quanto ao grupo que vitima, (como violência contra a mulher, contra a criança) como pode ser definida pelos autores e por vários pares de antinomias como legítima e ilegítima, física e simbólica. Para o autor, tanto o Estado e as instituições, bem como grupos de pessoas podem ser produtores de violência quanto podem incitá-la, tornando-se o alvo. Nesse caso, estaria definida a violência reativa, aquela resultante da indignação por algum tipo de opressão vivida. A violência também pode ser resultante da negação do reconhecimento e, logo, da aniquilação das possibilidades de alguém fazer-se sujeito. Ela é compreendida como a marca de um sujeito sofrido, contrariado, impossibilitado de tornar-se o ator e condutor de sua vida.

A violência exprime uma subjetividade sem saída, a incapacidade de ter projetos, agir de maneira criadora e produzir sua existência; ela vem ressaltar o abismo que separa as instituições daqueles a quem elas deveriam fornecer as chances e os meios de construírem” (WIEVIORKA, 2006, p. 205)

No caso dos *bondes*, pode-se entender essa negação das possibilidades de subjetivação, não apenas pela falência ou controle das instituições, mas pela negação do reconhecimento por grupos de pares. Nessa situação, a violência seria a única forma de fundar o conflito e esclarecer as regras invisíveis que pendem o jogo contrariamente aos jovens da periferia. As situações de conflito e violência têm o poder de desestabilizar esse contrato exigindo a reconfiguração das relações.

Assim, a violência pode ser análoga a manifestações próprias da agressividade, o controle, a exclusão e o estigma, como também de atitudes reativas que fazem dela um mecanismo de abertura de espaços sociais e de novas possibilidades nas definições de situações sociais e culturais concretas. (GADEA, 2011, p.81)

Então, o ato violento, quando é precedido de violência simbólica (centrada na segregação por instituições e ações estatais ou por grupos com maior poder aquisitivo), pode ser percebido como um tipo de reivindicação social, constituindo-se num alinhamento das *experiências coletivas de conflito*. Gadea (2011) entende essas experiências como constituídas a partir das situações de tensão vividas e compartilhadas por um grupo sem ter previamente um projeto reivindicativo e um conflito centralizado. Nesse contexto, a violência exerce um papel fundamental que é o de situar o conflito e reorganizar a experiência dos indivíduos a partir de uma concretude dada pelo excesso de força.

Embora Wieviorka (2006: 211-212) afirme que a violência vem significar o “não-conflito, a ruptura, o fim de uma relação”, a violência parece instituir-se em algo significativo: torna visível uma ação estruturada em termos de antagonismos e desenha uma “definição de uma situação” de conflituosidade ali onde antes não existia. Em definitivo, não se pode afirmar que a violência é contrária ao conflito e que a sua presença conspira contra um processo de subjetivação coletiva: ela permite o estabelecimento de *experiências coletivas de conflito*, no sentido em que as situa numa relação de subordinação e antagonismo claro (GADEA, 2011, p.90)

As explosões juvenis de violência podem ser analisadas do ponto de vista de uma potência latente (MAFFESOLI, 1981) que se ergue contra um poder que não garante direitos sociais, de certa forma, abstratos (como visibilidade, participação). A encenação dessa potência na rua revela a insatisfação social desses indivíduos com a situação de invisibilidade a que estão submetidos.

Numa realidade onde as interações sociais estão pautadas, em grande medida, pela desigualdade e as assimetrias sociais, e pelos interesses práticos de uma ordem institucional que não encontra nada melhor do que tratar de acomodar “novas situações sociais” na antiga normatividade, a violência se ergue numa prática por demais significativa no horizonte político e cultural (GADEA, 2011, p.82).

A necessidade de exacerbar as inquietações sociais também se insere na vontade de expressão que o grupo tem. Como coloca Maffesoli (2006), estamos passando de um período “óptico”, propagado pela acomodação burocrática da racionalidade, para um período “táctil”, onde a experiência vivida importa mais do que o objetivo final. Nesse sentido, as agremiações, antes olhadas por um viés funcionalista (calcado nas análises de classe), passam a receber uma dimensão estética ligada a um imaginário partilhado. A própria noção de política passa por um processo ambíguo de crise e reencantamento, além dela também “os movimentos sociais que não se deixam reduzir às suas dimensões racionais e funcionalistas” (MAFFESOLI, 2006, p.82).

Isso significa dizer que, em detrimento da noção integradora de classe, o cimento societal das novas abordagens das experiências coletivas de conflito é a partilha de um sentimento, a vontade de estar junto e viver um presente intenso, sem projeção no futuro. Da mesma forma, para Maffesoli (2006), “esses agrupamentos afinitários retomam a antiga estrutura antropológica que é a ‘família ampliada’. Estrutura na qual a negociação da paixão e do conflito se faz bem de perto” (p. 124).

Dessa forma, o conflito e a noção de violência aparecem como parte integrante de qualquer agrupamento com preponderância na sociedade sendo necessários ao equilíbrio social. “Dionísio, destrutor e fecundador, Osíris que, como a Fênix, renasce de suas cinzas, tudo isso nos remete, à ambivalência orgânica da violência que, pela sua dupla função e com os meios adequados (eles mesmos ambivalentes) permite a manutenção social” (MAFFESOLI, 1987, p.97).

É de fundamental importância compreender as ações dos *bondes*, tanto como o resultado de uma violência simbólica dada pela segregação que empreende uma negação da subjetividade desses indivíduos, quanto uma busca pela experiência coletiva que venha dar sentido à comunidade formada em torno do conflito. Quando esses jovens provocam a situação de violência no centro, podem, posteriormente interpretá-la segundo seus códigos de significação e torná-la o núcleo que os concentra em torno dessa comunidade. É a vontade de sentir-junto, mas também o resultado da experiência partilhada que permite ao grupo ver-se como uma coletividade, estreitar os laços de solidariedade e produzir um nível significativo de subjetivação.

4.4 O PACTO MAUSSIANO DE AGRESSÃO MÚTUA E “DEPOIS DA REDENÇÃO”

À semelhança dos grupos estudados por Dubet (1987), os *bondes* se organizam em grupo onde reproduzem as regras de reciprocidade e lealdade que alentam o fato de serem excluídos das sociabilidades juvenis do centro e das áreas nobres. Além de configurar um processo de subjetivação e resposta à estigmatização, a integração a um *bonde*, uma gangue ou galera constitui uma necessidade prática: a de sentir-se amparado por um grupo coeso, já que os jovens pertencentes a uma determinada gangue dificilmente são atacados na rua por outras facções (mesmo estando sozinhos) porque tal comportamento pode gerar retaliações por parte do movimento rival, um tipo de “vingança”. No caso dos *bondes* porto-alegrenses, o fato de pertencer a um grupo, mesmo que não haja ligação com atividades ilícitas, é funcional no sentido de que mantém uma relação recíproca de respeito à integridade física dos indivíduos, a qual é compreensível do ponto de vista da organização específica em que os conflitos são arrançados. Evita-se circular à noite no centro ou mesmo durante o dia em bairros de *contras*, mas, se esse indivíduo tem uma relação de ligação com um grande grupo que “está de bonde”, é pouco provável que venha a sofrer agressões. Quando perguntado por que andar de *bonde* era interessante, um jovem respondeu: “Porque não dá pra andar sozinho,

tipo por causa do colégio que apanhava *a fu*. Daí se tu tem o bonde os cara já não mexe contigo porque eles sabem que no outro dia tem uma galera lá na frente pra pegar eles” (DC 19/10/2013).

É importante também colocar que a covardia (como o fato de bater em alguém que está sozinho) não é bem vista dentro da sociabilidade dos *bondes*. Há um código baseado na lógica e na prática dos próprios grupos, em que a “curtição” está em fazer um grande foco de briga generalizada e não apenas efetuar uma agressão a um indivíduo isolado, mesmo que rival. Por isso, combinar a ação é tão importante para ordenar a dinâmica desse movimento: “Eu tava andando de bicicleta daí vi os guris do outro *bonde*, daí eu falei tá certo pra sábado? Daí eles disseram que iam esperar nós lá (no shopping)” (19/10/2013)⁵⁴.

Essa forma de ordenar as agressões entre os *bondes* de diferentes zonas sugere que essa prática configura menos uma rivalidade entre grupos do que um pacto de atribuição de respeito e virilidade de forma recíproca. Se a briga só faz sentido quando localizada em lugares de grande movimentação, isso significa que ela constitui menos a raiva entre os iguais da periferia do que a necessidade de encenar a potência e a força que a periferia denota quando os jovens se enfrentam, provocando um grande tumulto.

Nesse sentido, pode-se dizer que essa demonstração de força significa um pacto de reciprocidade que, mesmo invisibilizado pelo conflito entre *bondes*, ordena a maneira como os jovens se agredem e trocam ameaças. A forma com que mimetizam o ódio aos *contra* parece conotar um acordo tácito em que a ameaça é de morte e retaliação grave, mas a agressão efetiva se dá entre socos, tapas e pontapés, sem o uso de qualquer objeto que incorra em uma agressão fatal a um *contra*. Como mostra a fala de um jovem: “eu deixei de andar *de bonde* porque agora tá foda. Tem tráfico no meio daí começou a aparecer arma daí, não dá [...] antes não tinha isso, nós brigava na mão grande, tinha que ganhar do outro na força mesmo” (DC 21/05/2013)⁵⁵.

Também há o pacto em que os *bondes* podem mostrar-se como aliados ao tráfico nas suas representações, mas nas *bandas* e nas *tretas* não devem envolver os traficantes locais no meio, isto é, o tráfico é um aliado nos bailes porque garante a segurança dos *bondes* locais, é

⁵⁴ Trecho de relato em grupo focal

⁵⁵ Idem ao anterior

objeto de homenagens prestadas em vídeos, mas não é conveniente que esteja envolvido nas circulações dos jovens e nas brigas entre grupos de outras zonas. Se os comandos de tráfico resolvessem tomar para si as rivalidades e agir, a briga ganharia uma escala mais grave, prejudicando todos os moradores da periferia e aniquilando a possibilidade da existência dos *bondes*. Portanto, a relação com o tráfico vai até certo ponto, enquanto seja estratégico e seguro.

A noção de contrato, em Mauss (2007)⁵⁶, nos fala sobre a atribuição da obrigação e do voluntarismo de cada indivíduo num sistema de trocas capaz de ordenar as relações numa determinada sociedade. Mauss (2007) faz um vasto estudo de diferentes sociedades buscando estabelecer um paralelo entre os sistemas de trocas de cada uma. A contribuição do autor está na apresentação desses sistemas como a possibilidade de comunicação entre os homens e a manutenção da sociabilidade. Mais à frente, Levi-Strauss (1949), vai fundar, a partir da obra de Mauss, o “princípio da reciprocidade”. Essa noção se soma à categoria de contrato de Mauss, mostrando que, nas relações que envolvem a dádiva e a troca, há uma circulação de bens materiais e simbólicos que ordena o mundo dos indivíduos, possibilitando a vida em comunidade.

A organização dos *bondes* em grupos rivais, de acordo com a zona de moradia, parece conotar um sistema de reciprocidade na circulação de um bem simbólico muito importante nessa sociabilidade, a virilidade e, logo, o reconhecimento. Ao estabelecer uma encenação do tumulto em lugares movimentados estão possibilitando, através das agressões, a atribuição recíproca de honra e virilidade⁵⁷. A cada episódio de agitação dos *bondes*, há um repasse dessas categorias de um grupo ao outro à medida que se agridem ou que riscam os prédios com seus “tags”. O *bonde* vencedor sai dotado de honra e virilidade em um episódio, mas em outro pode “tomar um pau”. Então, essas categorias são redistribuídas a outro grupo. E, mesmo para aqueles que não participam dessa sociabilidade, a visão da briga entre zonas diferentes da periferia da cidade serve como atribuição de força para ambos os lados em luta. Assim, há uma circulação de dádivas sublimadas em agressão que permite e ordena a

⁵⁶É interessante o trabalho sobre a relação de reciprocidade entre traficantes e moradores no Rio de Janeiro: LYRA, Diogo. **O Big Stick do morro**: juventude, tráfico e virtude. 36º Encontro anual da ANPOCS, Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8235&Itemid=217> Acesso em: 08/11/2013.

⁵⁷A noções de honra e virilidade são discutidas no último capítulo.

comunicação entre os jovens da periferia e projeta um ideal de honra e virilidade para além das fronteiras que territorializam.

Nesse sentido, a relação com o tráfico também pode ser compreendida pela noção de “aliança” evidenciada por Mauss (2007). Essa relação se dá através da prestação de homenagens ao tráfico, pela exaltação de seus símbolos e pela disposição de alguns jovens em “fazer a contenção”. Em contrapartida, os traficantes permitem a existência dos *bondes* e auxiliam na proteção dos moradores do seu bairro em situações como as dos bailes.

Então, enquanto se disseminavam as “bandas” no centro com enfrentamento (entre os anos de 2008 e 2010), o contrato tácito inter-*bondes* alertava para o fato de que estes deveriam aproveitar o momento de descontração para atribuírem-se honra e virilidade pela força e pela agressão, tendo como garantia certo nível de segurança pelo não uso de armas em luta e pela não fatalidade desses enfrentamentos, explicitamente violentos e implicitamente cênicos.

No entanto, um enfrentamento entre *bondes*, no dia 28 de fevereiro de 2010, quebra o contrato de reciprocidade entre *bondes*. Depois de marcar o confronto e trocar provocações pelo Orkut, dois *bondes* se enfrentaram, no Parque da Redenção em Porto Alegre, havendo tiroteio e a morte de um dos jovens. A imprensa divulgou (e os jovens entrevistados para essa pesquisa confirmaram) que o confronto se deu entre o *bonde* da Vila Jardim, zona norte da cidade, e o *bonde* do Campo da Tuca, na zona sul. Um jovem deste último grupo teve seu boné roubado por um integrante da Vila Jardim que desfilava com o objeto do outro, uma prática comum entre os *bondes*. No entanto, o jovem que teve o boné roubado não aceitou a ofensa e acionou os traficantes da sua comunidade para resolver o caso. Cinco jovens apareceram armados no Parque da Redenção, num domingo de grande movimentação, surpreendendo os integrantes do *bonde* rival. “Segundo a denúncia, oferecida pelo Promotor de Justiça André Gonçalves Martínez, ‘a facção oposta à do denunciado, ao aceitar o desafio, esperava um confronto físico sem emprego de arma de fogo’”(JOVEM...2013).

Desde o ano de 2010, os *bondes* tiveram uma retração na sua formação e nas suas ações. Como já visto anteriormente, os jovens entrevistados alegam que se tornou perigoso demais entrar em um *bonde* pela possibilidade do confronto com outros indivíduos armados. “A gurizada tá enjoando, os guris tão morrendo, antes era soco e pedaço de pau, agora não. Se não vai correr eles (os *bondes* rivais) dão tiro nas pernas” (DC 19/10/2013). Assim, pode-se

inferir que o pacto de reciprocidade de agressões, de certa forma contidas, se quebra neste episódio pela transgressão de duas regras fundamentais: a manutenção à sociabilidade que significa o não envolvimento de armas, principalmente de fogo, nos enfrentamentos, e o acionamento dos comandos de tráfico para a resolução dos conflitos.

Os relatos dos jovens conotam um saudosismo do momento de maior aparição dos *bondes*, quando se saía em *mulão* e reunia centenas de pessoas num tumulto, combinando a tensão da briga e a curtição de estar-junto. “Eu e colegas minhas ia pro Israelita⁵⁸ e já ia de tênis porque tinha que correr, e tinha que fechar com tal *bonde*, pra tá mais segura me lembro, era divertido até, hoje não dá mais pra fazer isso, quando tem treta sempre tem comando metido”. Relatos como esse demonstram uma impossibilidade do bonde de circulação e briga coletiva, hoje pela quebra das relações de solidariedade entre os jovens das periferias de zonas diferentes. Além disso, a soma desse episódio com o ocorrido em 2007 (no Parque da Redenção) fez com que os órgãos de segurança pública e os vigilantes de locais comerciais passassem a controlar a comunicação entre *bondes* pelas redes sociais e a punir com mais intensidade os jovens que circulavam em coletividades mais visíveis. “Segundo o homem ouvido por ZH, as duas gangues (envolvidas no episódio da Redenção) costumavam frequentar o Parque Germânia, mas, por causa da presença de seguranças, trocaram a área de lazer da Zona Norte pela Redenção recentemente” (MELO, 2012). Esse controle maior também tornou difícil a associação a um *bonde* e acaba por contribuir na retração do movimento.

4.5 OS *BONDES* NO MOVIMENTO PASSE LIVRE⁵⁹ E A POLÊMICA DOS ROLEZINHOS: Subjetivação e violência na pauta

O ano de 2013 e o início de 2014 constituíram um período de intensa movimentação em torno dos debates sobre igualdade, liberdade, justiça e, principalmente, o conceito de democracia. A ideia positivista de ordem foi posta em xeque em vários acontecimentos, mas também se lançou mão dela nos revezes desses mesmos eventos como arma de legitimação de condutas excessivamente autoritárias. De um lado, os protestos de junho que suscitaram uma

⁵⁸ Local onde aconteciam grandes bailes *funk* com enfrentamento entre *bondes*.

⁵⁹ Em Porto Alegre, especificamente, o movimento de luta pelo Passe Livre foi nomeado de Bloco de Lutas pelo Transporte Público, mas ao longo do texto será usada a sigla MPL pela articulação que o movimento da cidade mantém com os demais grupos em protesto pelo transporte no Brasil.

série de opiniões, as quais tangenciavam os significados da emergência do movimento, sem conseguir de fato dar conta desses significados em função da natureza dinâmica do mesmo. De outro, a grande imprensa tentando se mostrar idônea enquanto buscava pautar a agitação, estratégia que não obteve sucesso por muito tempo, mas conseguiu fazer com que o movimento esmorecesse e voltasse as suas bases para se repensar e se rearticular. Os *rolezinhos* tiveram um rápido aparecimento na mídia e um intenso debate nas redes sociais. A discussão correu sobre as divisões entre o que é público e/ou privado e sobre a falta de opções de lazer para a juventude.

Assim, é inegável o papel que a mídia apresenta no desenrolar desses fenômenos, mas, a partir desses protestos e da própria revolução digital dessa década, viu-se surgir uma nova noção de mídia. Com a veiculação de vídeos na internet (feitos por participantes dos protestos que mostravam seus pontos de vista e se convertiam em uma forma alternativa de pensar os acontecimentos), o cidadão comum tornou-se um mediador entre o evento e o espectador, ele mesmo uma nova mídia. Essa dinâmica recente polarizou os olhares do país sobre os diferentes acontecimentos, não só os protestos, e tornou a análise desses eventos fundamentalmente mais complexa.

No entanto, é possível notar uma ligação entre esses dois eventos (*rolezinhos* e protestos): a questão do direito à cidade e a questão do direito à circulação, os mesmos debates que os unem ao movimento dos *bondes*. Em ambos os fenômenos, tornou-se evidente o fato de que a cidade não é para todos e que seus espaços, mesmo os públicos, tem limitações para o uso. Os *bondes* de Porto Alegre, há cerca de uma década, já frequentavam os shoppings e davam seus “rolés” na cidade, exigindo a abertura dos espaços de lazer para que a periferia pudesse desfrutar. Aqui, eles foram rechaçados de forma análoga aos *rolezinhos*, pela perseguição da polícia e pelas medidas que reduziram o passe livre. Os *bondes* tiveram uma inserção tímida e, também, intimidada nas manifestações de junho em Porto Alegre porque foram representados como uma fração que não tinha lugar naquele movimento estudantil, pois, afinal, a maioria não era estudante, tamanha a vulnerabilidade em que se encontravam.

Os *rolezinhos*, que ganharam tão ampla discussão na mídia, podem ser vistos como a volta dos *bondes* restaurados, isto é, melhor vestidos. A mesma lógica de organização da sociabilidade e produção da identidade a partir do reconhecimento do “outro” se mantém, bem como a utilização do espaço do shopping para fruição, mas a relação com o consumo

aparece de, certa forma, modificada. Os *bondes* também entravam nos shoppings e mediam forças com os vigilantes para poderem permanecer, não tinham interesse na discricção e, por isso, apareciam em grandes bandos e com uma vestimenta que os distinguiu propositalmente. Nos *rolezinhos* altera-se a vestimenta, já que o interesse é de estar bem arrumado para ser digno do shopping, mas não de confundir-se com os demais frequentadores, o que exigiria que eles fossem em número menor. A imagem do grande grupo pode ter mudado um pouco, mas ainda tem um efeito interessante, significa uma grande mancha da periferia tomando lugar nos espaços de consumo, onde o restante da população não está acostumado a vê-la e, por isso, nota-se esse estranhamento que, no caso de alguns proprietários de shoppings, a vontade de segregação desse setor juvenil pobre chegou às vias jurídicas. Todavia, também nos causa estranhamento que, em plena democracia, pessoas sejam barradas de frequentar um lugar somente pelo fato de serem pobres e da periferia. A partir desse episódio, a desigualdade social e de acesso à justiça, que parecia borrada, voltou a estampar-se sem muitos constrangimentos.

Os protestos de junho, assim como os *rolezinhos*, são acontecimentos importantes que nos permitem compreender a conjuntura de insatisfação com uma determinada situação política e, ao mesmo tempo, vislumbrar uma oportunidade de abertura que essa mesma conjuntura pode proporcionar. Se é possível que os jovens estejam nas ruas com relativa “liberdade de expressão”, esse fato se deve ao que Tarrow (2009) apresenta como uma estrutura favorável à organização da demanda coletiva. Só num contexto de abertura democrática, as manifestações de junho poderiam ser organizadas e visibilizadas sem que fossem aniquiladas assim que a ideia surgisse entre um pequeno grupo, uma vez que devemos nos lembrar do período em que o país esteve mergulhado em uma ditadura militar com repressão às agremiações políticas e desaparecimento de lideranças.

A dimensão que o movimento atingiu e a repercussão tanto nacional como internacional só é possível em um contexto de relativa estabilidade política. De fato, a “estrutura de oportunidades políticas” não criou a demanda, ela já era pré-existente, mas a conjuntura geral do país foi fundamental para que essa demanda fosse organizada em forma de movimento. Além disso, o acontecimento da Copa no Brasil, mesmo no seu período de anúncio e de preparação, foi o estopim para que os grupos de manifestantes legitimassem sua ida às ruas. O aumento das passagens de ônibus, a remoção de comunidades em função das obras da Copa e a privatização de espaços públicos têm sido algumas das reclamações de

um setor que sente que a política, no país, movimenta-se em um ritmo truncado rumo à democratização do acesso a bens e serviços e da diminuição das desigualdades.

No entanto, não se pode dizer que as condições estruturais da política e da economia brasileira vão mal. Houve uma importante diminuição da pobreza e dos índices de desigualdades pela implantação e efetivação das políticas de transferência de renda. O acesso à universidade também se ampliou por programas governamentais e os recursos nos demais níveis da educação têm sido significativos. O fato é que a organização desses movimentos foi favorecida pela conjuntura em que estamos, pela liberdade efetiva de associação e pela atmosfera de discussão política. Para Dubet (1994), os indivíduos não se integram a movimentos apenas por insatisfação, não é somente um contexto de dificuldades que gera a organização coletiva.

É menos o descontentamento, a frustração relativa dos indivíduos que explicam a mobilização, do que a possibilidade de se assenhorear das oportunidades oferecidas pelo sistema político em especial. A existência de ligações comunitárias e de clivagens sobrepostas é também um fator de mobilização. (DUBET, 1994, p.128-129)

Tarrow (2009) nos mostra que as pessoas se agregam a movimentos sociais por um amplo leque de razões, desde o desejo de obter vantagens pessoais até mesmo por solidariedade ao grupo. A vontade de formar um coletivo e de compartilhar experiências com ele também é um fator importante, mas, para o autor, o principal fator é o engajamento como resposta a uma estrutura de oportunidades políticas que possibilita a formação de redes e a organização do movimento, ainda mais quando se descobrem aliados potenciais e possíveis vulnerabilidades nas elites e autoridades. Assim, o custo da participação é reduzido e a possibilidade de conseguir atenção às suas demandas é mais provável. Ao mesmo tempo, a perspectiva de Tarrow (2009) é corroborada pela de Dubet (1994, p. 128), o qual nos mostra que “é menos o descontentamento, a frustração relativa dos indivíduos que explicam a mobilização, do que a possibilidade de se assenhorear das oportunidades oferecidas pelo sistema político em especial”.

Aqui cabe analisar os protestos a partir da noção de *frames* de movimento, postulada por Tarrow (2009) para definir a ação coletiva. “Tarrow argumenta que é necessário criar conceitos intermediários para entender a cultura política operacional. Ele sugere o conceito de frames, interpretado por nós como marcos referenciais de ação coletiva” (GOHN, 1997, p.94).

Os frames oferecem orientações e estratégias para a ação dos movimentos, mas têm uma natureza dual no sentido de que também se formam a partir das experiências e significados que os sujeitos extraem dos momentos de conflito, preparando repertórios e estratégias para a eclosão de um novo evento. Como se pode ver em Gohn (1997), o *frame* também significa um esquema interpretativo que semantiza o mundo exterior a partir da perspectiva interna do movimento localizada em um dado momento ou evento. Nesse sentido, há uma memória que semantiza objetos e ações com base num marco referencial, postulando uma construção específica da realidade.

Os *bondes* e os *rolezinhos* estão no mesmo alinhamento de *frames* que o MPL. São diferentes dinâmicas de desenvolvimento do conflito, mas que compartilham, historicamente, a necessidade de lutar contra políticas desiguais e de disputar espaços e discursos de poder.

Os *frames* do MPL parecem localizar o marco referencial de sua construção na sucessão de movimentos que saíram às ruas durante o processo de democratização e, parte dos sujeitos olha os protestos, com referência ao movimento das “diretas-já”. O *bonde* e os *rolezinhos* se diferenciam destes também porque o marco de referência para a construção do seu movimento não está localizado no “empoderamento da sociedade civil”, mas na memória das privações e segregações sofridas (historicamente) que lhes volta e que, de forma quase inconsciente, dirige o olhar contra alguns símbolos.

Além disso, no caso dos *rolezinhos*, não se pode ver a oportunidade política como lógica de emergência da ação da mesma forma que no caso das manifestações nem a coerção com que os grupos que frequentavam os shoppings foram recebidos e escorraçados. As idas dos jovens da periferia aos shoppings em São Paulo tiveram uma duração muito mais curta, mas suscitaram um nível de repressão bem mais intenso por parte dos seus antagonistas. Cabe notar, que no caso dos *rolezinhos*, a relação de oposição entre os jovens e os lojistas e agentes da segurança pública ou privada, não era colocada como o princípio da ação dos mesmos, ao contrário das manifestações de junho. No entanto, essa disputa pelo direito, de circulação dos jovens e pelo direito de propriedade dos lojistas fica evidente na repressão e na proibição da ação dentro dos shoppings. Como colocam Laclau e Mouffe (1987), é o conflito que gera o antagonismo e cria os atores sociais. No caso dos *rolezinhos* e dos *bondes* é o momento do conflito que torna visíveis os grupos que estão disputando os espaços de vocalização, demarcando a lógica de ação coletiva e constituindo os sujeitos em luta.

Nos *rolezinhos* é mais a melhoria macroestrutural que possibilitou a ida ao shopping e iniciou o conflito, do que a estrutura de oportunidades políticas. Até que o confronto com a polícia se desse, a ação dos jovens do *rolezinho* era mais social do que política. A melhoria social que projeta o fenômeno é visível, se comparado à situação dos jovens da periferia há uma ou duas décadas atrás. Depois da estabilização da moeda, da criação e efetivação de programas sociais (como os de transferência de renda) e da tentativa de regularização fundiária de algumas áreas periféricas (o que em alguns casos teve resultados nefastos para a população pobre), a conjuntura econômica e social das cidades do Brasil apresentava uma mudança significativa sendo vista com positividade no exterior. A visão sobre a periferia urbana na grande mídia tem cambiado e combinado a acusação de constituir uma zona de miserabilidade e perigo social e de ser o lugar de costumes exóticos e práticas pitorescas que recebem o status de roteiro turístico pacificado e de relicário que guarda a memória de um Brasil pobre e trabalhador que ficou no passado, pelo menos para aqueles que não enfrentam as situações diárias de constrangimento e violência.

Os jovens das periferias têm adentrado os shoppings das zonas centrais e nobres com roupas de marca, tênis, óculos e celulares de última geração. Não cabe discutir se são precedentes de mercados ou de rendas ilegítimas, mas o fato é que a emergência do “*funk ostentação*” colocou os jovens da periferia na esteira do consumo e isso é fundamentalmente estranho para os setores abastados. Para os jovens da periferia, a imagem de fundo do shopping é perfeitamente adequada à diversão que procuram; para os lojistas e outros frequentadores desses espaços, a imagem do bando de jovens é controversa, desconfortável, quase aterrorizante.

Essa imagem que projeta o conflito opõe antagonistas e produz os atores em disputa por poder. Mas também é a partir do confronto que os indivíduos envolvidos têm mais um fator que os une, ou ainda, que torna legível a diferença que os opõe aos outros. A experiência conflitiva, como vista anteriormente, é uma potente produtora de integração grupal pelo estreitamento dos laços que promove no momento de tensão vivido (SIMMEL, 1983).

Não é possível ver como intencional a ação dos *bondes* e *rolezinhos* no sentido de estabelecer uma identidade coletiva, mas a experiência derivada do conflito pode gerar processos de subjetivação coletiva e ensejar novas situações conflituosas em que o espaço de disputa discursiva seja significado pelo contexto que compartilham. Além disso, mesmo que a

abertura ao debate não tenha sido fundamentalmente intencional, do ponto de vista pragmático, a ação dos jovens, ao preencher com seus “corpos-territórios” os espaços dos shoppings, engendra a abertura e talvez o preenchimento de novos espaços de disputa política, antes vazios. Se não é costumeiro ver adolescentes consumistas e supostamente alienados fazendo política, se a periferia não é representada senão por movimentos ligados à habitação, é compreensível que a novidade do cenário produza um descentramento das relações centro-periferia no plano político. A novidade, inclusive, está na visão dos jovens de grupos populares disputando espaços geográficos e sociais com aqueles de grupos com maior poder aquisitivo e acesso a bens e serviços escassos ou intangíveis para os pobres. Todas essas imagens fundam uma nova ideia sobre os ensejos da política entre os âmbitos público e privado, afinal, esses indivíduos querem o direito à circulação ou o direito de estar nos espaços de lazer? Ou, de outro modo, querem e exigem novas formas de subjetivação e de construção de experiências coletivas? A discussão é sobre igualdade ou liberdade e qual é a medida entre as duas?

Laclau e Mouffe (1987) estabelecem uma crítica importante para pensar esses jovens como novos atores na cena democrática. Para os autores, o marxismo tratou de consolidar o operariado como sujeito universal da ação coletiva. Essa perspectiva é criticada em favor do olhar para os diferentes sujeitos particulares que surgem colocando sua subjetividade como referente político. Além disso, esses sujeitos são descentrados, isto é, não possuem uma identidade única e, sim distintas “posições de sujeito” das quais se lança mão nas diferentes posições discursivas que perpassam os referentes de classe, como as pertencças definidas pelo gênero, etnia e nacionalidade.

Laclau e Mouffe argumentam que o que existe, efetivamente, é um complexo social formado por uma infinidade de identidades, constituídas a partir de relações discursivas antagônicas distintas do mero antagonismo de classe que, segundo a teoria do discurso, tem locus particular e não um a priori universal nesse intrincado jogo (MENDONÇA, 2010, p. 481).

A partir disso, eles apresentam a concepção de democracia como um significativo vazio, um espaço que sempre deve estar aberto para que os sujeitos o preencham com o conteúdo ou a demanda que lhe diz respeito.

Para Laclau e Mouffe (1987), não é possível o consenso na sociedade, posto que a sociedade seja vista como abstração e, mesmo se real, sempre haverá grupos em desvantagem

que não são contemplados pelo consenso. A lógica consensual pressupõe uma racionalidade que conjugue as demandas de todos os grupos em disputa, porém não há uma racionalidade representativa de todas as demandas, mas apenas de parte delas, o que faz com que qualquer consenso, por mais fundado nos preceitos racionais e democráticos, seja sempre excludente. Desse modo, sugerem a categoria de democracia radical, na qual se assume que o consenso é uma impossibilidade e, portanto, aceita-se a disputa de significados políticos, tentando-se mediá-la.

Nos movimentos de junho, os *bondes* tiveram uma pequena inserção nos eventos de Porto Alegre. Quando perguntados sobre esse envolvimento, os jovens justificavam sua participação a partir da noção de raiva, que pode ser entendida a partir da perspectiva de Honneth de lesão moral: “a gente usa o protesto, mas é mais desculpa pra fazer vandalismo, quebra loja, fura pneu, é mais ou menos dar prejuízo, é descontar a raiva”. Dar prejuízo já conota uma oposição às possibilidades de consumo a que são vetados. Nesse sentido, furtar os objetos das lojas é tanto simbólico dessa “redistribuição material” quanto parte de um interesse prático, o de obter algo desejado. Quando questionados sobre onde e porque emerge a raiva, a resposta vem ao encontro desse antagonismo: “O cara já nasce com a raiva porque passou trabalho, teve que traficar pra crescer e tem um lado que puxa a família já é toda virada, meus tios tão preso, um morreu, tem sempre essas treta” (DC 19/10/2013).

Durante três passeatas, os jovens da periferia estiveram envolvidos nas manifestações, no entanto, a recepção desses sujeitos da periferia pela juventude dos protestos não foi a melhor. Mesmo que na pauta e na intenção das primeiras lideranças a questão da segregação da juventude pobre e da penalização da periferia fossem centrais, a própria dinâmica do conflito e seu desenrolar trataram de alocar os *bondes* numa posição de adjacência e não de interiorização ao movimento. Em constantes falas, percebeu-se uma reprovação da conduta dos *bondes* durante os protestos, corroborando a sensação de que os *bondes*, fora da periferia, estão descentrados independente do lugar onde estejam. Duas lógicas de representação se davam na fala daqueles que buscavam compreender a ação que englobava jovens em vulnerabilidade social e jovens “com referencial teórico” para a luta. Havia uma divisão entre os indivíduos da periferia e os anarcopunks (estes atacavam somente espaços simbólicos do capitalismo), projetada através das falas daqueles que defendiam o movimento. Os *bondes* entravam no rol dos que depredavam os “lugares errados” e estavam ali só pela vantagem material de saquear lojas, eram vistos como “alienados”. Para a mídia e a polícia, os *bondes*

entravam na categoria de “baderneiros” sem muita classificação em relação aos demais “depredadores”.

No entanto, a perspectiva de Dubet (1994) sobre as *galères* francesas nos mostra que, como o jovem havia exposto, os atos de depredação são resultado de uma raiva constitutiva da subjetividade dos indivíduos privados de bens materiais, acessíveis a uma ampla parcela da população. Assim, pode-se observar que a pequena participação dos *bondes* no MPL deu-se no sentido de aproveitar o momento de excesso para conseguir alguns produtos para consumo próprio, mas também realizar uma catarse ao investir sobre os símbolos do consumismo. Logo, o tumulto é necessário, a destruição de objetos é simbólica para que ninguém tire proveito daquilo que eles não têm. O agir junto também mantém a unidade aparente do grupo. Para Maffesoli (2006), o tumulto promovido nesses fenômenos é análogo à agitação popular que antecede a revolução, referindo-se a contextos de mudança política efetiva. Além disso, “o tumulto traça um território; graças aos media, muitas vezes, ele dá aos jovens uma identidade, esse quarto de hora de celebridade que eles descobrem rapidamente ser um meio não descurável de se fazerem ouvir” (DUBET, 1994, p. 200).

Para a polícia, a participação dos *bondes* foi vantajosa, tratou de alentar com alguns presos a vontade do grande público de que os protestos fossem punidos e, ainda, rendeu a captura de alguns indivíduos que vinham sendo procurados. Assim, as forças de segurança pública fizeram dos *bondes* o bode expiatório de toda a manifestação. Prendendo alguns integrantes, satisfazia-se uma aclamação pública pela punição dos “desviantes” do movimento. Os *bondes*, assim como os “baderneiros” (grupos anarcopunks) foram e ainda são vistos como elementos que gravitam em torno do movimento, mas que não integram a partícula legítima em que estão inseridos aqueles que se revoltam contra a conjuntura política nacional. A abordagem midiática alternou a visão sobre a violência nesses eventos, ora criminalizando o movimento, mostrando-o como homogêneo e produtor dos excessos, ora colocando os jovens “pacíficos” quase como vítimas daqueles que pervertiam a suposta estratégia inicial do Movimento Passe Livre.

Ainda com os desvios de abordagem da mídia, a ação e os excessos cometidos por esses grupos, bem como a excessiva repressão no caso dos *rolezinhos*, tiveram o papel de trazer à tona os antagonismos e a disputa política em torno desses movimentos e demarcaram novos pontos de discussão dos preceitos de liberdade e igualdade.

Com base em Laclau e Mouffe (1987), pode-se dizer que o efeito do MPL não é somente ampliar os espaços de vocalização da juventude, mas principalmente preencher os espaços vazios da política e cambiar significados debatidos neles, o que justifica a estratégia de não estabelecer diálogos. Essa parece uma forma de não deixar que os signos emergidos em luta sejam absorvidos por um vocabulário político que concretize esses novos nexos em velhas diretrizes políticas. Nesse sentido, a força com que irrompem as manifestações estudantis e a novidade da tensão protagonizada pelos jovens da periferia inaugura novos debates na cena pública e ressemantiza de diversas formas o discurso e a efetivação da democracia no país.

5 IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

A ideia de “aparecer” é muito frequente nas falas dos jovens dos *bondes*, o que faz pensar que essa sociabilidade cumpre o papel de promover a visibilidade dos indivíduos da periferia nas áreas centrais, colocando-os nos circuitos de trocas entre a juventude da cidade. Mas também o fato de estar no *bonde* pode ser uma forma de configurar suas identidades a partir da experiência partilhada e negociar o reconhecimento da autenticidade das mesmas com outras identidades, às vezes, opostas às suas.

Viu-se, em Wieviorka (2006), que a violência pode ser resultado da negação da subjetividade e, com Maffesoli (2005), que ela pode configurar a experiência de um grupo, possibilitando a produção de uma subjetividade coletiva e de identidades gestadas no confronto.

A combinação das noções de conflito e periferia parece estar na base da produção de identificação entre os jovens dos *bondes*, na agregação dos mesmos e no reflexo de suas práticas. As noções de identidade, reconhecimento e violência são aqui analisadas no sentido de resultantes da combinação evidenciada e também de atribuidoras de significado à existência dos *bondes*.

Assim, é importante analisar a forma como os jovens projetam identidades com base na sua pertença e na relação de conflito com o outro. Como mostram as rimas que tentam falar de quem são esses indivíduos, destacam-se noções opostas que se semantizam, mutuamente, nos seus discursos. Como já visto anteriormente, com base na vivência da periferia se institui a identidade “vida loka”, a qual está diretamente concebida como oposta à de “playboy” e coloca os jovens da periferia como mais resistentes devido às adversidades que passaram, como se a identidade “vida loka” fosse crivada por uma espécie de “seleção natural”, somente aqueles que têm força e se adaptam às privações conseguem sobreviver e “representar”. “Vida loka de verdade é aquele que representa, respeitado na favela, desde pequeno já esquenta, aquele que passa fome e mesmo assim cresce mais forte, vida loka de verdade é o povo da zona norte” (Os + Pedrinhas 2010).

A categoria de “playboy” se constitui como o antônimo direto de “vida loka” porque designa o sujeito que, em nenhum aspecto, é igual aos “vida loka”. Trata-se de uma categoria estabelecida na alteridade da periferia, sendo, ao mesmo tempo, alvo de desprezo pela suposta

“debilidade” daquele que cresce com conforto, e alvo de inveja pela possibilidade de andar “nos pano”, isto é, ter acesso a bens materiais com mais facilidade e desfrutar de mais opções de lazer. Assim, “playboy” é a identidade atribuída àquele indivíduo que, segundo os jovens da periferia, não merece a vida que tem.

Em afinidade com “vida loka” também se estabelece as categorias de “irmão” e de “aliado”, aqueles jovens com quem se estabelece relações: de fidelidade com os primeiros e de solidariedade com os segundos, organizando uma hierarquia daqueles indivíduos com quem as interações se dão pela via da aliança e da identificação. Em oposição a essas, estão as categorias de “contra” para os rivais com quem se estabelece uma relação de respeito; de “comédia” para aqueles que são ridicularizados: “nos comédia nós taca fogo, que é pros contra se espelha” (Os + Pedrinha 2010); e de “cuzão” para os inimigos de outro *bonde* vistos como covardes e frequentemente xingados de serem “playboys”. A categoria de “verme” é associada à de “cuzão” e ambas representam uma relação de desprezo a quem se referem: “o patrão já deu o toque, pros pedrinhas no radinho, é pra rasga de 40 os verme no sapatinho” (OS + PEDRINHA DZN 2xx9).

Também é interessante a categoria de “paga-pau” a qual serve para designar uma atitude de admiração forçada ou surpresa pelos “feitos” de algum *bonde*: “falam mal, mas pagam pau, porque ceis só falam de nós, é os patrões que vêm de quatro, os pedrinhas passam Hipoglós” (OS + PEDRINHA DZN 2xx9).

Em todos esses discursos e classificações há uma clara necessidade de estabelecer as identidades dos participantes dos *bondes*, acionando o conflito interno dos grupos contra quem o conflito já está posto e é alimentado a cada postagem de vídeo e provocação nas redes sociais. No entanto, a identidade desses jovens, em vários momentos, aparece diretamente associada à segregação e à situação de vulnerabilidade, evidenciando que a subjetivação se dá mais pelo conflito externo do que interno: “pudia sê diferente, a sociedade me criou, o bandido, o marginal, sou pedrinha meto terror” (Os + Pedrinhas).

Nesse sentido, o capítulo que se segue busca construir um aporte para o entendimento desse processo de subjetivação a partir de teorias fundamentais que colocam a identidade diretamente ligada às interações sociais estabelecidas pelos indivíduos e estratégias de reconhecimento que engendram.

5.1 PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO

5.1.1 *Self*, Sujeito e Subjetivação

O trabalho de Mead (1953) nos mostra um processo em que a conduta dos indivíduos é formada a partir de reações a estímulos do grupo social no qual está inserido. A ênfase do autor sobre a constituição da mente do indivíduo é comportamental, não desenhando uma constituição subjetiva independente do social, não se tratando, portanto, de um fenômeno somente biológico. Essa formação se daria pela linguagem, vista por ele como parte da conduta. Assim, os processos de reação a uma determinada situação vivenciada se dariam pela interpretação do conjunto de símbolos que fez parte da socialização do indivíduo. Dessa forma, tal processo “no es un producto mental, y no se lo puede poner dentro del cerebro. La mente es esa relación del organismo con la situación, que se realiza por medio de una serie de símbolos” (MEAD, 1953, p. 158). No entanto, o constructo teórico de Mead não se explica simplesmente pela lógica de estímulo e resposta. Para o autor, o indivíduo “está sendo”, é algo que se constrói a cada reação nova, mas sempre reatualizando experiências anteriores.

Debemos, pues, considerar al espíritu⁶⁰ como surgido y desarrollado dentro del proceso social, dentro de la matriz empírica de las interacciones sociales. Es decir: debemos obtener una experiencia individual interior desde el punto de vista de los actos sociales que incluyen experiencias de individuos separados, en un contexto social en que interactúan dichos individuos. Los procesos de la experiencia posibilitados por el cerebro humano, son posibilitados sólo para un grupo de individuos interactuantes: solo para organismos que son miembros de una sociedad; no para el organismo individual aislado de otros organismos individuales (MEAD, 1953, p.166).

Diferente da mente, a consciência de si, ou *self*, como é chamada por MEAD (1953), não se desenvolve paralelamente ao organismo, não está presente no nascimento e só se amplia à medida que o indivíduo participa de experiências e interações sociais. Desse modo, o *self* é algo que engendra as dimensões subjetiva e objetiva ao mesmo tempo, é o “objeto para si”, uma maneira de ver-se a partir do ponto de vista generalizado dos indivíduos que compõem o mesmo grupo social. Assim, explica o autor, a experiência do indivíduo se converte em objeto para si quando o mesmo adota as atitudes das demais pessoas com quem

⁶⁰ No original inglês, *mind*.

compartilha o seu contexto social. Em analogia com o duplo do homem⁶¹ e aos amigos imaginários frequentemente criados na infância, Mead nos esclarece que o *self* é como um “outro de nós mesmos” com quem conversamos e ao qual reagimos. A partir da formação do *self*, ele passa a ser a “primeira pessoa” com quem nos comunicamos antes mesmo de iniciar uma conversa com outro indivíduo concreto.

El pensamiento se torna preparatorio de la acción social. El proceso mismo del pensamiento es, naturalmente, una conversación interna que se lleva a cabo, pero es una conversación de gestos que, en su completación, involucra la expresión de lo que uno piensa a un público oyente. Uno separa de la conversación real la significación de lo que está diciendo a otros, y la tiene preparada antes de decirla (MEAD, 1953, p.173).

Assim, o *self* atua como uma mediação entre a individualidade e as atitudes diante do grupo social, que é chamado pelo autor de “outro generalizado” e que é responsável pela constituição do *self*. As atitudes do “outro generalizado” representam as atitudes dos membros de uma determinada comunidade, à qual o indivíduo pertence, na medida em que a conduta do grupo interfere nos processos de entendimento e na experiência de todos os membros. Nota-se aqui a ligação entre o outro generalizado e o *self*, ambos são formações abstratas do indivíduo para estruturar e organizar a conduta, as atitudes e as crenças de um determinado grupo ao qual pertence. Para Mead (1953), só podemos existir como indivíduos conscientes de si à medida que estabelecemos relações com outras pessoas. É na relação entre *selves*, o nosso e os dos outros, que organizamos a experiência do grupo e que participamos da experiência dos outros, enquanto eles participam da nossa. “Se convierte uno en una persona⁶² en la medida en que puede adoptar la actitud de otro y actuar hacia sí mismo como actúan otros” (p.199).

E, a cada grupo novo em que o indivíduo se insere, inicia mais um processo para delimitar e organizar os símbolos da nova interação orientando o indivíduo a atuar de acordo com a conduta exigida para em cada situação. A possibilidade de reconhecer quais símbolos integram cada grupo social e, de que forma se deve lançar mão deles em cada situação, é dada pelo que Mead nomeia como inteligência reflexiva. É a capacidade de mediar a relação entre os *selves* em interação que faz com que o indivíduo possa atuar de maneira diferente levando em consideração as características distintas de cada meio em que se encontra.

⁶¹ Espécie de entidade nas quais criam povos primitivos. Na crença todo ser humano tinha um outro igual a si que o acompanhava separando-se do corpo apenas nos sonhos ou na morte. (MEAD, 1953, p.171)

⁶² Dotado de *self*.

A questão da reflexividade também engendra a possibilidade do indivíduo tentar definir-se enquanto um “eu” particular, isto é, buscar desenvolver sua identidade apropriando-se de seu passado e significando-o a partir das suas experiências com o que os grupos sociais lhe apresentam como sendo o “Si-mesmo”.

A busca pela identidade do “eu” é alheia ao período pré-moderno, no qual não se concebia a individualidade. É apenas com a divisão do trabalho e com o advento da modernidade que a busca pelo que distingue cada indivíduo se faz importante. Nesse sentido, a identificação da autenticidade do eu está ligada ao paradigma moderno e, logo, a identidade dos indivíduos também se liga à sua funcionalidade e aos papéis desempenhados nas instituições tradicionais, como o trabalho e a família.

Na perspectiva de Touraine (2009), a modernidade prende o indivíduo ao Estado e às suas instituições, mas também realiza o desencantamento do mundo, afastando o ser humano da religião e colocando sobre ele a responsabilidade de “ser”. Reelaborando a perspectiva de Weber, Touraine (2009) nos mostra que, à medida que a modernidade controla o indivíduo pela racionalidade instrumental, também acaba munindo-o da vontade de ser produtor de “si-mesmo” e transformador do social e não apenas consumidor dos papéis que lhe são impostos institucionalmente. Desse modo, “O que melhor define a modernidade não é o progresso das técnicas, nem o individualismo crescente dos consumidores, mas a exigência de liberdade e sua defesa contra tudo o que transforma o ser humano em instrumento, em objeto, ou em um absoluto estranho” (TOURAINÉ, 2009, p.245).

Assim, a modernidade em relação à constituição subjetiva é entendida pelo autor entre dois movimentos que disputam a individualidade: “de um lado a racionalização, pela qual o homem é senhor e dominador da natureza e de si mesmo; de outro, as identidades pessoais e coletivas que resistem aos poderes pelos quais a racionalização é posta em execução” (TOURAINÉ, 2009, p.244).

Em Touraine (1998), encontramos a oposição entre os processos de individualização inscritos na emergência da modernidade, estes muito ligados à ideia de trabalho, e os processos de formação das condutas individuais a partir da chamada modernidade recente. O autor também nos mostra que os paradigmas modernos e a forma de ver os indivíduos sofrem

uma guinada protagonizada pelo pensamento de dois autores que põe em discussão a incompatibilidade entre o desejo e a razão e, logo, a incompletude do sujeito.

A partir de Nietzsche e Freud, o indivíduo deixa de ser concebido apenas como um trabalhador, um consumidor ou mesmo um cidadão, deixa de ser unicamente um ser social; ele se torna um ser de desejo, habitado por forças impessoais e linguagens, mas também um ser individual, privado. Isso obriga a redefinir o Sujeito (TOURAINÉ, 2009, p. 139).

Nesse sentido, a modernidade mesmo produtora das amarras de constituição do *self* pelo controle dos grupos sociais, estaria grávida do processo de gênese do sujeito, o qual se opõe ao *self*, uma vez que é a busca pela autonomia da construção de si e da interferência na esfera social. Esse movimento encarna o processo que opõe a experiência coletiva à individual, logo “o sujeito só existe realmente se for capaz de viver a tensão entre a pertença a grupos e a uma história e a consciência de si. É impossível desenhar à pressa as relações existentes entre o mundo do sujeito e o mundo da experiência vivida dos grupos e das coletividades.” (TOURAINÉ, 2007, p.163).

Em outra obra, o autor fala sobre o processo de “desmodernização”, que subtrai a concretude das identidades formadas a partir da função exercida pelos indivíduos no paradigma moderno (integrado ao papel social que desempenham na sociedade vista como um sistema maior). Os sujeitos que antes se definiam por sua função social, amplamente arraigada à ideia de trabalho, família e outras instituições sociais, passam por um processo que o autor chama de “dessocialização”, o qual significa a perda de sentido dos papéis sociais como consequência de outro fenômeno notado pelo autor, a “desinstitucionalização”. Este último termo preconiza o desaparecimento de normas rígidas de conduta e um afrouxamento de padrões de normalização, o que pressupõe a coexistência de vários tipos de organização social e de condutas culturais específicas em cada domínio. Além disso, Touraine (2007) nos apresenta um quadro em que amarras institucionais, como a religião, as ligações de classe e partidos e a própria ideia de cidadania e de razão, filhas da modernidade, perdem o sentido de formadoras da individualidade.

Ao pensar na realidade dos jovens em situação de vulnerabilidade, um paradoxo se coloca: estes indivíduos não parecem se inserir no paradigma moderno, visto que encontram dificuldades de definir sua funcionalidade em relação ao trabalho socialmente reconhecido. Eles participam de uma comunidade onde o trabalho desempenhado é amplamente identificado como precário e/ou informal. Quanto às estruturas do sistema social do qual

supostamente fazem parte, também não oferece formas de individualização socialmente reconhecidas. Por outro lado, também encontram dificuldades de inserir-se no paradigma de “desmodernização”, já que a pertença comunitária parece desagregar as formas de interação dos indivíduos e os referentes culturais da periferia não oferecem possibilidade de diferenciação social por serem, geralmente, apontados como homogêneos e exóticos.

Além disso, a comunidade de inserção desses jovens parece estar se manejando entre duas possibilidades, mas sem conseguir inserir-se efetivamente em nenhuma delas. Se, por um lado, não conseguem estabelecer-se como consumidores de fato na lógica da dispersão do mercado; por outro lado, também já não estão comprometidos com a defesa da comunidade de origem no sentido de espaço sociocultural de convívio porque a estigmatização e a degradação do seu território têm preconizado um processo de desfiliação social. Assim, cabe questionar por quais vias esses indivíduos podem se definir enquanto sujeitos.

Se não há forma de se definir entre essas estruturas paradoxais, talvez o conflito configure o ponto agregador de identidade e identificação. Uma vez que para Touraine (2009, p. 249) “o sujeito só existe como *movimento social*, como contestação lógica da ordem, tome esta uma forma utilitarista ou seja simplesmente a busca por integração social”.

Desse modo, pode-se compreender que a ação dos *bondes* proporcione aos jovens uma via de construção do sujeito, uma vez que representa a ruptura com a ordem social estabelecida para a convivência na cidade. No entanto, ao mesmo tempo, esses jovens redesenham uma sociabilidade ordenada e organizada a partir de acordos tácitos, os quais também exercem a função de “outro generalizado” sobre esses indivíduos, configurando o *self*. Mas ainda assim, a sociabilidade proporcionada pelos *bondes* permite aos indivíduos escapar dos papéis sociais tradicionais que lhes são cotidianamente impostos, negando a posição de objeto.

É o gesto da recusa, da resistência, que cria o sujeito. É a capacidade mais limitada de se distanciar com relação aos seus próprios papéis sociais, a não pertença e a necessidade de contestar que fazem cada um de nós viver como sujeito. E a subjetivação é sempre o oposto da socialização, da adaptação aos status e aos papéis sociais (TOURAINÉ, 2009, p. 290).

Assim, mais uma vez, os jovens dos *bondes* aparecem num movimento ambivalente, ora podendo ser vistos como produto de uma “moda do funk” e, portanto, reproduzindo

papéis sociais, mesmo que não-convencionais, mas recriando o “outro generalizado; ora podendo ser notados como agentes que negam a institucionalidade dos papéis sociais tradicionais e produtores de sua sociabilidade e, portanto, sujeitos criadores dos tecidos sociais que querem participar, e transformadores da própria experiência. Também se ligam de forma ambígua ao consumo. Se por um lado, usam marcas famosas de roupas para definir as diferenças entre *bondes* e utilizam os shoppings como lugar de circulação; por outro, exacerbam certos símbolos que os identificam diretamente com a periferia e se relacionam com a compra de modo também não-convencional, já que, por vezes, os produtos usados são oriundos do comércio ilegal e da falsificação. Assim, entende-se que esses grupos não protagonizam uma ruptura total com o ordenamento social, todavia organizam suas experiências no sentido de configurar um sujeito que seja individual, mas garanta a eles a segurança de estar entre iguais, comungando de uma identidade coletiva.

5.2 IDENTIFICAÇÕES, TRIBALIZAÇÃO E “O POLÍTICO” NA SOCIALIZAÇÃO

Dubet (1994) apresenta um quadro em que é possível observar os indivíduos a partir da busca por experiência social e não pela ação sistêmica. A diferença colocada pelo autor para estas duas formas de proceder e de análise é que a ação sistêmica se apresenta vinculada aos papéis impostos pelas instituições modernas, e a experiência se mostra como a possibilidade de vivenciar algo autêntico e contestar a organização à qual o indivíduo pertence. A ideia de experiência social em Dubet (1994) seria a pré-condição da constituição do sujeito proposta por Touraine (2009). É a partir da busca nunca acabada por uma experiência autêntica que os indivíduos podem desviar-se dos papéis impostos ao self e tornarem-se agentes e transformadores do seu meio. Nesse sentido, Dubet (1994) comenta a noção de socialização de Mead (1953) afirmando que toda socialização, independente a qual grupo ou instituição se refira, é sempre incompleta porque as experiências dos sujeitos são múltiplas e desconectadas, o que lhes permite constituir uma subjetividade única e não ficar imerso na realidade coletiva.

A principal tensão do trabalho de Dubet (1994) é a oposição entre a vontade de autonomia do sujeito, que só é possível vindo “seu meio estando fora dele”, e a individualidade do ator da integração, típica construção moderna que só é possível estando totalmente atrelado às comunidades a que faz parte e à sociedade vista como um sistema geral. O conflito identitário de Dubet (1994) encontra a inquietação de Touraine (2009) ao

confrontar o indivíduo integrado pela ação (o trabalho) e que constitui sua identidade a partir dessa aceitação do papel social, e o sujeito autônomo que se faz pela não-integração, constituindo-se, por vezes, pelo consumo ou pela experiência social do conflito. Nesse sentido, a noção de experiência social de Dubet (1994) se torna mais interessante que a de papel para compreender uma “heterogeneidade do vivido”, uma diversidade que possibilita a constituição de uma identidade inconstante; enquanto que os papéis representam uma adequação à ordem de cada grupo de pertencimento, além de se tornar incoerente quando se confrontam papéis de natureza contraditória estando ligados a atividades com racionalidades divergentes.

A noção de experiência não tem a pretensão de organizar os papéis em torno de um Ego unificado, antes compreende as tensões no interior das relações em que se imbricam experiências distintas. Assim, compreende-se que as contribuições de Dubet (1994) são fundamentais para a compreensão de como os jovens dos *bondes* conseguem orientar as experiências de vida na sociabilidade que criam. Antes de assumir um papel prescrito, esses jovens vão construindo as formas de agir e proceder a partir da própria ação em curso e constituindo um “Eu” dissociado das outras experiências que se trata de uma perspectiva distanciada de onde pode olhar criticamente para si. “A distância construída desse modo, muito mais do que a adesão aos valores de um outrem generalizado, é o que constitui a subjetividade” (DUBET, 1994, p.189).

Assim como a noção de experiência e de subjetivação são vistas de modo não fixo, também se faz importante compreender a noção de identidade na perspectiva dos estudos culturais, principalmente, na abordagem de Hall (2006) e Silva (2011), a qual entende os processos de identificação e diferenciação social como algo nunca acabado e em constante trânsito. A própria condição de desmodernidade de Touraine pressupõe um descentramento das antigas identidades unificadas calcadas em referentes de classe, assumindo um reposicionamento constante.

Em vez de falar da identidade, deveríamos falar de identificação e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p.39).

A identidade em Silva (2011) é vista como uma eterna falta, o que pode ser observado na sua abordagem da teoria freudiana da castração, na qual as identificações são uma busca de compensação para a perda dos prazeres libidinais do narcisismo primal. Assim, a identidade é algo que se liga a pontos atribuidores de sentidos, os quais também passam pela representação externa, ou seja, por aquilo que os outros pensam do indivíduo. São “posições de sujeito” assumidas em determinadas situações. Isso porque a identidade é algo que sempre se constrói na interação com o “outro” e a partir de uma negação do que ele é, o que não significa um embate, mas a necessidade do reconhecimento da diferença na definição de uma identidade.

Para Simmel (1977), a identidade é algo que se forma na intersecção de círculos sociais a que um indivíduo pertence, portanto, cada grupo de convívio tem precedência fundamental na constituição dos sujeitos. Para o autor, a identidade de um indivíduo será tanto mais singular quanto mais ele participe em grupos distintos, o que pressupõe um processo de diferenciação que se contrapõe à comunidade tradicional pré-moderna e já preconiza a ruptura com a fixidez das instituições da modernidade. Além de poder participar de diferentes círculos que atribuem sentidos e experiências distintas, o indivíduo também modifica e ressignifica um grupo a partir da experiência em outros. Assim, sua pertença não é passiva, ele retém as simbolizações do grupo, mas também age como transformador da sua realidade.

Como nos mostra Touraine (1998), os novos movimentos sociais têm apelado para a identidade na formação das suas agremiações. A partilha de um sentimento de igualdade em um grupo é parte formadora da subjetividade coletiva e individual do mesmo.

O sujeito não é uma ‘alma’ presente no corpo ou no espírito dos indivíduos. Ele é a procura, pelo próprio indivíduo, das condições que lhe permitam ser o ator da sua própria história. [...] Não se trata para o indivíduo, de engajar-se no serviço de uma grande causa, mas antes de tudo de reivindicar o seu direito à existência individual (TOURAINÉ, 1998, p. 73).

O coletivo que resiste a uma ordem pressupõe a construção de subjetividades a partir da definição de uma situação de conflito com o outro. Desse modo, o embate concreto em relação a pessoas ou codificado em relação a uma determinada ordem é também uma forma de subjetivação.

Não é necessário que as relações entre Eles e Nós sejam explicitamente hostis para se inscreverem numa lógica de integração, basta que elas funcionem no reconhecimento de uma diferença que mantém e fortalece a identidade integradora. Com muita frequência, no entanto, o conflito reforça o sentimento de pertença dos indivíduos, e, por conseguinte, a sua integração, a sua identidade (DUBET, 1987, p.117).

Nas narrativas dos jovens, nas letras de música e na definição de vida loka, as situações de conflito e a tensão em relação à estigmatização são quase uma constante que envolve os indivíduos da periferia. Nesse sentido, se faz mais necessária a afirmação de uma identidade que confronte um “nós” e um “eles” e a produção de experiências sociais comuns formadoras das subjetividades dos mesmos. Uma vez que “o outro é definido pela sua diferença e pela sua estranheza” (DUBET, 1987 p. 116), o fato dos jovens da periferia serem a alteridade dos demais jovens da cidade gera, para os mesmos, situações de estigmatização e de controle da territorialidade. De toda forma, só podem ser sujeitos à medida que interagem com os antagonistas e com os iguais a si.

Diferente de assumir papéis ou estar imerso numa grupalidade tradicional, a sociabilidade formada pelos *bondes* tende a ser o espaço onde se possa exercer o direito a ser sujeito de si e confrontar as formas de oposição que encontram cotidianamente.

A subjetivação, desse modo, faz-se necessária à comunidade, à associação para que os iguais possam reconhecer uns a partir dos olhos dos outros. Assim, a perspectiva de Maffesoli (2005) é fundamental para semantizar o quadro de comunhão das identidades em que se constitui o *bonde*. Para ele o desvanecimento da modernidade, enquanto referente temporal, trouxe de volta a antiga estrutura antropológica que consiste na necessidade humana de estar junto. O individualismo racionalista tem se retraído em favor de uma tendência à agregação. O autor fundamenta que a razão renascentista fragmentou todo tipo de coisa, mas, passado esse esforço individualizante, os sujeitos voltam-se para uma “solidariedade primitiva” que promove, inconscientemente, a vontade e a necessidade de coletivização. “Essa tendência à adesividade, cujas consequências sociológicas são imediatamente visíveis, enraíza-se profundamente na natureza humana; talvez fosse melhor dizer natureza animal ou, simplesmente, domínio ‘mundano’” (MAFFESOLI, 2005, p. 162).

Nessa perspectiva, todo “eu” é construído a partir de um “nós” do qual nunca se desfaz. A subjetivação, mesmo sendo a vontade de ser ator de si e de sua trajetória, não impede a pulsão coletivizante que faz com que o indivíduo possa se ver isoladamente, mas tenda a integrar uma grupalidade e compartilhar com ela, contribuindo com aquilo que lhe é distintivo. Não se trata de assumir um papel ou uma funcionalidade laboral no sentido durkheimiano de integração a um organismo, mas de poder exercer a diferença amparado em grupo solidário. Se a identidade é a intersecção dos círculos sociais, sem restringir-se a ser apenas uma máscara em cada um desses círculos, é compreensível que exista diferenciação lá onde existe também a vontade de experimentar e construir subjetividades em conjunto e em cada círculo.

A pessoa sempre supera os limites nos quais se quer encerrá-la [...] trata-se de um processo em ampliação na atualidade, mas que certamente se explica pelo enraizamento no “ser-pré-individual”, no ser arcaico. Assim, o fato de “participar” magicamente dos objetos, com os outros que nos cercam, dos diversos lugares que habitamos, tudo isso só é possível porque assim se comunga da “realidade pré-individual que o indivíduo contém”, das potencialidades encerradas por ele, as quais, pela “participação”, encontram um meio de expressão (MAFFESOLI, 2005, p.166).

A individualidade resultante do contrato social ainda encerra os humanos nas suas próprias identidades como resultante de séculos de racionalização dos corpos e de fixação em torno do trabalho. Na contramão desse movimento, Maffesoli (2005) analisa a volta ao comunitarismo a partir de ideia de estética. Para o autor, o termo se refere etimologicamente à experimentação das emoções e à prevalência dos sentimentos e das paixões comuns em distintos domínios da vida. Contrariando a justeza dos comportamentos na modernidade, a experiência estética de Maffesoli (2005) implica a força com que as relações e as interações sociais atraem os sujeitos constituindo as tribos urbanas que se formam da vontade humana de estar junto de elementos semelhantes e comungar sua identificação com eles.

Assim como as tribos primitivas se identificavam ao meio ambiente e através disso ao meio social, com o qual partilhavam a natureza, nas selvas de pedra da “civilização do asfalto”, as tribos contemporâneas comungam com seus bairros, ruas, lugares de encontro e criam assim uma socialidade específica impossível de ser compreendida com nossos clássicos e demasiadamente racionais instrumentos de análise. Há um imaginário da cidade, do espaço,

que suscita imaginários tribais, nos quais o fantasma, o desejo, a nostalgia, a utopia têm sua parte, longe de ser desprezível (MAFFESOLI, 2005, p. 190).

O retorno das sensibilidades mostradas pelo autor corrobora a proposição de Touraine (1998) sobre uma secundarização do trabalho. Não é mais a atividade laboral que define o sujeito nesses tempos, nem ao menos está na centralidade da vida cotidiana. O trabalho tornou-se um meio para a obtenção da satisfação hedonista, seja pelo ócio ou pelo consumo. Mas principalmente, a satisfação está na experimentação estética, noção que aproxima a visão de Maffesoli (2005) da visão de experiência social de Dubet (1994). Ressalvadas as diferenças de abordagem, as duas categorias são fundamentais para compreender a constituição dos sujeitos envolvidos em socialidades que misturam a tensão, o conflito e a ludicidade, como no caso dos *bondes*. A perspectiva estética maffesoliana permite compreender (sem perder-se em explicações sobre funcionalidades ou relações de causa e efeito) a importância da atitude de “estar-junto à toa” com que os jovens desses grupos organizam sua experiência social e fortalecem suas identidades nos “nós comunitário”.

Essa tendência à agregação também seria sintomática da mudança da política moderna, institucionalizada e concebível apenas pelos conceitos ligados à esfera eleitoral, para um momento de exaltação do político visível nas imagens de aglomeração das pessoas. Segundo Maffesoli (2005), essa é a transfiguração do político, o declínio da inserção em questões políticas tradicionais e a associação a manifestações sem um projeto político *a priori*, apenas o caráter religioso (da religião entre as pessoas) e paroxístico das tribos e festas pós-modernas, nas quais se celebra a convivialidade, se rememora e se reafirma a pertença ao corpo social.

No entanto, é possível a construção dos sujeitos como atores, mesmo nesses liames menos institucionalizados do político como celebração, principalmente, quando se dá dentro da disputa discursiva que opõe uma grupalidade à outra como no caso dos *bondes*. Aqui, mesmo a ludicidade tem componente de clamor e de posicionamento social na “prática discursiva” que pode ser notada nos ajuntamentos de jovens em circulação pelo espaço urbano cantando a pertença à periferia e exigindo o direito à cidade. A imagem dessa galera na rua, por si só, funda uma possibilidade nova de pensar a periferia e a juventude em relação à política. Nessa arena de disputa entre o poder e potência, os sujeitos emergem do seu bairro de origem em direção ao centro para se colocarem como detentores da urbe como qualquer

cidadão, ainda que não vejam sua celebração entre iguais enquanto uma manifestação ou um protesto; veem antes como uma festa.

Nessa perspectiva, cabe pensar a tensão entre aqueles que saem da periferia e os territorializados no centro ou em bairros nobres para além da imagem do antagonismo, o qual é útil no sentido de marcar as diferenças identitárias entre grupos e reforçar a integração interna de cada um sem, no entanto, ser explicativo da dinâmica que nos interessa analisar. Da mesma forma, a noção de protagonismo também não parece configurar a vontade de potência desses grupos, uma vez que sugere um projeto ou uma estratégia de contestação. Assim sendo, a categoria de agonismo proposta por Mouffe (2000) pode favorecer a compreensão das experiências dos jovens dos *bondes*.

Para a autora, não se pode pressupor que as identidades dos grupos estivessem constituídas anteriormente à disputa na dimensão política. Por isso a categoria de antagonismo é parte da dinâmica da luta por reconhecimento no sentido que postula uma incompletude das identidades e a impossibilidade de resolver os conflitos. As identidades só se produzem no decorrer da luta mesma, assim a experiência conjunta da disputa por direitos é constitutiva das identidades daqueles que participam sem, no entanto, resolver as relações antagônicas. Mendonça (2010, p. 491) explica a noção de antagonismo em Mouffe.

A ideia de antagonismo pressupõe a incapacidade da completude identitária, sempre marcada pela constante luta por posições e recursos de poder e de reconhecimento. Isso quer dizer que o poder não deve, em absoluto, ser entendido como algo dado a partir da luta entre identidades previamente constituídas, mas justamente como o elemento que constitui, que ressemantiza suas próprias identidades e sentidos.

Para Mouffe (1996) a disputa democrática só seria mais propícia à luta em termos de igualdade dos grupos se os mesmos deixassem de ver-se como inimigos (princípio do antagonismo), perspectiva na qual um grupo pretende a eliminação do outro; e passassem a ver os outros como adversários (princípio do agonismo), os quais estão do outro lado da luta, mas devem ter suas demandas consideradas legítimas. No princípio do pluralismo agonístico, os grupos poderiam pleitear posições de poder e configurar suas identidades coletivas a partir de uma ordenação democrática que não vise a eliminação do conflito, mas regule-o dentro de concepções de igualdade de disputa e acesso ao poder.

Nesse sentido, pode-se olhar para os conflitos que envolvem os *bondes* como pretensas relações agonísticas, uma vez que não veem os adversários do centro e das áreas nobres como inimigos a serem exterminados, os veem a partir da diferença que estabelece barreiras simbólicas e geográficas entre sociabilidades das periferias e outras sociabilidades. Antes de simbolicamente quererem erradicar os grupos mais favorecidos, os *bondes* parecem querer e exigir a convivência e a divisão de um espaço social onde caibam todos os grupos. Na circulação e na insistência dessas galeras em tomar o espaço central, há uma centelha de disputa democrática pelo direito de confrontar suas formas de “ser” com as dos outros cidadãos, pelo direito de “estar-junto” em qualquer lugar da cidade e pela vontade de constituir suas identidades no decorrer dessa celebração de luta por espaço.

O agonismo está colocado no momento da imagem da briga entre *bondes* rivais quando os mesmos protagonizam uma cena em que as identidades se confrontam e forçam os passantes a observá-la. O conflito acontece, revigora os laços de cada pequeno grupo, estabelece a subjetividade do grande grupo da periferia, depois que cada um exerceu seu papel na cena, recorta e situa a diferença em relação aos outros grupos não periféricos e, então, o conflito na sua forma encenada se desfaz, mas não se esvanece porque continua a alimentar a disputa de espaços sociais de cada lado. A cena realizada funciona como uma metáfora da arena democrática agonística, uma vez que propicia o lugar do conflito que nunca se resolve em condições de igualdade de disputa.

5.3 LESÃO MORAL E EXIGÊNCIA DE RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE

A formação da identidade e o processo de diferenciação não acontece somente dentro do indivíduo, é necessário o reconhecimento dos “outros”, tanto do “outro generalizado” representativo das suas sociabilidades como daqueles que podem ser pretendidos antagonistas, mesmo que este reconhecimento seja para conferir autonomia ao indivíduo. Para Honneth (2003), as expectativas de reconhecimento da autonomia individual ou grupal são a base da interação social e da formação dos grupos em conflito, assim como a luta por reconhecimento é a gramática que orienta as ações dos mesmos. Essa luta é precedida de um sentimento coletivo de “lesão moral” que significa uma percepção de que as normas e os padrões morais de respeito a um determinado grupo não estão sendo consideradas.

Sentimentos de lesão dessa espécie só podem tornar-se a base motivacional de resistência coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los num quadro

de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo inteiro; nesse sentido, o surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos (HONNETH, 2003, p. 258).

O autor nos traz a perspectiva de que os conflitos sociais constituem-se numa força moral que orienta a luta e possibilita as mudanças sociais. O reconhecimento seria produto do respeito e da afirmação da autonomia dos parceiros de interação da dimensão intra-grupal e dos que estão fora do grupo. “Só posso ter certeza de que minhas pretensões de garantia de liberdades individuais serão realizadas, se reconheço que elas só são possíveis porque são reconhecidas por meus outros parceiros de interação que são livres e autônomos” (MATTOS, 2006, p. 91). Honneth (2003) busca em Mead o aporte para sua teoria do reconhecimento intersubjetivo, fundamental para a compreensão do respeito entre pares e da solidariedade social que permite a existência de um grupo que luta por mudanças.

Sentimentos de desrespeito formam o cerne de experiências morais, inseridas na estrutura das interações sociais porque os sujeitos humanos se deparam com expectativas de reconhecimento às quais se ligam as condições de sua integridade psíquica; esses sentimentos de injustiça podem levar a ações coletivas, na medida em que são experienciadas por um círculo inteiro de sujeitos como típicos da própria situação social. (HONNETH, 2003, p. 260)

Na perspectiva de Mead, o indivíduo só consegue reconhecimento quando faz parte de um grupo social e nele atua assumindo determinados papéis e mostrando-se importante para a vida do conjunto do qual faz parte. O reconhecimento individual por parte dos pares viria através da relação de auto-respeito e de respeito intersubjetivo surgida no conflito vivido coletivamente. O reconhecimento dos externos ao grupo seria extensivo ao indivíduo, mas reivindicado e conquistado na esfera grupal. Além disso, Honneth (2003) nos mostra que o engajamento em alguma luta social abre a possibilidade do indivíduo reconhecer-se como alguém com valor moral quando está exercendo a luta. Demonstrando publicamente o poder de luta, ele pode recuperar um pouco do auto-respeito negado. A experiência de solidariedade mútua (no interior do movimento) desenvolvida pela percepção do ponto de conflito comum também serve para aumentar a estima mútua.

Assim como Honneth, Taylor (1994) busca em Hegel o aporte para formar uma teoria política do reconhecimento. A perspectiva tayloriana aponta para uma construção da

identidade a partir do reconhecimento ou do não-reconhecimento. O quadro de análise do autor versa sobre o fato de alguns grupos de indivíduos terem interiorizada a inferioridade a que são submetidos por outros grupos, reforçando, assim, a própria opressão.

A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento *incorrecto* dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que as rodeiam uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos (p. 45).

Para tratar da associação entre o reconhecimento e a constituição da identidade, Taylor (1994) faz uma genealogia da ideia de reconhecimento agregando à noção de reconhecimento a de autenticidade. Conforme o autor, a democracia foi responsável por dissipar os privilégios da nobreza e estabelecer, formalmente, o reconhecimento político igualitário a todos os cidadãos, independentemente da condição de nascimento. Assim, o reconhecimento que se fazia em relação ao grupo de pertença e que era co-extensivo ao indivíduo, foi se modificando e tornando-se uma demanda individualizada. Taylor (1994) aponta que, a partir do fim do século XVIII, emerge um ideal de conquista da identidade desvinculada dos grupos, o que seria chamado de “autenticidade”.

A imbricação entre identidade e reconhecimento também é levada em consideração na afirmativa de Taylor sobre os modos de linguagem que perfazem a constituição das identidades. Dessa forma, o autor define:

Linguagem no sentido lato, abarcando não só as palavras que proferimos, mas também outros modos de expressão, através dos quais nos definimos, incluindo as *linguagens* da arte, do gesto, do amor, e outras do gênero. As pessoas não aprendem sozinhas as linguagens necessárias à autodefinição. Pelo contrário, elas são-nos dadas a conhecer através da interacção com aqueles que são importantes para nós outros-importantes, como Georg Herbert Mead lhes chamou (p. 53).

Para o autor, é a dialogicidade estabelecida com diferentes pessoas que faz com que se constitua a identidade no plano social e íntimo. No advento da “idade da autenticidade”, o reconhecimento é uma noção que deve ser negociada na esfera íntima com os chamados “outros-generalizados”. Todavia, na esfera pública, o ideal democrático estabelece que todos os indivíduos são dignos de reconhecimento, mas o “universalismo” procedente deste ideal viria a estabelecer diferenças entre os cidadãos, estabelecendo também níveis hierárquicos de

reconhecimento e relações de *reconhecimento incorreto*. A perspectiva de Taylor (1994) também é valorosa para a compreensão dos movimentos que exigem reconhecimento da sua diferença cultural. Essas exigências se encontram no âmbito do multiculturalismo e constituem reivindicações calcadas em modelos de convivência de diferentes culturas, na qual há uma primeira “negação do pressuposto da igualdade” no sentido de estabelecer uma necessária visibilidade das culturas subjugadas. O pressuposto da igualdade dos indivíduos esconde uma razão homogeneizante que trata com igualdade indivíduos com possibilidades e potencialidades diferentes, atribuindo-lhes juízos de valor que são incoerentes.

As reivindicações grupais, como a dos *bondes*, podem inserir-se em um quadro de compreensão que permeia a exigência da visibilidade e do respeito às suas formas culturais, principalmente, no que se vincula à ideia de periferia.

Nesse aspecto, a perspectiva tayloriana alia-se à abordagem de Honneth no sentido de que ambas são fundadas no interacionismo simbólico, isto é, tanto Taylor (1994) quanto Honneth (2003) se utilizam da noção de *self* de Mead e analisam o reconhecimento como só sendo possível a partir do contato entre desiguais e da conseqüente constituição da identidade no processo de reconhecimento da alteridade.

Dessa forma, se é a interação com o outro que promove o processo de reconhecimento, é necessário que os indivíduos saiam do território dividido “entre iguais” e tomem o espaço de encontro com o “outro”. Assim, as movimentações dos *bondes* se mostram como uma estratégia muito significativa dos jovens estigmatizados por encontrarem-se com seus antagonistas e estabelecerem suas identidades no confronto. Aqui se compreende o processo de identificação da “lesão moral” comum, o ponto conflitivo que une os jovens dos *bondes* em torno da vontade de reconhecimento e que os leva em comitiva ao centro para provar àqueles não territorializados na periferia que sua existência é forte e intensa e exige, portanto, o reconhecimento desses sujeitos.

5.3.1 “Olha Pro Lado Quem tá Passando é o Bonde”; Estratégias de Visibilização e Reconhecimento.

Estar no centro, principalmente no fim de semana, é a oportunidade de configurar a identidade do “eu” a partir da ruptura das pautas de controle estabelecidas cotidianamente e que fixam os jovens nas suas comunidades. Também é estratégico no sentido de que o “risco”⁶³ representado pela briga, pelo roubo e, à noite pela pichação, é um risco público e pode ser comprovado diante do “outro generalizado” que significa a voz dos participantes do *bonde*, bem como da sociabilidade da periferia como um todo, mas principalmente da cidade, da qual o reconhecimento é fundamental. Assim como o risco, o espetáculo é a principal estratégia de visibilização desses jovens. A questão do risco se coloca, de forma clara, na opção dos *bondes* pelos encontros em parques de diversão. Em uma observação, pôde-se notar a forma com que os jovens agregavam-se em torno de brinquedos que causavam mais medo e, conseqüentemente, mais gritos, como o Kamikaze e o Space Loop. Nesses brinquedos, substituía-se o risco corrido em uma briga, pela disposição em andar uma ou várias vezes nesses brinquedos, mesmo que a atmosfera do encontro entre amigos fosse descontraída.

A relação com a briga ou a pichação é bem diferente. Estar entre amigos em um parque de diversões no seu bairro não exige um risco tão “sério” quanto estar em território alheio. Ir para o centro significa querer/exigir um tipo de reconhecimento com uma dimensão mais ampla e, portanto, também se coloca a necessidade de uma atitude distinta.

Uma vez situados no centro, as *galeras* e os *bondes* querem ser reconhecidos como parte daquele espaço, embora a coletividade do grupo represente a defesa da soberania do seu bairro. De forma ambígua, esses jovens querem fazer parte da cidade, ao mesmo tempo em que estabelecem uma série de estratégias para diferenciarem-se dos demais passantes. Saem à rua durante o dia (em torno das 15 horas, principalmente quando a ação empreendida é uma briga) exacerbando a necessidade de estarem o mais à vista possível, adotam um estilo próprio que vai desde a conformação de um vocabulário próprio até regras estabelecidas para o pertencimento a um grupo. A linguagem mistura termos coloquiais como “os guri” e “as banda”; termos específicos da sociabilidade da periferia e do tráfico como “patrão”, “mulão” e “vedete” e certa quantidade de palavrões e outras gírias. São instituídas algumas vestimentas

⁶³ A categoria de “risco” será discutida no capítulo seguinte a partir de Geertz (1978).

que variam de acordo com o grupo e com uma “moda” local que só diz respeito aos *bondes*: abrigos esportivos de marcas conhecidas, viseiras, bonés específicos, calças e bermudas com muitos bolsos, bijuterias, cintos e outros acessórios, quase sempre ricos em detalhes.

Toda essa “montagem” para saírem em *bonde* significa que, ao destacarem-se enquanto grupo, preconizam uma lógica de inclusão/exclusão destinada a confrontar as situações de estigmatização a que estão expostos e a projetar publicamente a força da uniformidade do grupo a que pertencem.

Dessa forma, os *bondes* de Porto Alegre assemelham-se às *galeras* cariocas estudadas por Cecchetto (1997). Para a autora, a formação e o pertencimento a uma *galera* delimitam a diferenciação entre o “nós”, o grupo comunitário e o “eles”, *galeras* pertencentes a outros territórios. Mas, diferentes das *galeras* de Fortaleza, vistas por Diógenes (1998), que têm a rua como lugar do conflito e da construção da identidade grupal, os agrupamentos cariocas têm como palco de conflito o baile *funk*, principalmente, os “bailes de corredor”, eventos nos quais a violência entre *galeras* é “um ingrediente necessário da festa” (CECCHETTO, 1997, p. 101). Em meio à festa, as *galeras* dançam e ritualizam um embate que mistura uma dimensão violenta, mas também lúdica, seus corpos se mexem exaustivamente entoando estribilhos sobre o grupo e demonstrando uma disposição não só para a dança, mas também para a briga. A base das canções entoadas em coro ou dos gritos das *galeras* é a exaltação da comunidade ou do “comando” local. Esses gritos servem para mostrar ao inimigo se a *galera* está de “bonde” ou “fortalecida”, o que significa que estabeleceu uma aliança com outra *galera* para aumentar seu potencial de luta contra um rival.

É importante notar que os estudos de Ceccheto e Diógenes assemelham-se não apenas pelo fato de constituírem pesquisas sobre um eixo comum: agrupamentos juvenis e violência, mas, principalmente, por guardarem uma relação fundamental entre essas duas categorias, a possibilidade de que a imbricação entre elas seja um vetor de construção de identidade e sociabilidade a partir da ideia de pertença a um grupo coeso. Submetidos a um processo de estigmatização e invisibilidade que a territorialização da periferia engendra, as *galeras* do Rio de Janeiro e Fortaleza, assim como os *bondes* porto-alegrenses utilizam-se da estratégia de aglutinação para fortalecerem-se e buscarem um processo de subjetivação alternativo ao *ethos* do trabalho que lhes é imposto e ao *ethos* do consumo massivo que lhes é negado.

Negando a relação de suposta “exclusão” da cidade (já que isto faria com que se evidenciasse a que esses jovens “deveriam” estar incluídos ou integrados), os jovens irrompem nas ruas movimentadas em um grande bloco de corpos “vestidos de periferia” e prontos para “representar”, nos dois sentidos. Se por um lado, se valem da ideia de que “malandro é aquele que representa”, isto é, aquele que tem uma história de vida e uma atitude respeitável dentro da comunidade onde vive, podendo ser visto como um representante legítimo dos moradores; por outro lado, “representar” no centro está também vinculado à ideia de uma encenação da força e da violência dos jovens dos *bondes*, que se dá nos tumultos que organizam, criando um pânico nos passantes que não corresponde à pequena periculosidade dos atos desses jovens, mais interessados em serem vistos do que propriamente cometerem delitos graves.

Estar no centro em um grande contingente de jovens é fundamental para alcançar os olhares daqueles que não os veem na periferia e nem desejam vê-los fora dela. As ações de violência, mesmo quando empreendidas entre iguais, têm como princípio a constituição do conflito e a recusa de uma auto-identificação que os coloque como vítimas. “É a vida de bonde, é 157⁶⁴, latrocínio na necessidade, minha auto-estima eu vou melhorar. Se é guerra que tu quer pode vim, tá na mão” (MC CHAVEIRO, 2012).

A necessidade de estarem circulando bem arrumados de acordo com seus critérios estéticos e de se utilizarem da briga ou dos pequenos delitos para atrair a atenção é estratégica no sentido de anunciar e fundar a própria existência. “Por trás da ação para aceder aos bens ou ao dinheiro, existe um desejo de semelhança, de afirmação, de conquistar a estima de si mesmo e talvez a dos outros, ou de alguns deles” (WIEVIORKA, 2006, p.204). Neste pequeno trecho, o autor se refere à vontade que os jovens infratores têm de poder acessar aos mesmos bens materiais e simbólicos que os demais jovens com maior poder aquisitivo. Sem essa possibilidade por vias lícitas, esses indivíduos procuram outras formas de serem reconhecidos, mesmo que seja pela abertura de espaços sociais por meio da violência. Segundo Gadea (2011, p.89) “quanto mais performática a violência se expresse, maiores serão as possibilidades de construir espaços de visibilidade e possível interlocução”. Assim sendo,

⁶⁴ Refere-se ao artigo 157 do código penal: “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Pena de quatro a dez anos de prisão”(BRASIL, Código Penal. CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 02/12/2013.

os jovens forcem a situação de conflito onde possam ser vistos e, a partir da oficialização da sua existência dada no centro, possam fundar o espaço de subjetivação coletiva e de construção de si mesmos.

6 CONFLITO DA ESTÉTICA E ESTÉTICA DO CONFLITO: COMUNITARISMO E GÊNERO NOS *BONDES*

A noção de estética, a partir de Maffesoli (2005), é de fundamental importância para se compreender os *bondes*. O fato de ser uma sociabilidade organizada sem um fim pragmático (apenas estratégias conotativas da necessidade de amparar-se na solidariedade do grupo), é significativo para compreender que essa forma de organização social não exerce uma funcionalidade, mas possibilita processos cognitivos de constituição identitária baseados em uma estética e uma ética próprias. Para Maffesoli (2006), comunitarismo e coletividade são estéticos, isto é, são elementos que remetem a uma função ordenadora do social que se dá como avesso da funcionalidade e da fragmentação da modernidade. A estética remete à ideia de negação do individualismo e da celebração da massa, na qual o sujeito político por excelência, o cidadão, perde a sua centralidade, fazendo emergir um sujeito político coletivo que elabora, a partir de dentro da massa, as diferentes identidades ou identificações. Nesse novo paradigma estético de Maffesoli (2005), a ideia do indivíduo, partícula única fechada sobre si mesma, perde o sentido em detrimento da gênese de diversas “personas” que mudam de acordo com o grupo em que estão integradas. A metáfora da máscara associada à persona e à representação de diferentes papéis é fundamental para a compreensão das ações dos *bondes* como encenações em que jovens se utilizam da máscara de “vida loka” para chocar um público específico. Exageram sob suas máscaras-vestimentas os signos de masculinidade e do consumo em associação com a periferia, levando ao paroxismo a demonstração de força e projetando suas identidades a partir da negociação das personas no grupo e fora dele.

De acordo com Maffesoli (2006), Simmel também utiliza os exemplos da arte para falar das formas de sociação⁶⁵. Ambos apresentam a modernidade como fragmentadora e individualizadora, o que para ideia de cenário ou de imagem desfavorece o impacto que a massa em bloco provocaria. Assim, nos mostram que a imagem é mais viva quando não desperta atenção para as partes, e sim para todo o conjunto significado pela junção de personas semelhantes. Por isso, a insistência dos jovens na beleza da saída em *mulão*: “uma vez juntamo 300 cabeça na Germânia tem até vídeo da galera pulando e gritando” (DC 07/05/2012). A imagem de um grande grupo dos jovens de periferia entoando seus cantos pela

⁶⁵ É importante diferenciar a noção de sociação de Simmel, que refere-se a grupalidades, da noção de socialização.

rua movimentada é fundadora da identidade dos jovens porque a experiência coletiva torna-se significativa quando o conflito e a ludicidade são compartilhados. Mesmo com a volatilidade característica dessas agremiações descritas por Maffesoli (2006), a experiência estética é significativa porque o que congrega esses jovens é celebrar a identificação com seus pares no instante mesmo da ação.

No entanto, a estética desses jovens não é bem vista em dois sentidos. Por um lado, a forma como se reúnem para compor os cenários de briga e de curtição desconforta as demais pessoas da cidade que não estão acostumadas a ver tantos jovens aglomerados para a diversão e têm um estranhamento maior com a forma como se divertem a partir do tumulto. A visão da agregação não era mais comum no contexto urbano moderno, antes das inserções das tribos pós-modernas. Esse contexto passa aos poucos a ser visto e compreendido, mas ainda causa surpresa pela negação da individualidade racionalizante. Corroborando com isto, a maneira como organizam seus códigos estéticos de composição do corpo, na vestimenta, nos objetos de uso, na dança e mesmo na forma de caminhar, também não é uma visão convencional na cidade e está construída de modo a produzir essa diferenciação. Dessa forma, entende-se que, nos *bondes*, estética e conflito imbricam-se em diferentes sentidos, reforçando a autenticidade desses grupos em relação aos demais jovens. As diferenças estéticas em relação ao gênero também são fortemente marcadas, tanto na relação entre meninos e meninas dentro dos *bondes*, como na relação com os demais padrões de beleza e vestimenta instituídos. O resultado dessas marcações de gênero será discutido a seguir.

6.1 *BONDES*, CORPOS E GÊNERO

Logo no início das saídas de campo, foi possível perceber que a sociabilidade dos *bondes*, assim como outros grupos formados no limite de correr riscos, é massivamente masculina, deixando pouco espaço para a integração de meninas ou separando os grupos formados apenas por elas. Além disso, foi possível notar nos discursos dos jovens, uma forte distinção de gênero. Além de mostrarem uma clara identificação com as masculinidades ligadas a modelos violentos⁶⁶, as falas sobre as meninas eram esclarecedoras das diferenças que buscavam estabelecer entre elas. Nas conversas, as meninas que se relacionam com os

⁶⁶ A noção de masculinidade violenta de Zaluar (2004) é esclarecedora sobre uma intensa relação entre a produção de uma identidade específica e a performance dos jovens no mundo do crime com vistas à produção da sua imagem a partir da violência, da disposição e da valentia.

rapazes dos *bondes* foram “classificadas” em três categorias diferentes: as “vedetes” que não têm compromisso e ficam com diferentes meninos ao mesmo tempo; as “marias-bonde” que saem com os grupos, mas ficam com um rapaz por vez (estas são interessantes para relacionamentos mais sérios) e as namoradas que acompanham os integrantes dos *bondes* (estas não recebem um nome específico). Essa classificação, de caráter arbitrário e machista, acaba por determinar a forma como os jovens participantes do movimento se relacionam com as meninas e “escolhem” alguma delas para namorar.

Os *bondes* parecem denotar uma relação ambígua entre homens e mulheres e na forma com que os mesmos se relacionam com a ideia de espaço público/espaço privado e centro/periferia. Ao mesmo tempo em que essas sociabilidades apresentam uma inferiorização do papel das figuras femininas (atribuindo categorias classificatórias às meninas), estas não podem ser vistas como subjugadas porque detêm sobre os homens um poder de controle de suas ações pelas informações que trocam entre si. Nesse sentido, mostram-se como responsáveis pelo agenciamento e representação das noções de honra e respeito, às quais são objetivo da performance dos sujeitos masculinos vinculados aos *bondes*.

Esse subcapítulo busca compreender as dinâmicas da produção de identidades de gênero no interior desse movimento e contribuir para a visualização das lógicas de reprodução e superação das distinções de gênero nas sociabilidades juvenis.

6.1.1 Masculinidades em Construção

Um *bonde* pode ter um contingente variado de componentes desde grupos de 5 ou 6 indivíduos até 200 ou 300 jovens. Quanto ao componente de gênero, pode-se dizer que são agrupamentos preponderantemente masculinos. As meninas, além de apresentarem pequena participação, parecem não estar integradas às “bandas” e “arrastões”. Algumas se juntam formando um “bonde das mina”⁶ (um equivalente feminino ao *bonde* formado por garotos) que acompanha a movimentação dos *bondes* masculinos, inclusive, promovendo brigas contra outras meninas de regiões rivais. Além disso, os relatos dos jovens mostram que algumas meninas acompanham o trajeto dos *bondes*, mesmo não participando das ações. Essas jovens recebem uma classificação, por parte dos garotos, em que são divididas entre escalas de comportamento sexual. O fato de ser uma manifestação preponderantemente protagonizada por jovens do sexo masculino, sendo observada uma pequena referência a meninas nesses

fenômenos, pressupõe que a participação em encenações de natureza violenta serve de aporte à construção de uma identidade masculina que procura, no conflito, uma forma de definir sujeitos. As apelações a comportamentos agressivos podem configurar, dentro do grupo que busca o conflito, um estilo de construir uma masculinidade de caráter violento, que tem por elementos constitutivos a força, a coragem e a disposição para a luta.

Como já foi visto, para Simmel (1977) a identidade é algo que se forma na intersecção de círculos sociais a que um indivíduo pertence, portanto, cada grupo de convívio tem precedência fundamental na constituição dos sujeitos. A participação em um grupo, preponderantemente masculino, que tem a ideia de conflito como aglutinador principal, pressupõe a busca por uma construção de identidade masculina que não foge ao padrão de uma subjetivação do homem viril calcada em modelos hegemônicos (VALE DE ALMEIDA, 1995)⁶⁷. Nesse sentido, a falta de outras formas para os jovens de periferia definirem-se enquanto sujeitos masculinizados e assim serem reconhecidos, converge esses jovens para manifestações de violência coletiva onde, agredindo e amedrontando um “outro”, conquistam, simbolicamente, um espaço de exercício da masculinidade.

À semelhança do estabelecimento dos estigmatizados em relação aos “normais” de Goffmann (2008), Kimmel (1998) nos mostra que a masculinidade hegemônica se dá numa relação de negação e emasculação de outras identidades que se tornam, historicamente, subalternizadas.

Assim, as masculinidades são um conjunto de significados em constante construção e mudança de acordo com algumas variáveis como espaço, cultura, contexto histórico e relacional. Logo, a identidade masculina não é algo que se possa definir em termos de uma essência universal. Ela é fluida e adaptável a determinados contextos, mas sempre irá pressupor uma oposição assimétrica entre as identidades masculinas privilegiadas e as consideradas inferiores.

Ao analisar, nos Estados Unidos, a emergência da identidade do *Self-Made Man*, como o modelo central de masculinidade hegemônica, Kimmel (1998) nos aponta que esta se constitui a partir da subalternização de outras identidades masculinas, as quais aparecem

⁶⁷ As concepções de masculinidade de Vale de Almeida (1995) são resultado da sua etnografia realizada na Aldeia de Pardais em Portugal.

como problemáticas e desvalorizadas. Para o autor, “viemos a saber o que significa ser homem na nossa cultura, assim, ao opormos as nossas definições a um conjunto de ‘outros’-minorias raciais, minorias sexuais e, sobretudo, mulheres”. (1998, p.106).

À semelhança de Kimmel (1998), Vale de Almeida (1995) define o conceito de masculinidade hegemônica, da seguinte forma:

Trata-se da capacidade de impor uma definição específica sobre outros tipos de masculinidade, o que significa que o modelo exaltado corresponde, na realidade, a muito poucos homens, o que se verifica nos casos que eu abordo em pardais. O conceito permite uma concepção mais dinâmica da masculinidade, entendida assim como a estrutura de relações sociais, em que várias masculinidades não-hegemônicas subsistem, ainda que reprimidas por esse consenso e senso comum hegemônico, sustentado pelos significados simbólicos ‘incorporados’ (1995, p.155).

Sendo assim, a masculinidade hegemônica é um ideal de gênero que exerce controle sobre as identidades sexuais, informando a estas, por meio de símbolos e discursos, como proceder de acordo com um comportamento padronizado que pode variar em determinados contextos.

Importa dizer que, mesmo havendo um ideal de masculinidade hegemônica que seja dominante num contexto macro, é possível visualizar em contextos micro, ideais dominantes de masculinidade que, por vezes, se contrapõem de forma paradoxal ao ideal universal do *Self-Made Man*. Logo, adota-se uma perspectiva que vê a masculinidade como uma categoria relacional que pode moldar-se em determinados contextos locais estabelecendo diferentes gradações de relação de poder com outras masculinidades presentes no nível micro e macro. Assim, a masculinidade hegemônica varia de acordo com diferentes parâmetros e estabelece diferentes escalas de dominação no horizonte de construção das identidades dos sujeitos.

O marco de análise, utilizado para situar os elementos pertinentes à pesquisa com os *bondes* em relação às questões sobre masculinidades, leva em consideração algumas categorias e conceitos significativos destacados por alguns etnógrafos, os quais serão elencados ao longo desse trabalho.

A primeira etnografia observada diz respeito ao trabalho de Fonseca (2000) realizado em duas comunidades periféricas da cidade de Porto Alegre e que, além de abordar o mesmo contexto territorial, traz importantes conceitos para a compreensão das relações sociais e de gênero no interior da periferia urbana.

O foco principal de Fonseca centra-se em como as identidades dos moradores dessas vilas se constituem em torno de diferentes valores de gênero e da realidade de pobreza e violência que os cerca cotidianamente, exigindo dos mesmos a produção de discursos e de estratégias de resistência.

No contexto etnográfico que apresenta, as mulheres são responsáveis por estabelecer uma rede de informações determinantes, tanto para o prestígio quanto para o insucesso que um homem venha a estabelecer em relação à sua masculinidade. Nesse sentido, entende-se a construção do gênero a partir de uma perspectiva relacional onde homens e mulheres são responsáveis por referendar as características do que é dominante e aceitável para o masculino e para o feminino em contraposição ao sexo oposto.

Desse modo, desde pequenas, as crianças aprendem, através de códigos de honra variáveis em relação ao contexto espaço/temporal, a separar dicotomicamente as mulheres propícias ou não para o casamento. Como já é de praxe nos moldes patriarcais de definição de gênero, a mulher interessante para estabelecer um relacionamento é aquela que não é “rueira” e que demonstra mais símbolos de vínculo doméstico e de dedicação à família.

No caso da sociabilidade dos *bondes*, a reputação das meninas é medida pela quantidade de jovens com quem se relacionam num determinado período de tempo. Isso quer dizer que uma menina é interessante de se tornar uma parceira ou namorada quando permanece (“fica”) por algumas “bandas” com um único rapaz. “As maria-bonde tu pode namorar, mas as vedete são foda, elas dão pra gurizada direto nas banda” DC (07/05/2012)⁶⁸. A estigmatização das meninas que não são “fiéis” aos rapazes com quem circulam revela uma classificação intransigente que separa meninas passíveis de estabelecer um vínculo afetivo e meninas que são interessantes para a relação sexual. Logo, a negação de namorar uma “vedete” está relacionada ao medo de ser traído ou, ainda mais, ao receio de ser visto como “chifrudo” e assim ter sua virilidade diminuída por esses hipotéticos comentários. Conforme Fonseca (2000) coloca, “o mais estigmatizado com a transgressão feminina é o homem” (p 79). No entanto, é importante enfatizar que em determinados contextos relacionais podem ocorrer diferentes gradações e negociações cotidianas que tornem aceitável o fato de um jovem levar a sério o relacionamento com uma “vedete”. Quanto mais investido de virilidade

⁶⁸ Entrevista individual com o ex-participante dos *bondes*.

for esse jovem, tanto mais é aceitável que ele namore uma vedete revelando o fato de que poderia vir a “dominar” ou estabelecer uma relação de poder com esta garota em que se negocie a fidelidade dos dois.

A perspectiva de Vale de Almeida (1995) é uma contribuição interessante para este estudo porque resgata o percurso dos estudos feministas e de gênero, buscando relações e elementos elencados pelas distintas ciências que tratam das diferenças entre homens e mulheres para nos mostrar que tais diferenças (à exceção das biológicas) são socialmente e historicamente construídas.

Para o autor, a pesquisa acadêmica foi dominada por uma perspectiva androcêntrica até meados do século XX, quando a crítica feminista se colocou sobre a visão machista da ciência. A epistemologia feminista, seguida pela luta do movimento gay, (exigindo que se desse visibilidade a maneiras não hegemônicas de construir-se em termos de gênero) possibilitou a emergência de um campo de estudos destinado a analisar tais construções e relações no interior das Ciências Sociais. Como o autor coloca: “sem o surto dos estudos de mulheres e, em especial, da teoria feminista em antropologia e da teoria crítica levada a cabo pelo movimento gay, nunca se teria posto sequer a questão de abordar a masculinidade.” (VALE DE ALMEIDA, 1995 p. 130).

A partir desse aporte teórico, o autor coloca que o androcentrismo, presente na antropologia desde seu nascedouro, foi o responsável por ocultar não só as vozes femininas, mas também as vozes dissonantes daquilo que se apresenta como “masculinidade hegemônica” já referida anteriormente.

Entrecruzadas com outras categorias atribuidoras de sentido e identidade como classe e raça, as identidades de gênero foram, por muito tempo, definidas em termos dicotômicos. Da divisão sexual como constituinte de identidade, imbricava-se sexo diretamente como atribuição de gênero. O autor também nos mostra que

A divisão masculino/feminino não é linear. Sofre revezes com a idade, a classe social, as relações de trabalho, as mudanças subtis de status, a acumulação ou perda de prestígio. Em geral pode-se dizer que a masculinidade tem de estar sempre a ser construída e confirmada, ao passo que a feminilidade é tida como uma essência permanente, ‘naturalmente’ reafirmada nas gravidezes e partos (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 66)

Percebe-se uma crítica pertinente ao cientificismo das disciplinas destinadas a tratar sobre gênero, as quais, por muito tempo, vincularam, de forma dicotômica, as mulheres à natureza e os homens à dimensão cultural. A relação do gênero feminino/masculino com a ideia de natureza, excessivamente vinculada ao primeiro, revela uma ambiguidade importante para a análise. O vínculo entre o feminino e o natural é normalmente colocado de duas formas dicotômicas: em uma delas, a ideia de natureza aparece ligada à menstruação, à eferescência hormonal e ao apetite sexual como definidores da mulher instintiva, incontável e, portanto, não própria para o casamento. Na outra forma, a fertilidade e o aleitamento materno dão à mulher o aspecto de “naturalmente” protetora do lar e da prole, afastando-a do caráter, supostamente racionalizado, do homem que prove a família pelo trabalho. Já a masculinidade, quando vinculada ao aspecto natural, denota um comportamento instintivo de predação sexual, mas, se a libido do homem é sempre presente, não é de forma alguma negada, uma vez que aparece vinculada à disposição, inclusive para o trabalho. O homem com pouco apetite sexual, ou indolente em relação ao sexo, não é visto como bom marido porque não é um bom provedor, além de ser taxado como passivo.

Tanto no estudo de Vale de Almeida como no de Fonseca, a categoria de “respeito” aparece associada à atribuição de masculinidade, assim como o conceito de honra. No primeiro, o respeito está associado à certa medida de justiça para com os considerados iguais e inferiores e a ter autoridade e responsabilidade com a família, mesmo que se possa destinar uma parte do salário para festas com outras mulheres e sociabilidades masculinas. Nas narrativas pardalenses, é possível entender que “o respeito tem-se por inerência de *status* [...] mas deve-se dar ‘provas de respeito’: honestidade, franqueza, saber encarar ameaças e provocações de frente, dominar a retórica da linguagem, ter sentido da medida dos gastos, excessos de prazeres, prover a mulher e os filhos” (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 164).

Em Fonseca, a ideia de respeito aparece quando esta narra o equilíbrio de tensões entre moradores das vilas (principalmente homens) e os chamados “maconheiros”, jovens que cometem pequenos furtos nos arredores da comunidade.

Essa relação raramente era entre iguais; em 90% dos casos, o sujeito do verbo era alguém superior ao objeto, e "respeitar" o inferior significava aceitar não tirar proveito dessa superioridade. Quando o termo era empregado por uma mulher de idade, queria dizer que os maconheiros, ao respeitá-la, não a incomodavam. Quando as jovens utilizavam essa palavra, era para dizer que algum indivíduo ou um certo grupo não abusava delas. Em todo caso, a força física entrava como variável importante para definir os termos da relação (2000, p.18).

Respeitar-se nas vilas do Cachorro Sentado e de São João significa manter uma relação pacífica com os “maconheiros”, isto é, não excluí-los do convívio em troca da proteção destes, proteção esta que também quer dizer não ter os moradores “protegidos” como pretensos alvos de furtos. No caso da Vila São João, onde havia um ponto de tráfico, o respeito entre traficantes e moradores girava em torno da identificação e comprometimento dos traficantes com a comunidade local em troca da manutenção da Lei do Silêncio como contrapartida dos moradores, o que também aparece nas abordagens de Zaluar (1985).

Nas falas dos jovens dos *bondes*, o respeito é uma categoria que se agrega de diferentes formas: tanto pela coragem e a disposição para brigar, quanto no trato com as pessoas da comunidade. É importante mostrar-se proativo e empoderado, mas isso tem uma medida que vai até a humildade para tratar com as pessoas mais velhas e o comedimento em relação aos traficantes que dominam a sua região. Na fala de um dos informantes, os traficantes aparecem como o grupo a que se mantém certa distância e que se recorre a eles em caso de outro grupo entrar na comunidade: “Os traficantes são na deles, só não querem que ninguém chame a polícia, tanto eles são respeitados quanto eles respeitam a gente” (DC 07/05/2012). Mostrar respeito também significa evitar falar das pessoas da comunidade e, principalmente, dos indivíduos que têm relação com o tráfico nesse espaço.

À semelhança dos traficantes, os meninos que se tornam patrões de bonde são aqueles que se destacam e, portanto, merecem respeito. Logo, o respeito aqui é entendido como predicativo que agrega autoridade e simpatia em relação ao restante da sociabilidade. Ganha-se respeito quando, na possibilidade da briga, o jovem não corre, demonstra coragem e encara o rival até que ele corra ou que a briga seja interrompida por algum agente externo. Aqui o alcance da informação sobre o que aconteceu na briga é fundamental para que o respeito seja reconhecido entre os integrantes do seu próprio bonde e dos outros também. Como coloca o jovem, “a moral é aparecer”, e só aparece aquele que é “desenfreado”, isto é, destemido, aquele que não corre mesmo que o “contra” esteja num contingente maior. Para ser respeitado é preciso “fazer um feito” e esse feito se espalhar. “Depois que eu comecei a aparecer nas brigas e os outros (bondes aliados) viram que eu era desenfreado, daí começaram a me chamar pra ser patrão, mandavam convite no Orkut, ligavam e tal” (DC 07/05/2012) A glória para o jovem é quando ele passa a ser disputado entre vários *bondes* aliados para participar como patrão de um deles e, mais ainda, quando se torna “famoso” a ponto de muitas meninas procurarem se relacionar com ele, conforme um dos jovens coloca: “As

gurias só pensam em ficar com alguém famoso, é que quando elas chegam numa festa ganham bebida do patrão e elas pensam: - vou ficar com um patrão de bonde porque eu quero conforto”(DC 07/05/2012).

Nas narrativas contadas por Fonseca sobre os principais traficantes da Vila São João, aparece outra categoria atribuidora de sentido ao gênero masculino, a valentia. As anedotas contadas, principalmente pelas mulheres, revelavam um viés de identificação coletiva da vila com aquela masculinidade que era constituída a cada narração.

Não é no trabalho de zelador ou varredor de rua que se realizam sonhos viris, que alguém se torna "homem". Por isso, a história de bandidos heróis tem importância. Esses personagens encarnam o ideal de cada jovem: ser um homem generoso ("que não faz mal a ninguém"), corajoso, rico, admirado e poderoso (FONSECA, 2000, p.98).

Essa é a masculinidade hegemônica adaptada ao contexto local, que exerce fascínio sobre os jovens. Desse modo, tais narrativas também acabam promovendo a continuação dos ideais de uma masculinidade violenta (ZALUAR, 2004) que se configuram de acordo com variações locais e se perpetuam através do aprendizado das crianças que as ouvem:

A valentia masculina se constrói desde a primeira infância através dos duelos constantes e multiformes entre homens. Basta observar o grupo de jovens que assistem ao jogo local de futebol para ver essas provocações mútuas: os empurrões, os insultos, os golpes de punho... É assim que os meninos aprendem a se movimentar nesse universo de sensibilidades à flor da pele (FONSECA, 2000, p.98).

No estudo de Vale de Almeida, a valentia também aparece associada a uma identidade coletiva, estando plasmada no caráter vicinal da representação dos grupos para a pega dos animais na garraia. No ritual de pega dos touros, identifica-se a defesa da comunidade de origem à semelhança dos grupos que se reúnem em nome de um determinado bairro. “Ao pôr em jogo sua masculinidade, põem também em jogo a reputação da aldeia, cujo caráter público o gênero masculino é suposto representar” (p.203).

Para Geertz (1978), a briga de galos em Bali também é representativa da construção de uma masculinidade coletiva que se dá na aposta que os homens fazem nos galos de proprietários locais. Quando duas ou mais aldeias se enfrentam figuradas em seus galos, é também a soberania da masculinidade local que está ali representada, uma vez que, na sociedade balinesa caracterizada por Geertz (1978) como absolutamente contida na representação corporal das suas emoções e sentidos, a representação masculina figurada no

galo permite que a briga entre eles assuma o papel da violência e da religião paroxística de um ritual que tem por função canalizar os conflitos e tensões sociais vividos no coletivo.

Sendo psicologicamente uma representação esopiana do ideal/demoníaco, altamente narcisista, da condição de macho, em termos sociológicos ela é igualmente uma representação esopiana dos campos de tensão complexos estabelecidos pelo cerimonial controlado, abafado, mas, não obstante, uma interação profundamente sentida dos próprios eus no contexto da vida cotidiana. Os galos podem ser substituídos pelas personalidades de seus proprietários, espelhos animais de forma psíquica. (GEERTZ, 1978, p. 303)

Assim, a sociedade balinesa se representa e projeta, na briga de galos, o ideal de *status* que pretende endossar. Também na sociabilidade dos *bondes*, há uma representação e uma idealização da figura do macho local que se configura nas brigas, de forma individual, mas principalmente coletiva pela soberania do grupo. Da mesma forma que em Bali, em Porto Alegre os meninos figuram, através de seus “corpos itinerantes”, o ritual em que os territórios da cidade se enfrentam e põem em jogo, de forma pública, a valentia de todos e de cada um no ato da briga. Ali as esferas, individual e coletiva, representadas em cada *bonde* e na sua junção, se atribuem virilidade mutuamente. É no pacto de agressão entre *bondes* rivais, que a valentia e a honra se estabelecem frente ao conflito interno (entre *bondes*) e externo (em relação aos outros setores da cidade).

O mesmo pacto de agressão aparece em Dubet (1994, p. 120): “Os *gangs* são uma tentativa de recriar laços de solidariedade, ligações sólidas, eles dão uma segurança emocional e uma firmeza aos seus membros, alimentando relações hostis com outros *gangs*, a fim de unir os laços”. À semelhança do que acontece com os jovens franceses, as agressões trocadas são uma estratégia de reciprocidade no que diz respeito à atribuição de valentia e honra. Ao mesmo tempo em que trocam socos, pontapés e ameaças, também são portadores da subjetivação e da virilização do *bonde* rival. Assim, o maior rival, aquele que é feminizado e tem sua participação vetada nos *bondes*, é o grupo territorializado no centro, não há espaço para quem não é “vida loka” na sociabilidade dos “machos” da periferia.

Esse acordo tácito sugere pensar que a circulação no centro e a entrada em shoppings e nas próprias ruas movimentadas da capital mimetizam uma penetração da cidade pela virilidade periférica. De tal modo feminiza-se e fragiliza-se a centralidade com a chegada dos *bondes*.

No episódio da Escola Parobé, um jovem foi morto por um integrante do *bonde dos S'OPAS*, o único grupo (bonde) do centro da cidade, o qual não detinha maior poder aquisitivo que os jovens de outros *bondes*, mas seus integrantes não eram do espaço da periferia, enquanto espaço físico e, logo não faziam parte do pacto que regulava as relações nessa sociabilidade. A briga entre os *S'OPAS* e os demais jovens representa uma situação adversa na circularidade das atribuições de honra pelas ações dos grupos da periferia. Pode-se dizer que essa situação nova rompe com o acordo tácito, e o conflito não regulado com o grupo do centro resulta na morte⁶⁹ de um jovem e em mais um agravante para a existência dos *bondes* que já eram representados como perigosos pela imprensa.

Essa morte sugere pensar que, nessa situação de violência entre os *bondes*, a periferia, como espaço geográfico, se sobressai em relação à periferia epistêmica ou estrutural. Se os *bondes* são uma sociabilidade que surge na periferia, passam a ser análogos a ela e a representá-la. A sua existência e a sua legitimidade interna se dão pela noção de distância e de isolamento do centro, como se o percurso até os locais de confronto estreitasse os laços de solidariedade entre integrantes. Não há vídeos nem imagens e/ou qualquer referência ao *bonde dos S'OPAS* na internet, nem foi possível tomar contato com nenhum integrante ou ex-integrante do grupo, o que nos sugere pensar que tal *bonde* não pactuava dos mesmos códigos de configuração dos demais grupos das periferias longínquas.

O episódio ocorrido em 2007 é simbólico dessa diferença de proceder. A escola onde o jovem Luís Paulo foi morto fica no centro da cidade, local supostamente “dominado” pelos *S'OPAS*. O conflito ocorrido, quando os *bondes* de circulação começavam a aparecer e a ganhar adeptos, marca com o crime violento a ruptura e não a celebração da tensão e do conflito entre diferentes zonas, já que a oposição se dava em relação aos jovens do centro. Mesmo que os *S'OPAS* tivessem os mesmos problemas de vulnerabilidade e não inserção nos espaços de lazer da cidade, a região de onde eram oriundos não permitia que sua atuação tivesse o mesmo sentido da dos jovens isolados do centro pela distância geográfica e simbólica de suas comunidades. Aqui, o nome do bairro e da zona de moradia diz muito sobre a segregação que sofrem. É a defesa desse território (que lhes atribui estigmas, mas onde estão suas raízes e sua força de “vida loka”) que diferencia a ação dos *bondes* das regiões distantes do grupo do centro.

⁶⁹ Ver anexo C

6.1.2 Valentia, Respeito e o Papel das Meninas na Manutenção da Sociabilidade

A afirmação de que o fenômeno dos *bondes* é preponderantemente masculino não exclui o fato de que as mulheres participem das mobilizações e desempenhem papel fundamental na sociabilidade desses grupos e na sua relação com a comunidade local e afetual. Um jovem entrevistado afirma que as meninas têm um papel importante na explosão da briga: “As gurias são mais usada pra carregar coisas [na bolsa], puxar briga”. Mesmo “puxando a briga”, elas não participam diretamente do embate, já que iniciam o tumulto, mas logo, os elementos masculinos assumem o conflito. Assim, as meninas (com idade entre 12 e 18 anos) acompanham a circulação dos *bondes* como elementos adjacentes, mas fundamentais para sua interação social. Normalmente, os *bondes* ou são constituídos apenas de elementos masculinos, tendo algum contingente de meninas “parça”, que os acompanham; ou os *bondes* de meninos têm um correspondente feminino, um *bonde* das “mina” que é independente, mas pode, por vezes, sair aliado aos elementos masculinos para “curtir”. Mas no “bonde de mina” não há espaço para os homens, eles são aliados, mas não integrantes. Segundo um jovem entrevistado, “elas se sentem diminuída com os guris no bonde delas” (DC 19/10/2013). Por isso, brigam com outras meninas, sem a interferência dos elementos masculinos, para buscarem uma autonomia em relação a eles. Na fala de uma jovem percebe-se que há rivalidade mesmo quando são *bondes* de gênero aliados. “Quando a gente não tem um *bonde*, a gente anda com eles na parceria, mas eles não dizem que a gente é do *bonde* deles, só que é “firma”, então a gente também não bota eles dentro do nosso” (DC 19/10/2013)⁷⁰.

No caso das meninas que circulam nos *bondes* mais masculinizados, há parceria entre os dois gêneros no sentido de que se protegem mutuamente. “A maioria dos *bondes* tem gurias. Os guris vão mais mendigão [desarrumado] e as gurias vão de bolsa, daí pode esconder arma. Normalmente, não tem polícia feminina nas vila para revistar” (DC 19/10/2013). Se por um lado, as meninas são “usadas”; por outro, elas são favorecidas, já que há uma relação de troca no sentido de que eles necessitam delas para carregar armas e objetos furtados, mas as protegem contra abusos de outros *bondes*, de passantes ou mesmo de pessoas

⁷⁰ Esta fala é proferida por uma menina e a anterior por um jovem, ambas surgiram na realização de um grupo focal.

que participam do controle social. “A gente anda com eles pra curtir, ir nas festas e beber e a gente também fica segura” (DC 15/05/2013)⁷¹.

Assim, gravitando ao redor dos *bondes* masculinos, as meninas parecem desempenhar um papel fundamental para o processo de construção da masculinidade dos jovens com quem se relacionam, ao mesmo tempo em que constituem o objeto das falas dos jovens que se utilizam de padrões patriarcais para “definir” as mulheres.

Mas o papel fundamental do componente feminino é a circulação de informações estabelecida nas conversas das meninas e principalmente em comentários postados em sites de relacionamento. Esses sites costumam ser fundamentais para a sustentação da sociabilidade dos *bondes*, que utilizam a internet para marcar “bandas” e conflitos. Além disso, algumas jovens também participam de uma rede quase de “espionagem”, trocam informações sobre valentia, mas também “usam” os jovens de *bondes* rivais aos quais estão “fechadas”, para descobrir o que estes pretendem. “Tem bonde que só se pode namorar dentro do bonde mesmo, mas também tem bonde que acha bom as gurias namorar os guris dos outros bonde pra descobrir informações, daí eles deixam namorar os outros” (DC 19/10/2013).

Nos relatos dos jovens, são constantes as referências às mulheres como responsáveis pela troca de informações sobre os mesmos. É nas conversas que acontecem nas “bandas”, na internet, na escola, mas principalmente no âmbito do bairro que as meninas trocam experiências e informações sobre os jovens dos *bondes*, as quais vêm a configurar a identidade de gênero dos indivíduos masculinos. “É bom quando tem as mina junto, elas gostam de ver a briga, de ver quem bate mais e quem corre, daí se tu “faz um feito” elas contam pras outras mina tudo [...] e botam na internet tipo - *galera do Sarandi dominou a festa*” (DC 07/05/2012).

Nesse sentido, pode-se pensar que a performatividade pública dos garotos dos *bondes* tem como objetivo, além da visibilidade e da exigência de reconhecimento, a demonstração de virilidade para as meninas.

A pesquisa de Fonseca (2000) nos serve de aporte para compreender as relações e representações de gênero que se dão no interior das periferias de Porto Alegre. A partir da

⁷¹ Relato de uma jovem em entrevista individual.

noção de honra, resgatada da obra de Pitt-Rivers, Fonseca (2000) nos mostra que esta categoria aparece em constante negociação nas instâncias locais como forma de afirmar a masculinidade dos sujeitos. A honra passa por um controle da opinião pública, logo alguém que pretende obter honra (ou acaba perdendo-a) não a consegue sem que esta seja comprovada por testemunhas, as quais são responsáveis por transferir a informação.

Neste ponto, as duas categorias observadas por Fonseca (2000) em sua pesquisa convergem quanto à atribuição de sentidos para as identidades locais, às quais se referem. *Honra e fofoca* formam a base de um controle exercido pelas mulheres sobre a masculinidade, através das informações que trocam entre si. Por conseguinte, as mulheres estabelecem, através da fofoca, uma rede de informações e histórias anedóticas que exercem grande controle sobre a reputação das mesmas, mas, principalmente, dos homens. Além disso, ao narrar de forma normatizadora as histórias sobre a comunidade, ensinam às crianças elementos sobre o código de honra local.

O prestígio de um homem depende do conhecimento público de sua coragem, de sua virilidade e de sua generosidade; o orgulho da mulher depende do reconhecimento de suas capacidades de mãe e dona de casa. Atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si. É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente. Essa perspectiva faz sobressair o poder das mulheres porque, ainda que os homens tenham uma capacidade superior de violência física, as mulheres são as principais manipuladoras da reputação. (FONSECA, 2000, p. 24)

Embora a fofoca seja vista como uma força maléfica e degeneradora, no caso da Vila São João, onde a violência e a força física são elementos constantes do cotidiano da comunidade, a fofoca aparece como elemento formador da identidade desse grupo, tornando-se um vetor de coesão social: “pequenas anedotas de violência e crime formam o tecido da fofoca cotidiana. Essas estórias constituem o folclore do grupo e ajudam a definir uma identidade comunitária” (FONSECA, 2000, p. 15). Assim, aquilo que se conta a respeito do contexto local torna-se parte do cotidiano e da representação local, influenciando a prática e a identidade coletiva dos moradores.

No caso dos *bondes* não é diferente, é a fofoca das meninas que faz com que a sociabilidade destes jovens continue se reproduzindo e fazendo sentido para os mesmos. Ao mesmo tempo em que as meninas aparecem não como integrantes dos *bondes*, mas como elementos adjacentes, elas são as responsáveis pelo reconhecimento endógeno dos indivíduos

que se destacam nas ações. Também fica claro nos relatos dos jovens que a conquista das mulheres é um dos objetivos pelos quais os jovens arriscam sua integridade nas encenações coletivas de conflito. É justamente para poder “disputá-las” que os jovens entram em confronto com os outros buscando uma forma de aumentar o reconhecimento da sua virilidade e honra e do respeito público.

Além disso, a honra, mais do que um agregador de identidade, é algo que necessita ter a sua busca legitimada pela sociedade na qual o indivíduo está integrado. A busca pela honra local pode estar ligada à negação de uma honra considerada superior de acordo com níveis de hierarquia social. O estabelecimento de códigos próprios em uma determinada comunidade é baseado na honra, mas também em um *sens pratique*, o qual é organizador das dinâmicas sociais próprias desse grupo. Em contraposição aos códigos de honra utilizados pelas camadas de hierarquia social superior para desqualificar as comunidades mais pobres, tais comunidades estabelecem estilos de convivência e organização que acabam por determinar, de alguma forma, suas identidades.

Tanto nas vilas apresentadas por Fonseca, quanto na aldeia estudada por Vale de Almeida, a honra é parte fundamental na produção de identidades e nas marcações de gênero. Nos dois trabalhos, a honra masculina aparece ligada a uma performatividade pública dos homens. Poderem (e, de certa forma, necessitarem) circular pelos espaços públicos locais, uma vez que o espaço domiciliar é representado como profundamente ligado ao gênero feminino, é marcante dessa dicotomia masculino/feminino, público/doméstico.

Para Pateman (1993), a separação entre feminino e masculino associada à separação privado e público tem, historicamente, nomeado as mulheres como aquelas responsáveis pela esfera doméstica ou privada, denotando um sentido de naturalização das relações que sobrecarregam a mulher das demandas intra-familiares e concernentes aos arredores da casa e, logo do bairro como prolongamento da esfera familiar. Já os sujeitos masculinos são colocados, desde as teorias liberais, como aqueles dotados de individualidade e capazes de administrar situações na esfera pública. Esse processo, que implicou na subalternização da mulher e na sua apropriação pelo homem, opõe feminino e masculino, mas também na noção de qual papel social cada um “deve” desempenhar e em qual esfera “deve” se inserir. A postura acadêmica das teóricas feministas como Pateman (1993) e Okin (1999) vem ao longo

de algumas décadas tentando desmontar o esquema que relega às mulheres à esfera privada e separa esta do seu antônimo: a esfera pública.

A antinomia privado/público é uma outra expressão das divisões natural/civil e mulheres/homens. A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. (PATEMAN, 1993, p. 28)

Para Okin (1999), a antinomia privado / público, além de denotar uma separação das esferas estatal e da sociedade civil, também opõe elementos que seriam supostamente da vida doméstica e não-doméstica. Essa dicotomia seria a responsável por uma separação no nível teórico e prático da esfera política e da familiar, ignorando que as relações patriarcais intra-familiares são produtoras e reprodutoras das relações estabelecidas na esfera pública/política. Como aponta Okin (1999), a negligência dos teóricos da área sobre o caráter político da família e da esfera doméstica é responsável por uma visão que coloca a mulher como “naturalmente” inadequada para atuar na esfera pública, mas apta ao cuidado com a esfera familiar. A “falsa neutralidade de gênero” apontada pela autora nas análises políticas esconde a subordinação histórica das mulheres às condições impostas pelo que Pateman (1993) chama de contrato sexual. A atuação das teóricas feministas é fundamental para ressaltar o fato de que a “domesticidade” conferida às mulheres em oposição à performatividade pública dos homens é uma construção de caráter liberal que naturalizou a subordinação da figura feminina e desencorajou a sua atuação na esfera pública.⁷²

Em Fonseca, a rua aparece como território masculino, inclusive ligado a “símbolos masculinizantes” como força e violência; logo, as mulheres evitam a alcunha de “rueiras”, evitando também serviços que necessitem “circulação” e preferem trabalhos domésticos ou que possam ser desempenhados nas proximidades do bairro de moradia, como se o bairro fosse uma extensão da casa.

Faz parte do código de honra de cada vila, que a mulher seja exímia nos serviços da casa, principalmente no cuidado com o marido e a prole. Assim como as mulheres das vilas pesquisadas por Fonseca, as figuras femininas da aldeia de Pardais são intimamente ligadas ao

⁷² Uma parte dessas análises foram apresentadas no II Congreso Uruguayo de Sociología, Montevideo, 2013.

lar, tendo como principal *locus* de sociabilidade o lavador coletivo, um espaço reconhecidamente doméstico, em que as mulheres se reuniam para desempenhar um serviço também ligado à ideia de casa e família. Já os homens, aparecem como dominadores do espaço público nos dois estudos:

Para Vale de Almeida, a rua aparece como um espaço masculinizante em oposição ao espaço doméstico, lugar por excelência do feminino. No contexto observado pelo autor, há um consenso de que estar em casa faz mal “amolece” (feminiza), torna o homem menos afeito ao trabalho (logo, diminuído na sua virilidade) e um mau provedor da casa (1995, p.63).

O espaço público propicia a saída da normatividade e da austeridade corporal do trabalho. Na sociabilidade masculina surgem gestos largos, entonações diferentes para as narrativas frequentemente auto-elogiosas, de forma a definir-se enquanto homem frente aos outros. Um segundo aspecto são as narrativas sexuais, jogos jocosos sobre homossexualidade, objetificação das mulheres e a exacerbação da homofobia, a qual é uma das características da conformação da masculinidade hegemônica, como a inferiorização das mulheres. Assim também se entende a necessidade da circulação dos *bondes* porto-alegrenses. Ao mesmo tempo em que necessitam sair do bairro de origem para serem vistos na cidade, também necessitam exacerbar a masculinidade num território movimentado por um contingente de pessoas de diferentes espaços da cidade, tornando mais pública possível a sua aparição enquanto grupo.

Além disso, o público associado aos homens é socialmente construído por uma agência masculina destinada a produzir o gênero na aprendizagem das crianças sobre como fazer-se homem ou mulher. Imbricam-se prática e estrutura de forma ambígua, uma vez que a estrutura de gênero molda e produz pessoas sexuadas, mas, da mesma forma, as pessoas são encarregadas de dar continuidade à mesma estrutura pela sua prática. Citando Foucault, Vale de Almeida nos mostra que a masculinidade é alvo de uma disciplina interna de autocontrole do corpo, do gestual e do comportamento, a qual permite ao sujeito “fazer-se homem” pela monitorização da corporalidade, evitando certos trejeitos supostamente feminizantes e exacerbando características da masculinidade hegemônica.

Para Kimmel (1998), a masculinidade é uma categoria instável e exige o controle do corpo nos termos descritos por Mauss, assim como, necessita de outras estratégias para

afirmar-se uma existência viril. Tais estratégias iam, desde a fuga para ambientes hostis onde se pudesse provar a masculinidade a partir do contato com a natureza selvagem, até a desvalorização de outras identidades masculinas como forma de promover-se e posicionar-se hegemonicamente. No entanto, vale lembrar que a prova de masculinidade deve ser pública para ser legitimada, o que pressupõe a verificação por outros homens e mulheres do “feito” que atribui virilidade e honra.

Como se “acumula” masculinidade ao derrotar o touro nos rituais analisados por Pitt-Rivers e citados por Vale de Almeida (1995), nos “arrastões” se transpõe masculinidade de um corpo para o outro ao derrotar o grupo inimigo ou ao “correr” com ele mostrando superioridade. A transposição da masculinidade do rival também é feita quando, na briga, se domina o adversário a ponto de roubar dele alguns objetos simbólicos como tênis, bonés de determinadas marcas e correntes de prata. Circular com os objetos furtados do rival significa roubar parte da identidade dele e fortalecer a própria masculinidade, retirando do “outro” objetos que simbolizam o prolongamento da sua virilidade.

A masculinidade também aparece vinculada à necessidade de arriscar-se publicamente. Como Geertz (1978) nos mostra, não basta ser destemido, é preciso correr o risco em público, à vista de quem possa confirmar a masculinidade que está posta à prova, por exemplo, nas apostas feitas nas brigas de galos. Assim também acontece com o ritual da garraizada onde os homens se expõem ao perigo para poderem pegar um animal agressivo como o touro. Da mesma forma, se colocam as situações de conflito e violência urbana abordadas por Diógenes (1998), Cecchetto (2004) e Zaluar (2004). A segurança de estar amparado em uma galera ou gangue também representa, por conseguinte, o risco de estar exposto a um contingente significativo de grupos rivais. Assim, os bailes de corredor, as brigas de rua e os combates armados vinculados ao tráfico representam a “publicização” da valentia necessária para a confirmação massificada da virilidade.

Cecchetto (2004) também nos mostra que a sociabilidade das galeras não tem o objetivo de aliviar alguma tensão, mas de forma contrária, o risco é algo conscientemente partilhado e desejado nessa interação grupal. Estar amparado no grupo das galeras funk e das academias não é algo para desanuviar as tensões ou curtir um espaço de lazer e, sim, se vai voluntariamente buscar a tensão e o conflito nesses espaços.

O *bonde* se localiza entre o território gradualmente mais tenso da luta e o território mais “tranquilo”, que se coloca mais no nível da curtição, próprio do baile charme, já que, a partir do momento em que se está na rua ou na festa, se está o tempo todo correndo o risco de encontrar com uma galera dos “contra”. Mas é, fundamentalmente, a possibilidade constante do embate que torna o “estar” no *bonde* significativo.

E é também pelo fato de necessitarem ritualizar e exhibir seus corpos virilizados que saem de seus bairros tomando as movimentadas ruas da capital como palco para encenação da violência e da masculinidade pública. Se a briga ou a circulação dos mesmos sai retratada na imprensa ou nas páginas das redes sociais, o objetivo da ação atinge seu ponto alto, é a glorificação do grupo ter seu nome citado para além das fronteiras locais do seu bairro.

Percebe-se, aqui, uma ligação fundamental entre a construção de uma identidade de gênero masculina e o cuidado que se deve ter com as categorias de honra e respeito nesse processo. Tais categorias estão vinculadas à ideia de reputação, acham-se imbricadas com a rede de informações estabelecida, principalmente, pelas meninas, podendo a opinião delas macular a identidade de um homem. Assim, pode-se dizer que, em comunidades regidas por relações de caráter patriarcal e comunidades pequenas “onde todos se conhecem”, as formas como os indivíduos representam-se é por demais importante na constituição de suas identidades, uma vez que há uma rede de relações e de troca de informações responsável por transferir masculinidade de um indivíduo para outro, à medida que tais informações circulam sobre eles.

Ao analisar as etnografias de Geertz (1978), Vale de Almeida (1995) e Zaluar (2004), pode-se dizer que a masculinidade hegemônica dominante em determinado espaço necessita de constante afirmação através de símbolos masculinizantes. Mesmo em contextos totalmente distintos, a masculinidade aparece vinculada à necessidade de um prolongamento do falo. Em Geertz (1978), tal prolongamento está na representação fálica que os balineses configuram a partir do acurado processo com que aprontam seus galos para a briga. Ali se vê configurada a masculinidade do homem e da sua comunidade local no “galo-falo” que combate as masculinidades das outras aldeias.

Em Zaluar (1985), a masculinidade violenta é representada através do porte da arma pelos jovens envolvidos com o tráfico. A sexualidade desses jovens é transferida para a

violência quando se utilizam da arma como um prolongamento do falo e, logo como um reforço da sua virilidade. Ao empunharem a arma representando o falo ereto ou, principalmente, quando a carregam perto da genitália, estão exigindo um reconhecimento de sua valorização enquanto machos dominantes e conscientes do poder repressivo do seu falo prolongado.

Da mesma forma, em Vale de Almeida (1995), o ritual de representação simbólica da masculinidade aparece na tourada. É no animal que se representa a agressão, a coragem e a altivez masculina, mas é também no sacrifício dele que a masculinidade do homem se exacerba. O sangue do sacrifício feminiza o animal e assim, o que o executa recebe a capacidade sexual, representada no touro. Ao sacrificá-lo o homem torna-se o touro.

Nos *bondes* de Porto Alegre, o corpo que circula não necessariamente precisa materializar a sua masculinidade em um referente externo. Assim como coloca Diógenes (1998), o corpo é um território, e o é em mais de um sentido. Dessa forma, o corpo jovem que circula é todo investido de masculinidade. Ao se tornarem um corpo-território, esses jovens reivindicam um espaço onde possam exercer seu ideal de masculinidade, como se este pudesse dar a eles visibilidade e reconhecimento diante da cidade.

Nos seus corpos, relacionam a masculinidade voltada para diferentes interesses e escalas de realização. Ao mesmo tempo em que se jogam nas brigas como a corporificação da sua comunidade local, evidenciando os laços de pertença com o espaço do qual são originários, encenam, na rua, um ritual que é guiado pelo interesse de prolongar os espaços de circulação e significação social onde possam exercer sua identidade e também constituírem-se como sujeitos. É por exigir ser reconhecido, enquanto parte dos espaços de lazer e consumo da cidade, que gritam e corporificam a sua comunidade, tornando visível a sua condição de morador da periferia. Na medida em que se tornam visíveis e ampliam seus espaços sociais de interação, ainda que pela via do conflito, ambigualmente, esses jovens voltam-se para a sociabilidade periférica dos *bondes* (seus e de outras regiões) como forma de relacionar-se afetivamente em um ambiente de reciprocidade e reconhecimento mútuo. Por isso, o relato e a classificação sobre as figuras femininas com quem convivem na sociabilidade dos *bondes*, emerge com fundamental importância para a identidade que esses indivíduos pretendem projetar no nível local.

A vontade de ser visto e respeitado como o macho hegemônico (ao menos no seu contexto sócio-espacial) é sublimada nos pequenos “feitos” a cada saída e referendada nos comentários das “gurias” com quem se relacionam e nas informações lançadas na internet. No entanto, é importante atentar para a forma de resistência e ação coletiva com que configuram a sua busca por subjetivação. Por fim, é na unidade grupal que se constroem enquanto sujeitos e buscam formas de tornarem-se homens pela via da reivindicação. Dar ênfase à encenação e ao espaço movimentado em que circulam é fundamental para compreender por que estes jovens escolhem entrar em confronto com o “outro” (seu rival de bonde, ou o “outro” social que é antagônico àquela manifestação). É nessa interação conflitiva que se estabelece o processo de diferenciação social que vai vivificar a sua existência para além das fronteiras da comunidade que representam.

O papel assumido pelos jovens masculinos que entram em conflito parece o de estabelecer, através deste ritual, uma *mise en scène*, em que os territórios da periferia estão em luta disputando a masculinidade dos seus jovens, mas também a soberania do bairro figurada na exacerbação da virilidade ostentada por eles. Assim, ao agredirem-se mutuamente, os jovens da periferia mostram aos demais “territórios” da cidade a “potência” que seu bairro de origem sublima nos indivíduos virilizados que “produz”. Se o papel dos meninos parece o de levar à cena pública da cidade o nome do seu lugar de origem fazendo a mediação entre esses dois espaços sociais, o papel que as meninas dos *bondes* parecem desempenhar é o de construtoras das narrativas sobre os feitos dos jovens *dos bondes* e mantenedoras da sociabilidade intra-bairro como um conjunto familiar. Mas elas também podem ser vistas como mediadoras das relações entre a performatividade pública dos jovens que buscam reconhecimento, fora do âmbito da comunidade de origem, e da relação de honra e respeito que estabelecem no nível local a partir das informações trocadas entre as meninas e as demais pessoas no âmbito mais privado que seria o bairro.

Longe de estarem “emancipadas” das relações patriarcais que perpetuam a desigualdade de gênero no interior dessa sociabilidade (dos *bondes*) e das demais esferas que participam, essas jovens buscam mediar a sua inserção nos espaços masculinizados a partir do importante papel que desempenham na circulação de informações. Embora estejam submetidas a classificações e objetificações efetuadas pelos meninos, elas estabelecem laços mais simétricos com eles, à medida que é a sua narrativa (sobre os mesmos) que vai perpetuar (pelo menos na efeméride da duração dessa sociabilidade) a informação sobre a identidade

sexual dos meninos dos *bondes*. Ao mesmo tempo em que são classificadas, o discurso do qual são portadoras exerce certo controle sobre a forma como os meninos vão proceder em relação às mesmas, denotando uma estratégia de mediação da desigualdade de gênero que, se não pode superar a oposição binária público/privado, pode, pelo menos, estabelecer arranjos para revolver a lógica de disciplinamento e subjugação a que são submetidas.

7 CONCLUSÃO

O termo conclusão não é o mais correto para designar o fechamento deste estudo sobre os *bondes*. Aliás, o próprio tema está longe de permitir um fechamento ou qualquer consideração conclusiva, uma vez que a dinâmica em que se apresenta, ao longo dos anos em que marca sua presença em Porto Alegre, não admite vê-lo como possível de esgotar-se em suas significações no curto espaço de alguns trabalhos acadêmicos. A própria movimentação em termos de espaço físico dificulta a localização dessa sociabilidade, levando à compreensão de que sua existência está condicionada aos trajetos que desempenham na cidade em busca de diversão. Assim, “o *bonde* é, à medida que vai sendo”, o que significa dizer que só manifesta seus significados se entendido em circulação e, ainda assim, tende a mudá-los conforme trilha seu curso pelas diferentes periferias. Da mesma forma, a ideia de movimentação é importante para a percepção de que isso que é denominado *bonde* pode se fragmentar em várias sociabilidades que dependem da idade, do território, da estrutura de oportunidades e de outros critérios para se configurar e que, pela quantidade de variáveis com que negocia a sua constituição, ele apresenta uma heterogeneidade que quase não permite a sua identificação, a não ser pelos elementos comuns que são a condição da sua emergência em qualquer situação: o contexto dividido entre o conflito e a periferia.

À semelhança do seu território de origem, o *bonde* é tão polissêmico quanto à ideia de periferia, sendo específico dos grandes centros urbanos em que as formas de sociação se dão em diferentes escalas de heterogeneidade. Mas, se é a periferia o lugar que se caracteriza pela manutenção dos laços de vizinhança e pelo compartilhamento dos parques espaços de atendimento e de lazer para a população, não é de surpreender que venha de lá uma sociabilidade que se dá pela afetividade e que valoriza de forma tão intensa a experiência compartilhada, seja nos espaços de moradia ou nas *bandas*, nos momentos de lazer ou de tensão.

Se no começo da visibilidade das sociabilidades da periferia, os *bondes* estavam mais vinculados ao *funk* do que à delinquência, a imprensa porto-alegrense trata de confundir essas noções nas reportagens que vocalizam os setores segregadores da cidade. A forma como passaram a ser vistos pela mídia reflete-se nos grupos, resignificando suas experiências e realinhando suas representações internas à suposta acusação de violência e delinquência. Se as vinculações desses grupos ao tráfico eram verdadeiras em alguns casos, à medida que esses

discursos se perpetuavam, os *bondes* convertiam essa associação em formas de constituir sua sociabilidade e suas identidades, já privadas de formas legítimas de arranjo. Assim, compreende-se que “a violência exprime uma subjetividade sem saída, a incapacidade de ter projetos, agir de maneira criadora e produzir sua existência; ela vem ressaltar o abismo que separa as instituições daqueles a quem elas deveriam fornecer as chances e os meios de construírem” (WIEVIORKA, 2006, p. 205).

A violência funda a existência desses jovens nos circuitos da cidade, pelo medo que propaga nos moradores de fora da periferia, quando aparece nas ruas do centro, e pela atmosfera de tensão que engendra nas ameaças na internet e nas referências da imprensa. Nesse sentido, é a violação do pacto social e dos efeitos disciplinadores da segregação que possibilita a esses grupos uma via de representação, já que se encontram em um vazio semântico, não podendo se constituir de fato entre os paradigmas do consumo ou da funcionalidade.

Além disso, os jovens estudados por Dubet (1994, p.98) tendem a aderir aos estigmas e às categorias que os excluem “Eles se sentem ‘alienados’, no sentido em que se sentem responsáveis da sua própria infelicidade e se comportam como vítimas de um destino esmagador. Eles aceitam, em especial, a imagem negativa que deles mesmos a escola lhes dá”. Os jovens dos *bondes* também refletem a estigmatização que sentem e, por isso necessitam do amparo do grupo para se fortalecerem, mas, antes de assumirem uma identidade e uma atitude de vitimização, eles utilizam o fato de serem da periferia para projetarem uma subjetivação que não nega nem a diferença, nem a territorialidade. Ao contrário, eles exageram nos signos e na persistência em cantar sobre sua origem como se, pela insistência no preenchimento de suas identidades por referentes da periferia em diferentes níveis territoriais, pudessem ofuscar os efeitos negativos que a visão deturpada dela pode engendrar.

Em vez de tentarem associar-se ou confundir-se com os jovens do centro, os integrantes dos *bondes* ostentam a opção por formar grupos exclusivos de sujeitos da periferia e forçar a presença deles nos espaços centrais. Se a presença dos indivíduos periféricos é “inconveniente” no centro mesmo estando em pequenos e discretos grupos, “invadir” as áreas de lazer de fora do seu “pedaço” em uma excursão colorida, cantante e tomada de excitação é

uma ofensa aos sentidos daqueles que transitam afixados à individualidade e a neurastenia moderna.

Em vez de negar à pertença ao espaço que lhe outorga uma identidade que não lhe corresponde, os jovens contornam esse processo passando a representar um “tipo ideal” de estigmatização para que as pessoas do centro estejam em face de uma imagem exagerada dos mesmos, antes que possam atribuir-lhes identidades pré-concebidas. Nesse sentido, há uma “hiperperiferização” na atuação dos *bondes*. Eles exibem, nas áreas movimentadas e à luz do dia, o que de mais instigante se atribui a esses espaços distanciados, a violência. Propagam os signos do tráfico e trocam ameaças de tom aterrorizador nos ônibus, nas ruas e na internet, como se pudessem levar ao público um esquete adaptado do grande espetáculo que são as disputas entre quadrilhas nos morros de Porto Alegre. Se essa é a forma de conquistarem os espaços de subjetivação, é com ela que se apresentam os jovens estigmatizados, exagerando e inflando o estigma para poder esvaziá-lo de sentido.

Estas considerações refletem a própria estrutura deste estudo e o esforço por analisar o objeto desde um enfoque fundamentalmente relacional, tendo em vista a perspectiva simmeliana em que algo se define na interação que estabelece. Nesse sentido, os *bondes* aparecem de forma diferenciada à medida que são vistos pelas lentes dos temas periferia e estigmatização, conflito e violência, identidade e reconhecimento, comunitarismo e gênero.

Nesse território ambíguo e movediço, situam-se os *bondes*. Por vezes, usam dos discursos estigmatizantes para configurar uma identidade coletiva que os referencia à periferia e às comunidades que carregam nos trajetos que desempenham. Ambigualmente, reivindicam novos lugares onde possam circular, territorializar-se, produzir sentidos e construir subjetividades nas relações conflitivas que teimam em estabelecer com outros indivíduos da cidade. Ao mesmo tempo em que reproduzem em seus corpos discursos dominantes sobre o culto ao corpo, também estabelecem uma relação de diferenciação na forma como marcam o corpo de seus referentes próprios e integram os grupos do *bonde* como uma individualização coletivizante: iguais em seu grupo, diferentes dos demais. Sua sociabilidade formada “é mais que a soma dos indivíduos”, é a potência individual multiplicada.

Assim se faz o *bonde*, transbordando da periferia com uma fluidez característica dos movimentos de seu tempo. Nem atados à forma moderna que lhes é imposta, nem totalmente

ligados a uma forma de resistência que controle sua agência. O *bonde* desafia o poder, a disciplina, a inscrição e a abstração de seus conteúdos semânticos porque transcende uma série de dualidades (bom/mau, legal/ilegal, disciplina/insurgência, trabalho/consumo...), ele é multiforme, itinerante, é uma metamorfose relacional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carla Coelho de. **Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal**. Brasília. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. 2007.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymond (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2008.
- CAREKAS + PEDRINHA - DIRETORIA ZONA NORTE! [S.l.], 14/09/2008. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=P26Ud-D-7Ew>> Acesso em: 20/10/2013.
- _____. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense. 1984
- CECCHETTO, Fátima. As Galeras *funk* Cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- _____. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- COSER, Lewis A. **Las funciones del conflicto social**. México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- DELEUZE, Gilles e GUATARI, Felix. **Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Volume 3. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência; gangues, galeras e movimentos hip hop**. São Paulo: Annablume, 1998.
- DO AMARAL, Fabiano. Moradores culpam “passe-livre” por tumultos na Zona Norte. **Correio do Povo**, 08 de novembro de 2009. Disponível em: <www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=53767>. Acesso em: 20/05/2012.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa : Instituto Piaget, 1994.

_____. **La galère: jeunes em survie**. Paris : Fayard, 1987.

DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. In: _____. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

ECKERT, Cornélia e ROCHA, Ana Luísa Carvalho. Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas “urbanas” Eunice Durham e Ruth Cardoso. In: ANPOCS, [2013?]. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1756&Itemid=229> Acesso em: 25/11/2013.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. In: **Caderno CRH**, Salvador, V. 23, Nº 58, jan/abril 2010 (a), p 59-73.

_____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 53 nº 2, 2010 (b), p. 566-610.

_____. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia Ciências Humanas, UNICAMP, 2003.

FLICK, Uwe. Introdução à Coleção Pesquisa Qualitativa. In: CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Editora UFRS, 2000. Disponível em: http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros.

FONTANARI, Ivan Paolo de Paris. **Os DJs da Perifa: Música eletrônica, trajetórias e mediações culturais em São Paulo**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FONTES, Breno Souto-Maior. Políticas públicas e exclusão social: ou como as cidades constroem suas periferias. In: GADEA, Carlos; MÉLO, José Luiz Bica de; LOPES, José Rogério (Orgs.). **Periferias, territórios e saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 (a).

_____. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 (b).

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FURTADO, Cláudio Alves. Periferias geográficas e periferias epistêmicas e a negação de saberes e práticas endógenas e emancipatórias: um olhar a partir da África. In: GADEA, Carlos; MÉLO, José Luiz Bica de; LOPES, José Rogério (Orgs.). **Periferias, territórios e saberes**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

FRUGOLI JR, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, V. 48 Nº 1, 2005.

GADEA, Carlos A. e ROSA, Fátima Sabrina. Jovens e o delito: Masculinidade e sociabilidade violenta face à busca por reconhecimento social. In: **Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia**, UFSC, 2010.

GADEA, Carlos. A violência e as experiências coletivas de conflito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, CES, Coimbra: Nº 92, 2011, p. 75- 98.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia**: das representações do espaço ao espaço representações no bairro Restinga – Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRGS, 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: TC, 2008.

GUIMARÃES, Eloísa. Juventude(s) e Periferia(s) urbanas. In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº 05-06, 1997, p. 199-208.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: Entre o mercado e a vida. Tese de doutorado. Programa de pós-graduação em Sociologia, USP, 2010.

HONNETH. Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34 Editora, 2003.

JOVEM é condenado por morte em tiroteio no Parque da Redenção, em Porto Alegre. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 26 de julho de 2013. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2013/07/jovem-e-condenado-por-morte-em-tiroteio-no-parque-da-redencao-em-porto-alegre-4214049.html>> Acesso em: 16/09/2013.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: ano 4, nº 9, 1998.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid, Siglo XXI, 1987.

LOPES, José Rogério. Territorialidades urbanas, desigualdades e espaços de coexistência. In: LOPES, José Rogério e MÉLO, José Luiz Bica de (Orgs.). **Desigualdades sociais na América Latina: outros olhares, outras perguntas**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

MACHADO DA SILVA. Luís Antônio. Violência Urbana: Representação de Uma Ordem Social. In: NASCIMENTO, Elimar P. do e BARREIRA, Irllys A. F. (Orgs.). **Brasil Urbano: Cenários da Ordem e da Desordem**. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE/UFC, 1993.

_____. Sociabilidade Violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: SILVA, Itamar (Org). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro, IBASE, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **A Violência Totalitária: ensaio de antropologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Vértice, 1987.

_____. **O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre, Sulina, 2005.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**. Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. Tese de doutorado. Faculdade de Saúde Pública, USP, 2012.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme e TORRES, Lilian de Lucca (orgs). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Fapesp, 2008.

_____. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**; desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MEAD, George H. **Espíritu, persona y sociedade**: Desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1953.

MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica de um modelo incompleto. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3 Setembro/Dezembro, 2010, p. 479-497.

MELO, Itamar. Gangues envolvidas em tiroteio na Redenção já pensam em vingança, diz BM. **Zero Hora**, Porto Alegre 02 de março de 2010. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/03/gangues-envolvidas-em-tiroteio-na-redencao-ja-pensam-em-vinganca-diz-bm-2825300.html> > Acesso em: 10/07/2012.

MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). **Conflitos de grande interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria de “bandido”. In: **Lua Nova**, v. 79, São Paulo, 2010, p.15-38.

MOUFFE, Chantal. **La imposibilidad de la sociedad**. Nueva Visión, Buenos Aires, (2000).

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Revista Estudos Feministas**, UFSC,CFH/CCE, v. 7, n. 1-2, Florianópolis, 1999.

Os ALA 470....só os de verdade.[S.l.], 08/03/2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VtbaOCINTtM>> Acesso em: 28/10/2013

Os + Pedrinha DZN. [S.l.], 28/01/2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=EnBTweEZ50m0>> Acesso em: 28/10/2013.

OS VDL 2008 TAMANCA + LOMBA DO PINHEIRO. [S.l.], 15/03/2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WxmOwiFHZSo>> Acesso em: 30/12/2013.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Paz e Terra, 1993

PERURENA, Fátima. O conceito de corpo em Susan Bordo e Judith Butler. In: **Vivência**, UFRN, n. 37, 2011.

PITT-RIVERS, Julian. **Honor e categoría social**. In: **PERISTIANY**, J.G. El concepto del honor en la sociedad mediterránea. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

PIXOS ZONA LESTE 361' 433'470. [S.l.], 21/04/2008. Disponível em:
<<http://www.youtube.com/watch?v=NyFkGRKUs0I>> Acesso em: 28/10/2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

RIBEIRO, Luiz César Queiro. **Cidade Desigual ou Cidade Partida. Tendências da Metrópole do Rio de Janeiro**, 1999. Disponível em:
<http://www.observatoriodasmetrolopolos.ufrj.br/download/CIDADE_DESIGUAL_OU_CIDADE_PARTIDA.PDF>. Acesso em: 03 out.2010.

_____. A dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório. Texto apresentado no **31º Encontro Nacional da ANPOCS** de 22 a 26 de outubro de 2007.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin e GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SIMMEL, Georg El cruce de los círculos sociales. In: **Sociologia**, Revista de Occidente, Madrid.1977.

_____. **Sociologia**. Organizador: Evaristo De Moraes Filho São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais;34)

_____. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. (org.), **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987[1902]

SILVA, Mozart Linhares da. A Racionalização da Violência Penal e o Movimento Codificador no Século XIX: O Caso Brasileiro. In: GAUER, Gabriel Chittó (org.). **Fenomenologia da Violência**. Curitiba: Juruá, 1999.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Vozes, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TAYLOR, Charles. A política de reconhecimento. In: _____(Org.).**Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

THOMAS. William. **La definición de la situación**. Tradução de Eva Aladro. In: Cuadernos de Información y comunicación, n.10, 2005.

TORO, Alfonso. La poscolonialidad en Latinoamérica en la era de la globalización. ¿Cambio de paradigma en el pensamiento teórico-cultural latinoamericano? In: **El debate de la postcolonialidad en Latinoamérica**. Una Postmodernidad periférica o cambio de paradigma

en el pensamiento latinoamericano. _____(ed.), Madrid: Iberoamericana, 1999, p. 31-77.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Pensar de Outro Modo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

_____. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998.

UEDA, Vanda. **Nuevas periferias y nuevas urbanizaciones: los condominios cerrados em la metrópoli de Porto Alegre, Brasil**. [2013?]. Disponível em: <http://www.uib.es/ggu/pdf_VII%20COLOQUIO/22_UEDA_nuevasperiferias.pdf>. Acesso em: 14/10/2013.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade**. Lisboa: Fim de Século, 1995

VIANNA, Hermano. O *funk* como símbolo da violência carioca. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WACQUANT, Lóic. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. La estigmatización territorial en la edad de la marginalidad avanzada. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo: vol. 43, setembro-dezembro de 2007, p.193-199.

WERNECK, Alexandre. A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito. In: MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (Orgs.). **Conflitos de grande interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

ANEXO A

Letra de música: “*É a Vida De Bonde*”, *McChavero*.

Antigamente a noite caia
Eu saia pra balada
Curti baile funk, maior batidão
Junto da rapaziada
Dinheiro no bolso, tirando onda
E cerveja que eu queria
Ficava ligado no movimento e pronto pra
correria
Solto o proibidão, dedinho pro ar
Começou da o arrastão
Fazendo "tchuntcha", na palma da mão
Todo mundo saia do chão
Era um contra o outro, grita pode vim
Pra vê quem era o mais forte
Chamava os reforço, as união
E os contra tentavam a sorte
No meio da briga era soco na cara
Puxava as corrente, roubavas os boné
A firma é rica e fortalecia
Voltava sempre com outro Nike no pé
Isso não é cinema, não é um filme
É pura realidade
É a vida de bonde, é 157
Latrocinio na necessidade

(Refrão)

Eu so de Bonde sim
Eu sou de facção
Pratico 155 e faço arrastão
Eu sou de Bonde sim
Não tenho piedade
Pixando e roubando
Boto terror na cidade (2x)

Não foge do assunto
É a vida de bonde que eu tenho que falar
Vai torra a paciência por causa dos contra
Mais uma vez venho desabafar
Mantenho o controle entre a raiva e o ódio
Sem entrar em desespero
Pois meu braço é forte, divulgo meus mano
Mais um mundo de guerreiro
Não sei o que eu fiz
Paro e me pergunto
Porque eles querem o mau pra mim ?

Mas eu sei que eu tenho os parceiro
Que estarão junto comigo até o fim
Olha o que eu to falando
Papo deprimente, isso tudo vai mudar
Agora em diante eu serei mais eu
Minha auto-estima eu vou melhorar
Se é guerra que tu quer
Pode vim, ta na mão
Linha de frente balança mais não cai
Eu to revoltado, to cheio de ódio
Pronto pra missão é assim que nós vai
Não to de pirraça, mano to sereno
Pode vim, nós corresponde
Papo aqui é reto, até hoje bandido
O bagulho é loco, isso é vida de bonde !

(Refrão)

Eu sou de Bonde sim
Eu sou de facção
Pratico 155 e faço arrastão
Eu sou de Bonde sim
Não tenho piedade
Pixando e roubando
Boto terror na cidade (2x)

A vida de bonde é só correria
Não pode baixar a guarda
Ficar sempre esperto de olhos nos contra
Atividade dobrada
Na contenção, Falcão ta ligado
Pra vecolé que é
Se eu do é pra cair
Invadiu a boca
Entro de frente
Vai voltar de ré
Não tem esculacho, Playboy não tem vez
Se enfrentar eu só lamento
Vai tomar uma coça, pegamo o teus pano
Mais uma mãe no sofrimento
Eu to mais tranquilo, então faz o favor
Não entrar no meu caminho
Se não qualquer hora
De assalto eu te pego
Um dia tu vai ter que andar sozinho
Tu é nunca visto, teu bonde também

Então cala a boca e fica esperto
Se tu ta me ouvindo, sabe que é pra ti
Eu so o Chavero e mando o papo reto
Pará de ladaia e não me ameaça
Tu vive um sonho então volta pra cama
Tu é recalçado, comédia, invejoso
O que tu queria era ter minha fama

(Refrão)

Eu sou de Bonde sim
Eu sou de facção
Pratico 155 e faço arrastão
Eu sou de Bonde sim
Não tenho piedade
Pixando e roubando
Boto terror na cidade (2x)

ANEXO B

Notícia da Zero Hora sobre o episódio no Parque da Redenção.

Gangues envolvidas em tiroteio na Redenção já pensam em vingança, diz BM. Confronto ocorrido em parque da Capital no domingo à tarde matou um garoto de 15 anos e levou pânico a frequentadores.

Por Itamar Melo

Relatos de 30 adolescentes envolvidos no tiroteio de domingo no Parque Farroupilha (Redenção), em Porto Alegre, levaram a Brigada Militar a acreditar que o confronto foi alimentado por ameaças feitas pela internet e por mensagens de celular. A briga de bondes transformou em praça de guerra uma área de lazer que é símbolo da Capital, causando pavor entre os frequentadores.

Ontem, um dos cinco baleados – Gabriel Medina Marques, 15 anos – morreu no Hospital de Pronto Socorro. Foi no hospital que o 9º Batalhão de Polícia Militar colheu relatos dos adolescentes. Segundo o comandante, o tenente-coronel Alfeu Freitas, o conflito foi entre grupos rivais da Vila Jardim e do Campo da Tuca.

A BM apurou que no grupo maior, da Vila Jardim, a maior parte dos jovens estava na Redenção apenas para passear. Esse grupo tinha cerca de 40 integrantes, dos quais em torno de cinco vinham trocando ameaças com uma gangue do Campo da Tuca.

– No meio desse grupo maior, que não sabia de nada, havia alguns que estavam ali com intenção de conflito. A informação que temos é que o pessoal do Campo da Tuca anunciou pela internet que os rivais não deviam ir à Redenção, porque não iam permitir. Que gangues são essas ainda é preciso investigar – disse o tenente-coronel.

Conforme o comandante do 9ºBPM, os tiros foram desferidos por integrantes do grupo do Campo da Tuca, que eram cinco ou seis e teriam chegado separadamente ao parque. Segundo Freitas, não foi mais possível localizar as mensagens trocadas na internet.

– Eles deletaram. O problema é que, segundo nossas informações, já surgiram mensagens da gangue da Vila Jardim falando em vingança – disse.

A origem da briga seria o roubo de um boné, segundo um morador da Capital que conhece um integrante de uma das gangues. Ele contou a Zero Hora que na semana passada, também na Redenção, os dois grupos se encontraram. Um adolescente da Vila Jardim teria tido o boné apanhado por um jovem do Campo da Tuca. Segundo o homem ouvido por ZH, as duas gangues costumavam frequentar o Parque Germânia, mas, por causa da presença de seguranças, trocaram a área de lazer da Zona Norte pela Redenção recentemente.

Dois suspeitos já foram identificados

A Polícia Civil tem o nome de dois suspeitos de serem os autores dos disparos que mataram Gabriel e deixaram quatro jovens feridos (dois de 17 anos e um de 16). Os criminosos seriam dois adolescentes, ambos de 17 anos e moradores dos arredores do Campo da Tuca.

O caso está sendo conduzido pela 1ª Delegacia para o Adolescente Infrator (Dpai). O delegado Sérgio Domingues, que responde interinamente pela delegacia, quer ouvir parte das 54 pessoas levadas no domingo à DPPA, quase todas adolescentes suspeitos de integrarem bandes da Vila Jardim. Pelo menos três testemunhas também foram arroladas pela polícia.

O que aconteceu

- Milhares de pessoas aproveitavam o dia de folga na Redenção, no domingo à tarde, quando membros de gangues rivais teriam se enfrentado a tiros no parque. Pelo menos cinco pessoas foram baleadas. Um adolescente foi atingido na cabeça e morreu ontem.

- De acordo com a polícia, um dos bandes envolvidos no tiroteio da tarde de domingo no Parque da Redenção seria do Campo da Tuca.

- Embora tenha informações sobre os atiradores, a Brigada Militar ainda não sabe de qual das gangues da vila eles fazem parte.

- O outro bonde envolvido no confronto seria de adolescentes do bairro Vila Jardim e, de acordo com a BM, teria sido identificado como A Firma.

Pessoas choravam e se jogavam ao chão

A transformação de momentos de lazer e convívio com amigos em uma experiência aterrorizante abalou quem estava no Parque Farroupilha na tarde de domingo. Freqüentadores relatam instantes de pânico.

A estudante de Ensino Médio Ohara Reis, 17 anos, que ia à Redenção em todos os fins de semana para encontrar parentes e amigos, é taxativa:

– Não pretendo voltar à Redenção nunca mais, nem que me paguem.

Ohara estava a poucos metros do local onde ocorreram os disparos. Tomava chimarrão com duas amigas perto do chafariz, por volta das 16h30min, quando foi sobressaltada pela chegada de um grupo de aproximadamente 50 adolescentes que batia palmas e cantava. Uma de suas amigas, Camila Braga, 20 anos, conta que os integrantes estavam bem vestidos e usavam bonés e tênis com aparência de novos.

– Eles cantavam “é hoje, é hoje”. Andavam organizados, em cinco fileiras, como se fosse em um desfile militar – conta Camila.

Redenção estava lotada, com famílias e crianças

Depois da chegada espalhafatosa, o grupo se instalou junto ao chafariz do parque e não fez mais alarde. As amigas se tranquilizaram. Elas não viram nenhum outro grupo se aproximar. Meia hora depois, escutaram cinco tiros. O pânico se instalou. Ohara lembra dos gritos de “corre, corre” e “deita no chão”. Ela saiu em disparada, pensando que se tratava de um arrastão.

– A única coisa que consegui fazer foi correr. Fui para trás de uma árvore. Quase desmaiei. Fiquei em pânico e não conseguia achar a saída do parque. Eu estava desesperada.

Camila conta que na hora da fuga olhou para trás e notou que os integrantes do grupo de adolescentes também se dispersavam, misturando-se aos demais frequentadores do parque. A Redenção estava lotada naquele momento, com muitas famílias e crianças. Dezenas de pessoas jogavam-se ao chão, outras corriam.

– Era muita gente desesperada, crianças chorando, mãe correndo com carrinho de bebê – conta Camila, que não pretende retornar mais ao parque.

No pandemônio que se seguiu, Ohara se perdeu das amigas. Foi encontrá-las só mais tarde, junto à Avenida José Bonifácio. Levou-as para a casa da avó, nas proximidades.

– Deitei no sofá e chorei – relata.

Uma nutricionista de 23 anos que pediu para ter o nome preservado também estava perto do chafariz. A jovem conta que, no primeiro momento, ela e as amigas acreditaram que os tiros eram foguetes disparados durante o jogo do Grêmio.

– Gurias, é tiro! – ela gritou.

As jovens se deitaram na grama. Esperaram os tiros silenciar e então fugiram com a multidão.

– A gente só queria sair dali.

A nutricionista conta que ficou apavorada, mas que não pretende deixar de ir ao parque.

– Se pensar assim, não saio mais de casa.

ANEXO C

Reportagem recortada e exposta na internet por um jovem dos *bondes*.

SERVIÇOS/POLÍCIA

SEGUNDA-FEIRA, 2 de julho de 2007 — 15

Estudante é morto em festa junina

Jovem de 19 anos foi atingido por um tiro de revólver no sábado na Escola Parobé, na Capital

O estudante Luis Paulo Train, 19 anos, morreu baleado por volta das 18h de sábado após uma briga durante a festa junina no Pavilhão da Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre. O evento, que começou no início da tarde, foi suspenso logo depois do incidente. Segundo testemunhas, o autor do disparo teria sido um adolescente de 16 anos. Junto a ele, mais duas pessoas estariam envolvidas: a namorada do atirador, de 14 anos, e um terceiro rapaz, também menor. O corpo da vítima foi sepultado no final da tarde de ontem, no Cemitério São Miguel e Almas, em clima de comoção e revolta de amigos e familiares.

A briga teria começado por motivo desconhecido pela Polícia até ontem à noite. As testemunhas relataram à titular da 1ª Delegacia de Pronto Atendimento, delegada Vandi Tatsch, que Train e o autor do disparo teriam discutido muito. Em meio à confusão, um amigo do autor teria passado um revólver calibre 38 escondido ao jovem.

Após o disparo, que acertou o tórax de Train, um dos estudantes presentes na festa teria desferido uma cadeirada contra o autor do crime para impedir que o ato continuasse. O impacto desequilibrou o jovem, que deixou o revólver cair. Ainda não localizada, a arma teria sido recolhida pela namorada do autor do crime.

Segundo a Delegacia Estadual para Criança e Adolescente (Deca), a namorada e o suposto autor do disparo se apresentaram voluntariamente à Polícia, mas negaram a autoria do crime. Conforme a delegada Vandi, equipes fizeram buscas nas residências do trio suspeito na noite de sábado. Ela destacou que os três foram reconhecidos por meio do site de relacionamento Orkut.

Os dois adolescentes que se apresentaram ao Deca foram levados para unidades da Fase no sábado. A investigação sobre a autoria do crime e a busca pelo adolescente foragido ficarão sob responsabilidade da 1ª Delegacia para a Criança e Adolescente Vítima. No início da noite de sábado, a direção da escola se reuniu com a Brigada Militar para discutir questões de segurança e ainda para que a BM tentasse obter mais informações relacionadas com o caso.

EDUARDO SEIXA



Dependências da escola ficaram vazias após o crime

ANEXO D

"Rolezinhos" provocam tensão em shoppings de SP

Combinados pelas redes sociais, os encontros conhecidos como rolezinhos, que desde o final do ano passado começaram a reunir centenas de jovens da periferia em shoppings em São Paulo, terminaram em tumulto neste final de semana.

Depois de seis centros comerciais paulistas conseguirem na Justiça liminares para impedir as aglomerações, temendo vandalismo e arrastões, a proibição recrudescer a violência.

No sábado, a Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, além de balas de borracha contra um grupo de aproximadamente mil pessoas que se reuniram para um rolezinho no shopping Itaquera, na zona leste da cidade. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, participantes promoveram quebra-quebra, furtos e roubos. Uma loja de jogos eletrônicos teve as portas arrombadas e parte da mercadoria roubada por pessoas portando pedaços de madeira. Dois maiores de idade foram detidos, um por furto e um por roubo, e um adolescente foi apreendido por roubo.

O ato começou tranquilo, por volta das 17h. PMs e seguranças faziam a revista de quem entrava, distribuindo aos maiores de idade cópias da decisão judicial que determinava multa de R\$ 10 mil para quem causasse tumulto. Por volta das 18h, pequenos grupos começaram a correr e gritar pelos corredores. Os lojistas se assustaram, fecharam as portas e acionaram a polícia. Policiais militares bateram com cassetetes em alguns deles e retiraram os jovens do local. Na rampa que liga o centro de compras ao metrô, os policiais usaram bombas e balas de borracha para dispersar o grupo.

Jovens também se encontraram no Shopping Campo Limpo no início da tarde de sábado, mas não houve confusão. No shopping JK Iguatemi, adolescentes desacompanhados foram impedidos de entrar no estabelecimento ou questionados sobre o motivo da visita. Um cartaz colocado na entrada dizia: "O Shopping Center JK Iguatemi esclarece que obteve liminar no sentido de proibir a realização do movimento ROLEZAUM NO SHOPPIM nos limites do empreendimento, quer em sua parte interna ou externa, sob pena de incorrer cada manifestante identificado na multa de R\$ 10 mil por dia".

Shoppings gaúchos monitoram movimento

Preocupados com o risco da repetição do fenômeno no Rio Grande do Sul, comerciantes gaúchos monitoram desde dezembro os acontecimentos em São Paulo. Segundo o presidente da Associação Gaúcha para o Desenvolvimento do Varejo, Vilson Noer, o maior temor era de alguma ação às vésperas do Natal, quando os centros comerciais registram maior fluxo de clientes. O segmento chegou a acionar a Brigada Militar no fim do ano, pedindo atenção especial às movimentações, mas nada de anormal foi registrado.

— Atuamos mais de forma preventiva, mas entendemos que o risco agora é menor porque o movimento cai nesta época do ano — avalia.

O comandante de policiamento da Capital, João Diniz Prates Godoi, diz que a troca de informações com representantes de centros comerciais é permanente e anterior ao fenômeno, com reuniões mensais regulares. Preferindo não comentar as estratégias adotadas pela polícia de São Paulo, salienta que o setor de inteligência da Brigada Militar se mantém atento e que, em caso de necessidade, serão avaliadas as melhores estratégias para evitar tumultos.

Para o sociólogo Ivaldo Gehlen, professor do departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o fenômeno representa mais uma tentativa das classes populares de se apropriarem de um espaço tradicionalmente restrito aos setores mais favorecidos. Mas vai além disso.

— Não é só o direito de entrar num shopping, tem toda uma simbologia desse espaço. O shopping é a igreja do capitalismo, e nisso tem uma ação simbólica. Tradicionalmente, é pela pressão coletiva — e até pelo medo — que as classes populares conseguem acesso a direitos negados. E isso provoca desconforto em quem perde ou precisa dividir esse espaço — analisa.

Protesto na origem dos rolezinhos

Entre os primeiros rolezinhos, estavam atos organizados por cantores de funk em resposta a aprovação pela Câmara Municipal de São Paulo de um projeto de lei que proibia bailes do estilo musical nas ruas da capital paulista. A proposta foi vetada pelo prefeito Fernando Haddad no início de 2014.

Mas os rolezinhos continuaram a ser organizados, com o objetivo de "zoar, dar uns beijos, rolar umas paqueras" ou "tumultuar, pegar geral, se divertir, sem roubos".

A polícia tem reprimido os atos. Em Guarulhos, na Grande São Paulo, por exemplo, 24 pessoas foram detidas após encontro no Shopping Internacional, em 14 de dezembro, mas nenhum roubo foi identificado.

ANEXO E

A estratégia dos vândalos infiltrados nas manifestações realizadas em Porto Alegre

Quebra-quebra no protesto de segunda pode ser explicado por conta de uma nova tática violenta

Subdivididos em múltiplos grupos, e em número maior do que nas marchas anteriores, arruaceiros conseguiram suplantar a estratégia da BM. Alastraram-se por ruas centrais, depredaram mobiliário urbano, saquearam lojas, quebraram carros, incendiaram contêineres. Os atos de [vandalismo](#) revoltaram a população.

Jovens e adolescentes, pertencentes a 15 ou 20 bondes, como são chamados, vindo de diversos bairros da Capital e de cidades da Região Metropolitana, se misturaram à multidão e fragmentaram a passeata ao rumar para caminhos diferentes do grande grupo em ruas do Centro e da Cidade Baixa. A BM, que nos momentos mais críticos das manifestações anteriores impôs uma espécie de frente única, com pelotão de PMs em linha, precisou se subdividir.

>>> **Em página especial, leia todas as notícias sobre os protestos**

Um considerável número de PMs estava, desta vez, em viaturas, estrategicamente postados em locais considerados alvos preferenciais mais afastados da marcha principal. Os policiais foram acionados de imediato. Prenderam 48 suspeitos (13 foram recolhidos ao Presídio Central sob suspeita de crimes de furto, roubo e dano) e apreenderam 17 adolescentes. Mas as ações foram insuficientes para evitar a depredação ou saques a prédios públicos, estabelecimentos comerciais, nove agências bancárias, 21 estabelecimentos comerciais. Pelo menos 30 contêineres foram incendiados.

— A polícia preservou espaços politicamente importantes, mas outros locais ficaram descobertos. Houve perda de referências, com pessoas aproveitando para agir sem repressão. É preciso uma reavaliação pela polícia e pelos grupos de manifestantes — analisou o sociólogo Rodrigo de Azevedo, coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Especialista em segurança estratégica, Gustavo Caleffi disse que a BM tem mapeado os grupos organizados, e lembrou que a situação se agravou por conta dos bandos não organizados.

— A proporção do problema extrapolou todos os limites. Acho que a BM está agindo no formato adequado — opinou Caleffi.

O secretário da Segurança Pública, Airton Michels, reconheceu o avanço da delinquência, mas avaliou como "satisfatória" a ação.

— A Brigada teve o mesmo comportamento profissional, obedecendo a orientação do governador de priorizar vidas. O resultado das prisões é bom. Se não tivesse prendido 65, a cidade estaria desgastada hoje (ontem) — afirmou Michels, ontem à tarde, em entrevista coletiva.

O poder das gangues

Eles fazem parte da paisagem do centro de Porto Alegre. E os atos de protesto têm sido uma oportunidade de ouro para exercerem seus ofícios: bater, roubar e furtar. Em linhas gerais, é esse o perfil das dezenas de gangues de adolescentes, vindas de várias cidades da Região Metropolitana, que se envolvem em assaltos a pedestres, furtos e arrombamentos de lojas na área central da Capital.

Há duas semanas, Zero Hora observa e conversa com esses jovens. A rotina deles, que está registrada nas delegacias, chamou a atenção do delegado Hilton Muller, titular da 17ª Delegacia da Polícia Civil (Centro). Durante a semana, eles dormem em pequenos hotéis nos arredores da Estação Rodoviária da Capital. Ali, pagando uma diária de R\$ 10, acomodam-se como podem, inclusive dormindo pelos corredores. Durante a tarde, os adolescentes saem para fazer os ataques a pedestres e ao comércio. Conforme a polícia, a maioria do material furtado e roubado seria vendida para receptadores.

Os laços que unem os membros das gangues são fortes. Isso por serem, geralmente, moradores da mesma rua e por alguns terem elos de parentesco. Eles têm um único mandamento: não deixar passar a oportunidade de furtar ou roubar. E foram os resultados dos saques na primeira semana das manifestações que acabaram tornando o evento uma espécie de "eldorado das gangues".

Distinguem-se pelos trajes: bermudão, rosto coberto, mochilas nas costas e tênis. Na quinta-feira passada, começaram a agir depois dos primeiros confrontos entre manifestantes e a Brigada Militar (BM). Minutos depois

de iniciarem os enfrentamentos, duas gangues atacaram, com pedras e paus, o Centro Comercial João Pessoa. Depois, subiram pela Avenida João Pessoa, em direção ao centro da cidade, quebrando vidraças do comércio e levando o que encontravam pela frente. Deixaram um rastro de destruição, inclusive numa agência do Barrisul. Na noite de segunda, pela primeira vez as gangues enfrentaram uma ação organizada dentro da passeata. Jovens dos movimentos sociais, aliados à juventude de partidos políticos e a sindicalistas, identificaram as gangues e tentaram impedir os atos violentos dos grupos infiltrados.

A ação de isolamento das gangues funcionou por um determinado tempo. Acabou sendo derrotada quando parte do grupo se desgarrou e passou a saquear lojas e carros na Cidade Baixa e, mais tarde, pela região central. Na manhã de ontem, enquanto os comerciantes contabilizavam os prejuízos, adolescentes de gangues observavam o protesto de professores na frente da prefeitura.

Os presos

- Foram detidas 65 pessoas por envolvimento nos distúrbios na noite de segunda-feira, na Capital: 48 adultos e 17 adolescentes, moradores de Porto Alegre, Canoas, Esteio e cidades vizinhas.
- Entre os adultos, 13 foram autuados em flagrante por roubos e furtos e recolhidos ao Presídio Central de Porto Alegre, sendo dois deles por assaltos a pessoas que participavam da marcha.
- Nenhum dos 13 presos já tinha sido detido durante as passeatas anteriores e 11 deles têm antecedentes criminais. Outros sete jovens vão responder a termo circunstanciado por posse de drogas.

ANEXO F

RS: bondes se infiltraram em protestos para saquear lojas, diz polícia.

As autoridades de segurança do Rio Grande do Sul afirmaram nesta terça-feira que cresceu o número de criminosos infiltrados entre os manifestantes, um dia após mais um protesto ter terminado de forma violenta em Porto Alegre. Na noite de segunda-feira, 65 pessoas foram presas por crimes cometidos nas ruas da cidade. Segundo a Secretaria de Segurança do Estado, até bondes foram organizados para cometer crimes.

**Protestos por mudanças sociais levam milhares às ruas
Manifestações tomam as ruas do País; veja fotos**

"Ontem, percebemos claramente que houve evolução negativa, no sentido de que grupos se infiltraram em meio aos manifestantes. Este grupo está cada vez maior nesses eventos, se percebe quem é que se aproveita para cometer delitos. Das 65 pessoas presas, todas foram por crimes contra o patrimônio, sendo que dois manifestantes foram assaltados por quem estava na passeata", disse o secretário de Segurança, Airton Michels. Ele afirmou que a Brigada Militar (Polícia Militar local) teve a mesma atitude de outras manifestações, se adiantando para evitar depredações.



Jovens são presos após o protestoFoto: Felipe Schroeder Franke / Terra

Segundo o delegado chefe da Polícia Civil, Ranolfo Vieira, entre os 65 presos, nenhum tinha sido detido em outras manifestações, além de possuírem diversas passagens pela polícia por crimes como porte de armas, roubos, receptação, tráfico, associação para o tráfico, roubo de veículos, ameaça, estupro e lesão corporal. "Entre esses, 13 foram presos em flagrante, sendo que 11 possuem antecedentes criminais", afirmou.

O comandante da Brigada Militar, Fabio Duarte Fernandes, afirmou que os criminosos estão se organizando em grupos chamados bondes, que se aproveitam da situação para cometer crimes. "Ontem, nós tivemos vários saqueadores integrados, em grupos de 15, 20, que nós estamos denominando de bondes, e ontem ratificamos a atuação para evitar que esses saqueadores se infiltrem na manifestação."

Protestos contra tarifas mobilizam população e desafiam governos de todo o País

Mobilizados contra o aumento das tarifas de transporte público nas grandes cidades brasileiras, grupos de ativistas organizaram protestos para pedir a redução dos preços e maior qualidade dos serviços públicos prestados à população. Estes atos ganharam corpo e expressão nacional, dilatando-se gradualmente em uma onda de protestos e levando dezenas de milhares de pessoas às ruas com uma agenda de reivindicações ampla e com um significado ainda não plenamente compreendido.